

ROSENI APARECIDA DE MOURA

**“IMAGEM DE NÓS”: RELAÇÕES DE ESTABELECIDOS E
OUTSIDERS ENTRE POPULAÇÃO URBANA E ASSENTADOS DE
REFORMA AGRÁRIA DO SUL DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2010**

ROSENI APARECIDA DE MOURA

**“IMAGEM DE NÓS”: RELAÇÕES DE ESTABELECIDOS E
OUTSIDERS ENTRE POPULAÇÃO URBANA E ASSENTADOS DE
REFORMA AGRÁRIA DO SUL DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 30 de março de 2010.

Prof. Edson Arlindo Silva

Prof^ª. Sheila Maria Doula
(Co-orientadora)

Prof. Manuel Pereira de Andrade

Prof^ª. Nora Beatriz Presno Amodeo

Prof. José Ambrósio Ferreira Neto
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me permitido passar pela tão sonhada UFV.

À minha mãe, por todas as orações, amor e confiança e, principalmente, por não medir esforços para que eu alcançasse meus sonhos e objetivos.

Ao meu pai, por um dia ter sonhado com esse momento.

Aos meus irmãos Rosania Luciana e Rondon Moura, pelo carinho e confiança.

Aos meus sobrinhos Pedro Henrique, Luís Gustavo e Carlos Daniel, por todos os momentos que lhes roubei, para que assim fosse possível construir esse trabalho.

Ao meu querido Emílio Gonçalves, pelos tempos de colégio, quando de longe começava a se trilhar essa trajetória, e também por me tranquilizar com seu amor, carinho e incentivos constantes nos momentos de maiores aflições.

Ao meu orientador José Ambrósio Ferreira Neto que, com muita sabedoria, conduziu-me na construção deste trabalho, sabendo explorar o meu potencial, desafiando-me a ir sempre além. Também pela amizade, credibilidade e todas as oportunidades concedidas durante minha trajetória acadêmica.

À minha co-orientadora Sheila Maria Doula, que soube dosar com sabedoria minhas ansiedades.

Ao meu co-orientador João Lani, que juntamente com a equipe do NEPUT possibilitou a construção desse trabalho de campo.

Às amigas Nathália Thaís e Márcia Eliana por todas as tardes de trabalho na hidráulica, nos porões das melhores ideias, e também pelo apoio incondicional, carinho e amizade. Juntas fizemos deste trabalho a incansável busca do aprendizado.

À amiga Palloma, por me ensinar que há sempre como melhorar, e por conviver comigo desde os tempos de colégio, quando ainda longe nem se imaginava o caminho que seria trilhado.

À minha grande amiga Valéria Oliveira e sua família, pelo carinho, apoio e amizade.

À amiga Ambrozina Abreu, minha lição primeira no SPSS e por sempre estar disposta a contribuir com o meu crescimento.

Aos meus afilhados Alexandre e Natália, pela amizade e carinho.

Aos amigos Alexandre Victor e Carlos Eduardo, pela amizade.

Às minhas amigas de infância Rosilaine e Zoleni, por suavizar essa árdua caminhada com carinho, amizade e incentivo.

À minha equipe de trabalho: Poliana Oliveira, Carla Toledo, Micheli Fontes, Ângela Maria, que, com dedicação, responsabilidade e, principalmente, companheirismo, permitiu que o trabalho fosse construído em tempo hábil, a vocês, meu muito obrigada.

À equipe de trabalho de campo: Alberto Bispo, Emílio Campos e Ana Paula Alves por terem dividido comigo todas as emoções e surpresas durante a pesquisa.

À Áurea Dayse, pelo carinho e disposição de ouvir todas as angústias ao longo dessa caminhada e pelas tardes de lanches, momento de descontração.

Aos amigos Cleiton Milagres e Diego Neves, grandes parceiros durante essa caminhada.

Aos funcionários do DER, de maneira especial, Carminha, Anízia, Dona Maria, Brilhante, Helena, por me tratarem com muito carinho e terem tanta disposição em me ajudar.

A Júlio Cezar Sant'anna e Carlos Antônio (Cacau) pela amizade e confiança.

Aos professores do DER, meu muito obrigada, por me desafiarem, e assim possibilitar meu amadurecimento teórico.

Aos colegas da turma de mestrado, por dividir comigo suas experiências e conhecimentos.

Às amigas Etelvina Neves e Tathiane Barbosa, pelos longos anos de amizade.

Ao grande amigo Anderson Ferreira, que mesmo longe nunca deixou de estar presente.

Aos amigos Gustavo Soares, Leandro Vidal, pelo carinho.

À família Marangon Jardim, pelo carinho.

Aos atores participantes dessa pesquisa, que me receberam com tanta presteza, contribuindo imensamente para que eu realizasse este trabalho.

A grande amiga Fabrícia Cyrillo que me recebeu em sua casa com muito carinho, contribuindo imensamente para realização deste trabalho.

Aos amigos do curso Gestão de Cooperativas.

BIOGRAFIA

Roseni Aparecida de Moura, filha de Lúcia Maria da Silva e Divino de Moura Silva, nasceu em 25 de Março de 1981 no município de Araponga - MG.

Cursou seus primeiros anos de estudos na Escola Estadual José Dias do Carmo em Estevão de Araújo, distrito de Araponga - MG. Já em Viçosa, concluiu o ensino fundamental e o ensino médio na Escola Estadual Raul de Leoni e Escola Estadual Effie Rolfs, respectivamente.

Em 2003, iniciou o curso de Gestão de Cooperativas na Universidade Federal de Viçosa, onde se graduou em março de 2007.

Em março de 2008, ingressou no Programa de Mestrado em Extensão Rural, do Departamento de Economia Rural, na Universidade Federal de Viçosa.

Durante a formação acadêmica, participou de trabalhos desenvolvidos em assentamentos rurais de reforma agrária, em convênios firmados entre a UFV e o INCRA.

Atualmente é consultora do Núcleo de Estudo e Planejamento do Uso da Terra – Neput, na área socioeconômica.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
LISTA DE FIGURAS.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT	xi
1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL CONCEITUAL E ARGUMENTATIVO	7
2.1. “Imaginar a vida do homem sem terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés”: a reforma agrária como fator do desenvolvimento	7
2.1.1. Situando o debate sobre a política de assentamentos	13
2.1.2. Dos acampamentos aos assentamentos: os principais mediadores da luta pela terra no Espírito Santo	22
2.1.3. A política de assentamentos rurais no Espírito Santo: panorama e perspectivas atuais	32
2.1.4. Reforma Agrária de Mercado: a implementação de projetos do Crédito Fundiário no Espírito Santo.....	33
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	37
3.1. Caracterização dos municípios	37
3.2. Reforma agrária e assentamentos rurais: o perfil dos Projetos de Assentamentos nos municípios do Sul do Espírito Santo.....	41
4. “IMAGEM DE NÓS”: A INTERAÇÃO ENTRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA E A POPULAÇÃO URBANA NO SUL DO ESPÍRITO SANTO	56
4.1 “Não se fala assentado... usam-se falar sem-terra”: A Relação Entre Assentados de Reforma Agrária e População Urbana	56
4.2 Assentamentos de reforma agrária e a questão da estigmatização	63
4.3. “Ideal de nós” e o nosso mundo: as cidades vistas pelos assentados	68
4.4 O contradiscurso	74
4.5 O mundo dos outros: o olhar urbano sobre o novo mundo dos assentamentos....	76
4.6. O Contradiscurso	82
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

LISTA DE SIGLAS

CEBS- Comunidades Eclesiais de Base
CIDAP- Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados e Pequenos Agricultores
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNM - Confederação Nacional dos Municípios
CONTAG -Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FAES - Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo
FETAES - Federação dos Trabalhadores Rurais do Espírito Santo
FUNDAP - Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuários
IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA - Instituto Nacional de Colonização à Reforma Agrária
IPEADATA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NAC - Núcleo de Atendimento ao Consumidor
NEPUT - Núcleo de Estudo e Planejamento do Uso da Terra
PA - Projetos de Assentamentos
PDA - Planos de Desenvolvimento Rural
PDRS - Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável
PIB - Produto Interno Bruto per capta,
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRODATERRA - Programa de Democratização do Acesso a Terra
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAG - Secretaria de Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo
STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais
UDR - União Democrática Ruralista
UTE - Unidade Técnica Estadual

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Público entrevistado por municípios, Sul do Espírito Santo, 2009.....	5
Quadro 02 – Programa Nacional de Crédito Fundiário no Espírito Santo, 2009.....	36
Quadro 03 - Perfil populacional dos municípios estudados, ES, 2009.....	37
Quadro 4 - Composição do PIB por setor nos municípios estudados, 2007 (em mil reais)	39
Quadro 05 - Projetos de assentamentos analisados, Sul do Espírito Santo, 2009.....	41
Quadro 06 – Faixa etária da população assentada, PAs do Sul do Espírito Santo, 2009.....	43
Quadro 07- Formação dos grupos familiares, por grau de parentesco, em assentamentos rurais analisados no Sul do Espírito Santo, 2009	44
Quadro 08 – Composição da Renda Familiar (%) nos Projetos Analisados, Sul do Espírito Santo, 2009	48
Quadro 09 - Destinação da produção agrícola por projeto de assentamento, 2009.....	52
Quadro 10 - Recursos investidos nos Projetos de Assentamentos do Incra, Sul do Espírito Santo,2009	53
Quadro 11 - Origem da população residente nos Assentamentos Rurais do Sul do Espírito Santo, 2009.	58
Quadro 12 - Estados de origem da população residente nos Assentamentos Rurais do Sul do Espírito Santo, 2009.	58
Quadro 13 - Mediadores Sociais de apoio às ocupações e a distancia dos Projetos de Assentamento ao município sede, Sul do Espírito Santo, 2009	60
Quadro 14 – Síntese acerca da figuração “estabelecidos e <i>outsiders</i> ” para os assentamentos do Sul do Espírito Santo.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- PIB dos municípios estudados, Espírito Santo, 2009.....	38
Tabela 02 - Evolução da população economicamente ativa rural dos municípios analisados, Sul do Espírito Santo, 2009.	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- As diversas fases da construção do trabalho, PA's Sul do Espírito Santo, 2009.	4
Figura 2 - Assentamentos Federais e Estaduais por Municípios – ES, 2009.	33
Figura 3 - Evolução do IDH dos municípios estudados, Sul do Espírito Santo, 2009... ..	40
Figura 4 - Faixa etária média da população assentada analisada, Sul do Espírito Santo, 2009	42
Figura 5 - Acesso à aposentadoria entre os assentados nos Projetos de Assentamento analisados no Sul do Espírito Santo, 2009.	46
Figura 6 - Infraestrutura presente nos PA's estudados, Sul do Espírito Santo, 2009.....	47
Figura 7 - Recebimento de benefícios sociais, Projetos de assentamentos Sul do Espírito Santo, 2009	49
Figura 8 - Atividades fora do lote, Projetos de Assentamento do Sul do Espírito Santo, 2009.	50
Figura 9 - Destinação da produção animal, PAs Sul do Espírito Santo, 2009	52
Figura 10 - Acesso a linhas de crédito, PAs Sul do Espírito Santo, 2009.....	54
Figura 11 - Acesso à assistência técnica, assentamentos Sul do Espírito Santo, 2009 ..	54
Figura 12 - Acampamento de Trabalhadores Sem-Terra nas proximidades do Município de Viana-ES, 2009.....	61

RESUMO

MOURA, Roseni Aparecida de, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2010. **“Imagem de Nós”: relações de estabelecidos e outsiders entre população urbana e assentados de reforma agrária do sul do Espírito Santo.** Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto. Coorientadores: Sheila Maria Doula e João Luiz Lani.

A partir dos anos noventa do século XX, a política de criação de assentamentos rurais no Brasil ganha maior impulso pela pressão dos movimentos ligados à luta pela terra, que se refletiu em maiores esforços governamentais para implementar a reforma agrária por meio desses empreendimentos. Com um aumento significativo dos assentamentos rurais em todos os estados brasileiros, ampliam-se também as discussões acadêmicas acerca desta temática. Assim, essa dissertação tem como objetivo analisar a interação entre população urbana e assentados de reforma agrária no sul do Estado do Espírito Santo, evidenciando aspectos da reforma agrária no Estado e traçando o perfil socioeconômico dos projetos de assentamentos dessa região. Tomando como foco empírico a realidade de 12 projetos de assentamentos em sete municípios no sul do Estado do Espírito Santo, o trabalho utilizou as ideias e concepções de Norbert Elias sobre os estabelecidos e *outsiders*, como ponto central para a discussão. Os principais resultados da pesquisa identificaram que existe um conflito na relação entre a população urbana e os assentados de reforma agrária, principalmente na atribuição de fatores anômicos ao público da reforma agrária. O discurso com viés positivo somente é elaborado por esta, quando realoca os beneficiários do programa da condição de sem-terra para a de produtores rurais. Os beneficiários dos projetos, por sua vez, empregam esforços para sair da condição de *outsiders*, retratando aspectos positivos da condição de assentados, também se colocando como produtores rurais ao invés de sem-terra. Outro ponto de destaque foi a constatação de que a população urbana elabora um discurso diferenciado em relação aos beneficiários dos projetos do Crédito Fundiário; isso se daria, na opinião daqueles, pelo fato desses empreendimentos não ferirem o direito de propriedade nem contestarem a ordem local.

ABSTRACT

MOURA, Roseni Aparecida de, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, march, 2010.
“Image from us”: relations established and the outsiders between the urban population and in settlements of agrarian reform and in the south of Espírito Santo. Advisor: José Ambrósio Ferreira Neto. Co-Advisors: Sheila Maria Doula and João Luiz Lani.

Starting in the 1990's the Brazilian policy regarding agrarian reform landless settlements was strengthened due to pressure put upon the national government by those fighting for land. This has shifted more government attention toward the implementation of agrarian reform through the establishment of settlements of the landless. As the number of agrarian reform settlements increases significantly in all Brazilian states, the academic discussions regarding this topic have become increasingly more passionate and varied. As such, this thesis aims to analyze the interaction between the urban population and those landless, who were settled thru agrarian reform, in the southern state of Espírito Santo. It also seeks to explore aspects of agrarian reform in the state, and finally, to draw a social economic outline of settlement projects in the region. The empirical focus is on the reality of 12 settlement projects in 7 municipalities in the southern state of Espírito Santo. This work uses Norbert Elias' ideas and conceptions about the “established” and the “outsiders” as a central point for the discussion. The main researches' results identified that there is a conflict in the relation between the urban population and the landless who were settled by agrarian reform, concerning mainly the attribution of anomic factors to the settled landless by the urban population. The urban population's view only changes when program beneficiaries move from being the landless to being farmers. In their turn, the projects beneficiaries make the efforts to leave the “outsiders” condition, stressing the positive aspects of the settled condition, and putting themselves as farmers instead of landless. Another highlighted point was the evidence that a different point of view is given by the urban population concerning the beneficiaries of the *Crédito Fundiário* projects. That is because these projects don't violate the municipalities' property rights and neither object to the local order.

1. INTRODUÇÃO

A tarefa não é contemplar o que ninguém ainda contemplou, mas meditar, como ninguém ainda meditou, sobre o que todo mundo tem diante dos olhos (GRAWITZ,1975).

Mas qual Reforma Agrária? Essa indagação proposta por Valente (2008) reflete o quão complexo e polêmico se apresenta o debate a respeito da construção do longo e lento processo da reforma agrária no Brasil. Este trabalho não oferece essa resposta e nem mesmo tem tal pretensão, contudo apresenta pontos interessantes que podem contribuir para essa reflexão, à medida que esse debate se insere em questões internas e externas a respeito dos projetos de assentamento de reforma agrária nos municípios do sul do Espírito Santo.

O objetivo geral deste estudo foi analisar a dinâmica da interação entre a população urbana dos municípios que possuem projetos de assentamentos rurais (PAs), na região sul do Estado do Espírito Santo, com os beneficiários da reforma agrária considerando, para tanto, a ótica dos diferentes atores envolvidos no processo. Desse modo, este estudo analisou tanto a relação entre população local e assentados da reforma agrária, como a organização interna dos assentamentos, sendo ainda orientado pelos seguintes objetivos específicos:

- a. Analisar a interação entre população urbana e assentados da reforma agrária no sul do Espírito Santo;
- b. Evidenciar aspectos da reforma agrária no Estado do Espírito Santo; e
- c. Traçar o perfil dos Projetos de Assentamentos do Sul do Espírito Santo.

Esta dissertação acrescenta novos elementos aos estudos sobre reforma agrária ao demonstrar as influências positivas do processo de criação dos assentamentos rurais na dinâmica socioeconômica dos municípios, uma vez que, a maioria dos trabalhos desenvolvidos nessa área se dedica apenas à análise do processo de organização da luta pela terra ou, por outro lado, à dinâmica interna da organização produtiva e econômica nos projetos.

O trabalho está dividido em cinco capítulos, além da introdução. No primeiro capítulo, buscou-se apresentar uma discussão, apoiada na contribuição teórica

de Polanyi, sobre a relação entre a reforma agrária e o desenvolvimento local, enfocando a relação entre terra, trabalho e capital para sustentar a defesa da reforma agrária como fator de desenvolvimento, embora se reconheçam os problemas enfrentados pela política de criação dos assentamentos rurais. Por isso, ainda, neste capítulo, é apresentado o debate a respeito dos questionamentos sobre a atual pertinência social, política e econômica da reforma agrária. Encontra-se também nesta seção, um debate acerca dos impactos da política de assentamentos rurais no âmbito local, focalizando como diferentes estudiosos analisam a questão. Como ponto central de uma análise para além das perspectivas meramente econômicas, este estudo amparou-se também nos argumentos de Amartya Sen, ao considerar a política de acesso a terra como um fator que possibilita maior liberdade e o acesso à condição de agente pelos beneficiários.

O segundo capítulo é dedicado a apresentar aspectos da luta pela reforma agrária no Espírito Santo, além de discutir dados e perspectivas atuais a respeito da questão. Consideraram-se ainda aspectos da chamada reforma agrária de mercado¹ no estado. Esse tema se mostrou um ponto importante na discussão deste trabalho, uma vez que foram observadas mudanças no discurso da população local, na comparação desse tipo de projeto em relação aos assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização à Reforma Agrária (Incra).

O terceiro capítulo apresenta parte dos resultados da pesquisa, demonstrando detalhadamente a organização interna dos projetos analisados, considerando aspectos de infraestrutura, dimensão econômica, social e de renda. Esses dados são utilizados para traçar o perfil dos projetos de assentamentos no sul do Espírito Santo.

A quarta seção analisa, sob a perspectiva dos atores sociais locais envolvidos na questão, o discurso e o contradiscurso em torno da política de assentamentos. Nesse sentido, o trabalho utiliza as ideias e concepções de Norbert Elias sobre os estabelecidos e *outsiders*, como ponto central para a discussão. Apropria-se também da concepção de anomia apresentada por Durkheim, do conceito de estigma desenvolvido por Goffman e da noção de dádiva presente na obra de Mauss. E por fim, a última seção traça algumas considerações a respeito do estudo realizado e a partir disso, sugere novas abordagens para a pesquisa a respeito da temática.

¹ Para maior aprofundamento sobre o assunto, ver a obra de Medeiros (2002): Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.

Este trabalho contou com apoio logístico para viagens e coleta de dados nos assentamentos e municípios pesquisados, do projeto de estudos socioeconômicos e ambientais, visando ao licenciamento ambiental de assentamentos rurais no sul do Espírito Santo, realizado por equipe multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Planejamento do Uso da Terra (Neput) da UFV.

As visitas de campo tiveram início em dezembro de 2008 e término em abril de 2009. Os trabalhos foram realizados em 12 assentamentos rurais, localizados em sete municípios do sul do Espírito Santo (Alegre, Apiacá, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui, Muniz Freire e Viana). Para tanto, houve a divisão da pesquisa em três momentos distintos: em primeiro lugar, contou-se com o auxílio de um questionário estruturado, aplicado de forma individual e direcionado a uma amostra aleatória das famílias assentadas, alcançando um percentual de 25% delas em cada projeto, além da participação em reuniões com grupos de assentados. Isso foi possível porque os assentamentos visitados se encontravam em um momento de readequação do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), em um trabalho conduzido pela equipe técnica do Neput, o que nos deu a oportunidade de participar de diagnósticos que estavam sendo desenvolvidos. Em segundo lugar, realizaram-se entrevistas com lideranças nos assentamentos, seguindo a indicação dos próprios assentados obtida durante a aplicação dos questionários.

Ao que diz respeito à população urbana entrevistada, o terceiro momento do trabalho, os assentados apontavam as instituições com as quais interagem, ou tinham envolvimento, bem como suas parcerias comerciais. As indicações foram utilizadas para estabelecer quais seriam os entrevistados representantes da população urbana em cada município. Essa opção de trabalho possibilitou entrevistar atores que realmente tinham envolvimento com os assentamentos e sua população. Dentre as diferentes instituições apontadas, as prestadoras de assistência técnica e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais foram as mais mencionadas. Em se tratando das parcerias comerciais, as lojas de insumos agrícolas e de eletrodomésticos, do mesmo modo, sobressaíram.

Assim, os procedimentos metodológicos adotados no decorrer da elaboração deste trabalho podem ser divididos em diferentes etapas descritas a seguir. A primeira etapa foi dedicada a entender aspectos internos dos Projetos de Assentamento junto à população assentada. A importância dessa fase foi o contato direto com os assentados, o que possibilitou percepções acerca da interação com o município onde estão inseridos estes projetos. Essa fase contou com visitas individuais nos lotes dos assentados e

entrevistas com as lideranças de cada projeto e participação em reuniões coletivas. Ressalta-se também que um diagnóstico participativo foi realizado com as famílias assentadas. Esse instrumento possibilitou o levantamento e sistematização dos principais problemas, identificação e abrangência dos impactos e levantamento de expectativas dos assentados. A Figura 1 apresenta imagens das diversas fases na construção do trabalho de campo nos assentamentos analisados.



Figura 1- As diversas fases da construção do trabalho, PA's Sul do Espírito Santo, 2009. Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

As entrevistas com os beneficiários dos assentamentos objetivaram identificar as relações desses atores com o poder público e comércio locais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, dentre outros. De modo complementar, foram realizadas entrevistas *in loco* com representantes do poder público local, comerciantes e associações. A segunda fase da pesquisa consistiu da abordagem da população urbana por meio das prefeituras locais, sindicatos, prestadoras de assistência técnica e do próprio Incra. O Quadro 1 sistematiza o público entrevistado na esfera urbana.

Quadro 01 – Público entrevistado por municípios, Sul do Espírito Santo, 2009.

Municípios	Número de entrevistas	Vínculo dos Entrevistados
Alegre	5	<ul style="list-style-type: none"> • Loja de insumos agrícolas • Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) • Secretaria de Agricultura • Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) • Loja de material de construção
Apiacá	5	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Agricultura • Agência de financiamento “Nosso Crédito” • Núcleo de Atendimento ao Consumidor (NAC) • Loja de insumo agrícola • Supermercado
Guaçuí	5	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura • Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) • Supermercado • Loja de insumo agrícola • Loja de material de construção
Muqui	9	<ul style="list-style-type: none"> • Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) • Prefeitura • Cooperativa de Crédito (Sistema Ecosol) • Igreja Católica • Igreja Evangélica • Cooperativa de Cafeicultores • Loja de insumos agrícolas • Loja de materiais de construção • Loja de eletrodomésticos
Muniz Freire	8	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) • Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) • Sindicato de Trabalhadores Rurais Patronal (STR) • Secretaria de Desenvolvimento Social • Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente • Loja de Eletrodomésticos • Loja de insumo agrícola • Loja de material de construção
Mimoso do Sul	9	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) • 3 empresas particulares de assessoria técnica a assentamentos • Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) • Farmácia • 2 Lojas de materiais de construção • Loja de produtos agrícolas
Viana	7	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) • Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) • Secretaria de Meio Ambiente • Loja de insumos agrícolas • Loja de materiais de construção • Loja de eletrodomésticos

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

A terceira fase da pesquisa baseou-se na visita a Superintendência Regional do Inkra no Espírito Santo, para levantamento de dados sobre o processo histórico de

reforma agrária e de criação dos assentamentos rurais, bem como para coleta de dados secundários sobre a organização formal dos assentamentos, número de famílias, volume de recursos aplicados, infraestrutura construída, entre outras. Foi estabelecido contato através de visitas agendadas com órgãos e entidades no Estado do Espírito Santo, a saber: Federação dos Trabalhadores Rurais do Espírito Santo (Fetaes), Secretaria de Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo (Seag) e Unidade Técnica Estadual (UTE), tendo em vista a efetiva participação destas entidades na reforma Agrária do Estado.

A quarta fase da pesquisa compreendeu a coleta de dados secundários sobre indicadores de desenvolvimento econômico e social. Esses dados foram coletados em bancos de dados *on line*, como os fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata), Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2. REFERENCIAL CONCEITUAL E ARGUMENTATIVO

2.1. “Imaginar a vida do homem sem terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés”: a reforma agrária como fator do desenvolvimento

Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza, formam um todo articulado [...] A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem, é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. (KARL POLANY, 1944/1980, p.56).

Em *A Grande Transformação*, Polanyi (1944/1980), ao analisar a questão da terra, do trabalho e do capital, busca compreender a evolução histórica da economia de mercado desde os cercamentos, processo em que esses elementos são transformados em “mercadorias fictícias”. Segundo o autor, ao transformá-los em mercadorias "fictícias", o mercado capitalista corroeu a própria sociedade que lhe deu origem e, principalmente, suprimiu substancialmente as condições de se desenvolver. Nessa trajetória, analisada pelo autor, houve a desvinculação desses três elementos: o homem perdeu os vínculos com a terra, passou ser obrigado a vender sua força de trabalho, não possuindo mais os meios de produção e, especialmente, passou a ser controlado pelo capital, perdendo assim a autonomia e o poder de escolha que até então lhe pertencia.

Dessa forma, na concepção do estudioso, separar a terra e o homem, e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado. Martins (1988) contribui com a assertiva de Polanyi quando argumenta que a terra transformada em equivalente de mercadoria traz efeitos devastadores, pois ela não é produto do trabalho, é finita e imóvel, e mais, é uma mercadoria que não circula, o que circula, em sua opinião, é o título de propriedade, neste sentido o que é comprado e vendido não é a terra, mas o símbolo. Assim, para Martins (1988), a terra não é propriamente uma mercadoria, e para produzir renda, não é exigido que o *ter* e o *usar* estejam juntos. O autor acrescenta ainda que nos debates sobre reforma agrária, a referência ao que a terra vale não é de fato valor de mercado, na verdade, o que é considerado é o que ela

significa moralmente para o trabalhador. O direito reivindicado, neste aspecto, é o de trabalhar, de ter a terra para nela produzir e não no sentido legal e dominante, “é, portanto um direito organizado em cima da concepção do *ser e* não da concepção do *ter*” (MARTINS, 1988, p.100). No que se refere à transformação da força de trabalho em mercadoria, o mesmo autor afirma que a situação é inversa, já que só pode ser possuída realmente quando usada. Ou seja, a materialização da força de trabalho se efetiva no seu processo de venda.

Ao fazer um paralelo com as argumentações apresentadas por Polanyi e Martins, considerando aspectos da atualidade, este processo histórico de perda de condições básicas para a sobrevivência dos homens, ou seja, dos fatores de produção, terra, trabalho e capital, dos quais dispunham, é possível perceber a reforma agrária como um meio de reaver, em parte, os déficits históricos acarretados aos trabalhadores rurais. Nesse sentido, a reforma agrária possibilita aos trabalhadores, pela posse da terra, o controle dos meios de produção, o que, por sua vez, lhes dá maior poder de escolha e certa autonomia em seus modos de vida.

Como demonstra Medeiros (2002), a questão da reforma agrária no Brasil assumiu, ao longo do tempo, distintos significados, quer seja pelas forças sociais e políticas relacionadas, quer seja pelas mudanças de concepções sofridas pelos atores envolvidos com a questão. A reforma agrária brasileira, nesse sentido foi:

Concebida do ponto de vista das políticas públicas, no decorrer dos anos e em diferentes conjunturas, como medida necessária para promover o desenvolvimento econômico-industrial; como política de combate ao desemprego, a fome e a miséria; como política social para impedir a continuidade do êxodo rural e suas sequelas, como sinônimo de resgate da cidadania para os trabalhadores do campo e condição para democratização do país, a reforma agrária também já esteve historicamente associada aos termos da modernização da agricultura, mudanças das relações de trabalho no campo, desapropriação massiva de terras, intervenção sobre áreas produtivas, colonização de áreas de fronteiras, assentamentos de trabalhadores em terras públicas, criação de empresas agrícolas coletivas (MEDEIROS, 2002, p. 09).

Nesta perspectiva, Martins (1988) contribui com a argumentação acima apresentada ao mencionar que a questão da reforma agrária assumiu

a dimensão de um problema para a utopia capitalista do desenvolvimento autônomo, nacionalista. Para essa perspectiva,

existia um problema agrário na medida em que a terra constituía um ponto de estrangulamento no desenvolvimento capitalista: a reforma agrária removeria esses pontos de estrangulamento por meio da distribuição de terras dos latifundiários improdutivos e criação de empregos, os empregos aumentariam o mercado interno, e o mercado interno aumentado promoveria o desenvolvimento da indústria. Por outro lado, a reforma agrária transformaria terras ociosas em terras produtivas. Promoveria, assim, uma oferta de alimentos no mercado urbano (MARTINS, 1988, p. 94).

Percebe-se que a discussão sobre reforma agrária é ampla no meio acadêmico e traz posicionamentos favoráveis e desfavoráveis entre os envolvidos no debate, de modo que não há consenso tanto acadêmico quanto político sobre sua pertinência e necessidade. Nessa perspectiva, defendendo uma posição crítica em relação à necessidade de reforma agrária para a sociedade brasileira atual, Navarro (2008) argumenta que no Brasil apenas se observaram maiores esforços de redistribuição de terras em período muito recente, especificamente a partir do segundo semestre de 1996, quando, de acordo com o autor, as circunstâncias já sinalizavam o claro esgotamento da “necessidade histórica” de sua implementação.

Desta forma, não obstante a aceleração verificada no processo de arrecadação de terras para fins de reforma agrária no último descênio, trata-se de uma política claramente encurralada em sua justificação social. Talvez em função da sua visível desnecessidade, pelo menos como política *nacional*, estamos observando o acaso de um tema que ocupou, muitas vezes, centralmente, a agenda política brasileira. (NAVARRO, 2008, p. 12).

A justificativa dada pelo autor é que o Brasil deixou de ser rural e agrário, passando a urbano e industrial, reduzindo imensamente a demanda social pelo acesso a terra. Navarro (2008) pondera ainda que não se trata de desconsiderar os números, pois é inquestionável a concentração de terras e a concentração da propriedade, mas delinea as seguintes ressalvas:

- A propriedade rural não é mais causa fundante das desigualdades sociais e políticas, que hoje são processos, sobretudo urbanos. Os produtores rurais, de fato, são atualmente um elo subordinado das cadeias produtivas, sendo marginal na economia brasileira a fração dos grandes proprietários fundiários e sua riqueza.
- Ainda que se propusesse uma radical transformação agrária, não haveria cidadãos interessados em retornar ao campo, pela mesma razão da urbanização.

Ou seja, na opinião do autor, é desnecessária a manutenção de caríssimas estruturas governamentais destinadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária, uma vez que, não existiria demanda social significativa.

Os argumentos de Navarro (2008) desconsideram, em parte, o que apresenta Martins (2004), quando este salienta que no caso do Brasil o grande capital se tornou proprietário de terra, especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura militar. Logo, não há como explicar a industrialização brasileira a partir do século passado sem levar em conta a competência de grandes fazendeiros para acompanhar as possibilidades históricas do seu tempo. Para Martins (2004), no Brasil, o capital personificado não se libertou da propriedade da terra, e a questão agrária é uma das fontes mediatas dos problemas sociais. Em outros países, parece ter havido essa separação “na extensão necessária a que a contradição entre capital e terra se manifestasse na consciência das diferentes classes sociais como oposição de interesses e irracionalidades que bloqueiam o desenvolvimento econômico, social e político” (MARTINS, 2004, p.91).

É preciso considerar, desta forma, que nos EUA e em outros países a necessidade de um mercado interno para o capital industrial pode crescer com o crescimento da população economicamente ativa. Assim, se as condições de vida dos trabalhadores são ruins, é necessário que haja melhora e que se amplie a entrada deles no mercado. Caso a entrada desses trabalhadores seja reduzida, diminuirão também as possibilidades de reprodução do capital. Por isso, a modernização das relações de trabalho e melhorias nas condições de vida interessa aos próprios capitalistas. No Brasil, ao contrário, ocorreu o que o autor chama de desvios dessa possibilidade histórica, já que a economia é cada vez mais dependente de exportação, e a redução de preços dos produtos agrícolas é essencial na concorrência internacional. Portanto, a existência de uma massa de miseráveis vivendo em condições desfavoráveis não compromete o desenvolvimento capitalista, ao contrário, a exclusão se tornou parte da reprodução do capital e uma normalidade social (MARTINS, 2004). Na opinião de Wanderley (2009):

A lógica fundiária é, assim, a face com a qual o capital age, ao transformar agricultores sem terra em assalariados, bem como ao expulsar posseiros das áreas de fronteiras para ocupar suas terras segundo o modo capitalista de propriedade. Trata-se de uma acumulação primitiva, agora, no sentido marxista que, sem renunciar ao outro sentido dado à acumulação primitiva, já referido, concentra os meios de produção – a terra em primeiro lugar – e separa

definitivamente o produtor direto de suas condições de subsistência. (WANDERLEY, 2009, p. 20).

Deste modo, na opinião da autora, o que está em questão é o confronto entre concepções distintas de propriedade: “por um lado, a propriedade capitalista, absoluta, da terra e, por outro lado, o sistema de posse, praticado por pequenos agricultores, que não implica a propriedade absoluta da terra, mas o controle dos processos de trabalho, dos seus instrumentos e, sobretudo, dos resultados da produção” (WANDERLEY, 2009, p. 21). Assim, na condição de produtor de mercadorias, realizadas como excedentes, é que se situa o suporte das contradições que envolvem o camponês e que se expressam na tensão, por ele vivenciada, entre a subordinação ao capital e seu projeto de autonomia, na condição de produtor direto (WANDERLEY, 2009, p.25).

Valente (2008), no trabalho intitulado “Mas qual Reforma Agrária? – Revisitando um inconcluso Debate”, acrescenta uma discussão acerca do debate sobre a demanda social e os possíveis sinais de que a pressão destinada a ampliar o acesso a terra vem diminuindo. Para tanto, começa por esclarecer a diferença entre demanda social e o que denomina “demanda potencial”. Para a estudiosa, a demanda social trata da organização de possíveis beneficiários, tornando-se público o seu interesse, ou seja, em sua expressão política. Já no segundo caso, refere-se ao público que precisa ser atendido com urgência. A autora resgata, nesse contexto, a discussão apresentada por Navarro, Martins e Graziano, sobre o que assinalaria uma diminuição da demanda social pela reforma agrária.

Segundo esses argumentos, Valente (2008) concorda com Martins (1981), evidenciando o autor que reforma agrária é um tema político que deve ser focado qualitativamente, já que termos quantitativos não definem seu perfil, sua justiça. Além disso, preconiza que não se trata de observar o número de desapropriações e de assentamentos, e sim de garantir a inclusão dos excluídos no âmbito dos direitos e do contrato social. Ainda com base nessas reflexões de Martins (1981), a autora ressalta que imaginar que apenas as lutas populares são a base da reforma agrária seria uma simplificação, uma vez que, também podem nascer das necessidades econômicas ou políticas das elites, das necessidades geopolíticas do Estado e ainda do sistema capitalista em seu conjunto. A autora concilia os argumentos apresentados por Navarro e Martins em torno do debate da reforma agrária como fator de desenvolvimento rural:

Na mesma oportunidade, assim como Martins, afirmou que uma “aliança pelo desenvolvimento rural” não poderia ser restritiva do ponto de vista de seus participantes, devendo incluir a maioria do empresariado agrícola e a totalidade de seu setor mais modernizado e não apenas os setores populares. Finalmente, várias seriam as razões que limitariam historicamente o processo de desenvolvimento rural. Em primeiro lugar, o Estado não teria mais condições de comandar a intervenção no campo como fizeram os governos militares na década de 1970, ao promoverem uma revolução produtiva e tecnológica que transformou as estruturas de produção, instituindo novos padrões de racionalidade e os comportamentos sociais em muitas regiões rurais (VALENTE, 2008, p.10).

Do mesmo modo, ao se apropriar dos argumentos de Graziano (2007), Valente (2008) aponta que esse estudioso insistiu que a modernização agrícola, ao final dos anos sessenta, já teria tirado grande parte do sentido da reforma agrária no Brasil. Recentemente, esse autor assinalou que o processo de assentamento via aquisição de terras é muito mais caro, de modo que o mecanismo da desapropriação é fundamental para baratear o acesso a terra. Diante dos argumentos de Graziano (2008), Valente (2008) sustenta que o processo de reforma agrária seria dificultado pela política de compras de terras, por aquecer o mercado e elevar mais ainda o seu preço. Em sua opinião, existe uma convergência desse autor com a tendência apontada por Navarro, quando o último afirma que a questão agrária brasileira não seria mais uma questão nacional, mas regional, sendo necessárias então, políticas específicas, com foco em grupos sociais específicos em determinadas regiões. No início de 2008, entretanto, a autora afirma que Graziano insistiu em um contexto bem diverso do que ele defendia no passado, que implicaria o “renascimento da questão agrária” e a distribuição de terras como um de seus eixos centrais. Na concepção de Graziano, seriam adicionados novos temas que deslocam a questão agrária para outro patamar que envolve novas demandas sociais, como o meio ambiente, manejo sustentável, energia renovável e ocupação planejada do território (VALENTE, 2008).

A partir da discussão apresentada, a autora traça questionamentos relevantes, tais como “qual reforma agrária afinal?” e seria esta, realmente, uma página virada na história brasileira? A resposta apresentada é a de que a reforma agrária não seria uma página virada na história brasileira pelas seguintes razões:

- A demanda social pode estar diminuindo, mas ainda existe, tem significação social e precisa ser atendida;

- As políticas públicas para as maiorias rurais mais pobres ainda estão engatinhando e precisam ser ampliadas, abarcando outros aspectos, como educação rural, habitação, maior acesso aos serviços de saúde, de extensão rural, enfim, a garantia de oferta de infraestrutura necessária que permita o respeito aos direitos humanos fundamentais;
- A necessidade de inclusão dos excluídos e de exercício da cidadania; e
- Finalmente, as relações entre a reforma agrária e o processo de redução da pobreza.

Dessa forma, apesar do amplo discurso que envolve a temática da reforma agrária, o acesso à terra, aos meios de produção, garante ao trabalhador o controle sobre sua força de trabalho, colocando-o em uma situação de protagonista que pode contribuir para o desenvolvimento, uma vez que, como enfatiza Polanyi, a função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Desse modo, o acesso à terra, base do debate sobre a reforma agrária, não deve ser visto simplesmente como instrumento econômico, e sim como condição de vida, de reprodução social, de elemento referente para a organização de relações sociais, econômicas e políticas.

2.1.1. Situando o debate sobre a política de assentamentos

Esse tópico busca empreender discussões sobre a política de assentamentos rurais e sua importância nos processos de interação com as dinâmicas locais de desenvolvimento, dedicando-se a investigar as transformações que esses projetos provocam nos municípios onde estão inseridos.

A partir dos anos noventa do século XX, a política de criação de assentamentos rurais no Brasil ganha maior impulso, pela pressão dos movimentos ligados à luta pela terra, que se refletiu em maiores esforços governamentais para implementar a reforma agrária por meio desses empreendimentos. Com um aumento significativo dos assentamentos rurais em todos os estados brasileiros, ampliam-se também as discussões acadêmicas acerca desta temática, principalmente em abordagens que privilegiam a análise dos potenciais e dos limitantes que tais ações experimentam no âmbito de sua organização interna. Desta forma, a grande maioria desses estudos voltou-se e ainda se volta primordialmente ao entendimento do funcionamento dessas novas unidades produtivas, às formas de organização social e política experimentadas nesses núcleos, aos resultados das políticas fundiárias, às possibilidades econômicas de empreendimentos com essa natureza, à análise dos processos de organização e de luta pela terra. Assim, ao longo da trajetória do processo de criação de assentamentos rurais,

poucos estudos, dentre eles, os de autoria de Medeiros & Leite (2004) e os desenvolvidos pelo “Grupo de Pesquisa Assentamentos”² nos Estados de Minas Gerais, Acre e Espírito Santo, vêm empregando esforços em evidenciar as mudanças ocasionadas por esses empreendimentos sociais nas relações econômicas, políticas e sociais na esfera local e regional. Esses estudos se apoiam na hipótese de que os impactos advindos da criação de assentamentos podem ser observados na dimensão demográfica, fundiária, produtiva e de maior acessibilidade às políticas de crédito rural, e, sobretudo, canalizam esforços para entender de que forma a criação desses projetos e as dimensões das relações socioeconômicas dos municípios se entrelaçam.

Assim, o desenvolvimento local/regional é colocado como pano de fundo das discussões que se apresentam em torno deste debate. As principais hipóteses levantadas pelos estudos existentes a esse respeito partem do princípio de que “a reforma agrária atua como elemento de atração de pessoas e, principalmente, de fixação de pessoas no meio rural, trabalhando em atividades primárias. (FERREIRA NETO & DOULA, 2003, p. 51.); e ainda que “a formação de assentamentos de reforma agrária ocasiona impactos positivos nas cidades e ou regiões onde estão instalados, na medida em que a renda obtida internamente é utilizada no comércio local e conseqüentemente, a arrecadação de impostos do município é ampliada” (PIMENTEL, 2005, p. 257.)”. No âmbito social, “as mudanças econômicas desses assentamentos também geram impactos sociais em seu entorno, com melhorias na infra-estrutura municipal, derivadas, tanto, das novas demandas nos serviços públicos bem como do poder de reivindicação dos assentados” (PIMENTEL, 2005 p. 257). “Em todas as situações, mesmo naquelas que se constituem em meras regularizações fundiárias, ocorrem alterações significativas na medida em que reduzem os conflitos e se criam territórios sob a gestão do Estado” (MEDEIROS & LEITE, 2004, p.21). Assim, observa-se que há uma tendência nesses estudos de evidenciar como a reforma agrária, através dos assentamentos, influencia direta e indiretamente na dinâmica socioeconômica dos municípios onde eles se inserem.

Nesse sentido, autores como Leite & Medeiros (2004) apontam a possibilidade de que a intervenção pública causada pela implantação de um projeto de assentamento provoca uma reordenação de relações sociais e econômicas no plano local, suas alianças, possibilidades de coesão e de constituição de aspectos de poder,

² Ver: www.assentamentos.com.br

ao fortalecer os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituem em prova da eficácia das pressões intensas, em especial quando a referência são ocupações de terra e acampamentos, provocam rearranjos institucionais, rebatendo numa necessidade de um aparelhamento do estado para lidar com essa nova realidade (não só no que diz respeito à criação de novos organismos ou reformulação dos existentes nos governos federais, estaduais e municipais, mas também de novas leis e regulamentações) possibilitando a geração de empregos e, de alguma maneira, o aumento do nível de renda de boa parte das famílias assentadas (com reflexos nas economias municipais e regionais); tem potencial para alterar, em mais ou menos medida, as relações de poder local (MEDEIROS & LEITE, 2004,p.19).

Barone (2005), por sua vez, ressalta que “... tão logo instalados, os PAs se tornam parte ativa (reivindicando sempre, participativa, às vezes) do município. Isso leva a uma ação (mesmo reação) de fazer frente a novas demandas” (BARONE, 2005, p.209).

Em se tratando das modificações acarretadas na estrutura fundiária, Leite *et al.* (2004) apontam mudanças relativamente significativas ocasionadas pelo processo de implementação de assentamentos nos municípios:

A princípio, poderíamos supor que ao desapropriar ou arrecadar um imóvel situado num estrato de área superior e transformá-lo num conjunto de unidades familiares, o programa de assentamentos contribui diretamente para a atenuação do grau de concentração fundiária prevalecente. O impacto imediato dessas medidas é mais evidente em regiões, ou subregiões que concentram diversos projetos de assentamentos (LEITE *et al.*, 2004, p. 133).

Outro fato importante, com ampla consideração na análise desses estudiosos, refere-se a uma maior evidência na acessibilidade à política de créditos rurais. Segundo Leite *et al.* (2004):

Se considerarmos que, além dos créditos de instalação e dos produtivos propriamente ditos, existe também um conjunto de recursos voltados para infraestrutura geral (verbas para construção de estradas, escolas, postos de saúdes etc.), podemos perceber que o conjunto de créditos voltados para a população assentada acaba por ocasionar um significativo afluxo de recursos monetários para os municípios onde os assentados estão localizados, que derivam para a economia local, trazendo um impacto significativo nos municípios menos urbanizados, que é tanto maior quanto maior a densidade de famílias assentadas (LEITE *et al.*, 2004, p. 226).

Dessa forma, esses estudos privilegiam demonstrar como a criação dos assentamentos acarreta modificações na estrutura fundiária; de que forma é ampliada a acessibilidade à política de créditos rurais; e que tipo de reordenação de relações no plano local os assentamentos possibilitam.

Desse modo, os debates acerca dos assentamentos estão imersos no contexto do desenvolvimento rural, já que o rural se integra à dinâmica mais ampla dos processos de desenvolvimento, e a criação destes projetos não pode se limitar a ser uma política pública apenas de direito, ou seja, fornecer terra, créditos aos seus beneficiários. Dentro dessa perspectiva, é necessário que haja valorização no que de fato o território tem de melhor, suas especificidades. Portanto, debater a descentralização da política de assentamentos parece ser pertinente para entender os desafios de sua implementação e solidificação no cenário do desenvolvimento local.

A partir dos argumentos apresentados, é importante perceber em que momento a esfera municipal/regional passa a ser importante no processo de implementação dos assentamentos rurais. Diante da necessidade da interação entre as esferas federal, estadual e municipal, as discussões a respeito da descentralização da política de assentamentos vêm ganhando espaço no cenário acadêmico.

Nesse sentido, Barone & Ferrante (2005) sinalizam que essa ênfase nas questões da descentralização da política de assentamentos surge a partir de propostas federais, como o Programa “Novo Mundo Rural”, que previa a integração dos créditos do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), mudanças nas fórmulas de acesso a terra e, principalmente, a descentralização da reforma agrária com a participação de Estados e municípios.

No “novo mundo rural”, estimula-se a criação de conselhos municipais de desenvolvimento sustentável, responsável para elaboração de um plano municipal de desenvolvimento sustentável e de derivados planos de desenvolvimento dos assentamentos (PDAs) sob controle dos agentes institucionais locais, como câmara de vereadores, prefeituras, sindicatos e outras entidades civis, sempre com a participação de técnicos dos órgãos federais e estaduais voltados para o desenvolvimento da agricultura e reforma agrária (Incrá, Secretarias Estaduais etc.) (BARONE & FERRANTE, 2005, p. 206).

Assim, os autores argumentam que são esses planos municipais, elaborados no âmbito local, que, idealmente, deveriam orientar as ações governamentais em todos os níveis, garantindo um controle local bastante preciso sobre os rumos da dinâmica da produção da agricultura familiar (BARONE e FERRANTE, 2005).

Dessa maneira, a abordagem apresentada pelo “Novo Mundo Rural” delega ao espaço municipal e microrregional uma capacidade de decisão e monitoramento das ações dos projetos de assentamento rural.

A proposta Federal reforça a base local para o desenvolvimento sustentável dos PA's, propondo linhas de investimento (Via Pronaf), parcerias (...) e acima de tudo, uma série de medidas para a organização local de instituições capazes de acompanhar e suportar a difícil trajetória de consolidação dos assentamentos. Deste ponto de vista, a visível ineficiência e descontrole das políticas de investimentos nos PA's poderia ser superada (BARONE & FERRANTE 2005, p. 206).

Se por um lado, a centralização da política pode não levar em consideração as agendas e identidades minoritárias, por outro lado, a descentralização pode esbarrar em impasses entre as esferas federal, estadual, municipal no que se refere aos diferentes posicionamentos dos atores envolvidos na gestão desses empreendimentos sociais. De acordo com a concepção de Abramovay (2005), isso pode causar uma polarização dos atores de forma antagônica, prejudicando o alcance dos objetivos da política de criação dos assentamentos.

Embora boa parte da literatura apresente dados sobre a política de reforma agrária que evidenciam mudanças positivas promovidas pelos assentamentos rurais, Abramovay (2005) lança críticas à forma de sua implementação principalmente no que diz respeito aos créditos concedidos e ao grande volume de recursos aplicados nesses projetos, ainda que, esse autor considere a importância dos dados demonstrados pelos principais estudos sobre os assentamentos como pode ser observado no trecho a seguir:

Alguns trabalhos recentes mostram resultados fundamentalmente positivos: a pesquisa dirigida por Medeiros e Leite (2004) em seis Estados Brasileiros indica que a grande maioria dos assentamentos tinha renda superior à linha de pobreza. Mais que isso: a renda obtida no lote correspondia a 81,77% da renda familiar no caso do Mato Grosso, 64,62% no Rio de Janeiro e 79,52 no Rio Grande do Sul, 79,74% em Sergipe e 83,73% em São Paulo. Em outras palavras, os assentamentos não são simples locais de moradia e servem, de fato, a

finalidades produtivas. Os indicadores de condição de vida também se revelam positivos (Medeiros e Leite, 2004:43-47). Medeiros e Leite destacam ainda os efeitos multiplicadores dos assentamentos nas economias e nas sociedades locais. Martins (2003) mostra a importância dos assentamentos na própria recomposição das unidades familiares (ABRAMOVAY, 2005, p.357).

Sua crítica, no entanto, consiste no fato de que, embora os assentados estejam em situação melhor do que antes de receber a terra, o que demonstra um indicador positivo da política, é preciso observar se os gastos do programa são compensadores, sob o ângulo do bem-estar social. Neste sentido, Abramovay (2005) argumenta que as avaliações não levam em conta as dotações de crédito recebidas pelos assentados quando de sua instalação e nem o fato de a inadimplência ser muito elevada. Sustenta ainda que os problemas dos assentamentos sejam de natureza político-institucional:

Eles se originam na maneira como os atores envolvidos no processo concebem e executam as condições em que são ou deveriam ser atribuídos recursos às populações beneficiárias. As instituições, as normas e valores, expectativas, modelos mentais e, sobretudo, as configurações de interesses e relações desta área acabaram adquirindo um certo formato organizacional que joga sistematicamente os governos e os movimentos em impasses dos quais não tem como sair e cujo resultado social é profundamente destrutivo. São dinâmicas que polarizam os atores em torno de posições antagônicas e que não conduzem a resultados capazes de representar um caminho consistente na luta contra a pobreza (ABRAMOVAY, 2005, p. 358).

Nessa perspectiva, Abramovay argumenta que o ambiente institucional que rege essa transferência não tem conduzido ao uso eficiente nem dos recursos públicos nem daqueles que se encontram nas mãos dos beneficiários. Para o autor, no caso dos assentamentos, não existe uma cultura de avaliação, ou seja, “as instituições não contemplam e não valorizam as responsabilidades dos indivíduos em toda a sua cadeia de realizações, dos acampamentos ao Incra” (ABRAMOVAY, 2005, p.358). Abramovay defende a experiência do crédito fundiário, sabendo as famílias, desde o início, que deverão pagar pela terra que receberam, produzindo incentivos interessantes para melhorar suas capacidades produtivas e desempenho.

Diante desses argumentos, não se deve desconsiderar que a forma de implementação da política de assentamentos necessita de adaptações, como, por

exemplo, de um melhor acompanhamento técnico, melhorias nas infraestruturas oferecidas, aquisição de terras potencialmente produtivas, etc., porém, é preciso ir além de uma avaliação meramente econômica, embora seja essa um fator importante. Os argumentos apresentados por Abramovay (2008) falham ao enfatizar, sobremaneira, os aspectos econômicos, como, por exemplo, o retorno financeiro dos investimentos nos projetos, desconsiderando outros pontos relevantes na avaliação da política. Ao se basear nessa visão, corre-se o risco de cair no economicismo, de modo que, pode haver uma colonização do mundo da vida pelo econômico, desconsiderando que o homem é acima de tudo um ser social como é bem enfatizado por Polanyi em sua obra *A Grande Transformação*. Assim, a reflexão deve ser baseada também nos aspectos sociais que envolvem os indivíduos e suas escolhas.

Considerando essa perspectiva, Amartya Sen (2000) argumenta que ter liberdade é poder conduzir a vida da maneira desejada, tendo em vista um leque de oportunidades e escolhas. O estudioso ressalta que a liberdade é o meio e o fim para se alcançar o desenvolvimento e que o mesmo não deve ser analisado num viés apenas econômico. Segundo ele, uma análise feita considerando somente essa perspectiva, deve ser vista como falha. O autor apresenta argumentos que contribuem para a questão em pauta e nos ajudam a perceber que a criação de assentamentos deve ser analisada para além de sua dimensão econômica, quando considera que na avaliação do desenvolvimento têm de ser consideradas variáveis como: o poder de escolha, a autonomia, oportunidades oferecidas aos indivíduos e, sobretudo, sua condição de agente, ou seja, sujeitos que agem, ocasionam mudanças.

O desenvolvimento na perspectiva de Amartya Sen (2000) consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente. Para tanto, é necessária uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas envolvendo uma multiplicidade de instituições e muitas condições de agente relacionadas de forma interativa.

Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna a vida mais rica e desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2000, p.29).

Assim, é preciso reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade e a condição de agente dos indivíduos que a política de assentamentos proporciona aos seus beneficiários. A condição de agente atribuída aos assentados proporciona oportunidades sociais, políticas e econômicas, de modo que a expansão da liberdade deve ser vista como principal fim e meio para o desenvolvimento.

Desse modo, o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhoria da vida e das liberdades que poderão ser desfrutadas pelos indivíduos. Nesse contexto, pode-se dizer que a condição de assentado permite ao trabalhador se inserir em processos que até então eram distantes de sua realidade. Nessa discussão, é importante resgatar as concepções de Sen quando argumenta que a liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões³:

- A razão avaliatória: a avaliação do processo tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.
- A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.

A criação dos assentamentos rurais, analisados em relação à razão avaliatória, possibilita o aumento das liberdades dos beneficiários se consideradas as seguintes variáveis: maior possibilidade de acesso a crédito rural, geração de renda, autonomia e mudança social, capacidade organizativa e, o que é mais importante: o acesso à terra significa a liberdade de não mais ter a OBRIGAÇÃO de vender a força de trabalho, dá AUTONOMIA ao trabalhador que passa a ser produtor e dono dos meios de produção. Antes de ter o acesso à terra, esse trabalhador não tinha qualquer possibilidade de obtenção de créditos, é a terra fruto de políticas como a de implementação de assentamentos rurais, que abre essa possibilidade.

No que se refere ao maior acesso a linhas de créditos, essa possibilidade se dá pelo fato de os assentados serem beneficiários de uma política pública federal, que tem no seu bojo ações que proporcionam a estruturação de um novo espaço, por meio de investimentos em infraestrutura que incluem a construção de casas, sistema de eletrificação e abertura de estradas; investimento nos sistemas produtivos pela liberação de créditos via Pronaf, para os quais a condição de assentado é um pré-requisito. Em contrapartida, todos esses investimentos se refletem no desenvolvimento interno e externo dos assentamentos rurais. Ao considerar os aspectos internos desse processo, nota-se que esses investimentos se refletem na geração de renda, de modo que se

³ SEN (200, p. 19)

constituem, por assim dizer, no primeiro passo para a melhoria das condições econômicas, visto que os assentados assumem a possibilidade de gerir sua propriedade, alcançando uma nova condição social. No que concerne às mudanças externas, a partir da criação de um assentamento rural em um dado local, percebe-se que os fatores como acesso ao crédito e geração de renda influenciam diretamente na dinâmica econômica do município, tendo em vista a participação dos assentados na economia local, não somente como fornecedores de produtos agrícolas, mas também, consumidores. No que se refere à autonomia, é preciso considerar também que, além de produzir, de utilizar os meios de produção como julgarem convenientes, os beneficiários do programa podem também fazer escolhas, inclusive a de vender a sua força de trabalho, em condições mais satisfatórias do que fazem os trabalhadores que não têm acesso à terra.

Nesse processo, a razão da eficácia em que o desenvolvimento depende da livre condição de agente dos indivíduos, como apresentado por Sen (2000) no caso dos assentamentos, pode ser vista inicialmente pelas possibilidades materiais e imateriais que são permitidas aos beneficiários. As condições imateriais podem ser concebidas pela possibilidade de inserção dos indivíduos na sociedade, observada pela democratização do acesso à terra. Outro fato considerável é a possibilidade de articulação da capacidade organizativa do grupo assentado, notada na formação de associações representativas legalmente constituídas, quer seja pelas exigências formais da política de implementação de assentamentos, quer seja por outras organizações nascidas das experiências ao longo do processo de criação destes projetos, como as cooperativas. Já as condições materiais podem ser observadas por ações permitidas pela política de assentamentos, tais como o maior acesso a políticas de créditos rurais e à construção de infraestrutura.

Considerando os argumentos acima, é possível observar mais uma contribuição de Sen (2000):

a ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai além da relação constitutiva por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por **oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas**. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante **a liberdade para participar da escolha social e da tomada**

de decisões públicas que impelem o processo dessas oportunidades
(SEN, 2000, p.19)⁴

Desse modo, os assentamentos rurais desempenham papéis importantes tanto nas condições econômicas, como na liberdade de tomada de decisões dos atores. Não obstante, ainda que o intuito da política de assentamentos rurais seja possibilitar o alcance dos fatores semelhantes àqueles sustentados por Sen, é importante ressaltar que, na prática, pode haver distanciamento, devido às dificuldades de articulações dos diferentes atores e às instituições envolvidas em todo o processo. O fato de sofrer influências de diferentes entidades de representação acaba por formar um campo de disputas políticas que nem sempre são benéficas para os assentados. Ainda assim, os assentamentos podem ser vistos como facilitadores na diminuição da desigualdade social e incentivadores do desenvolvimento local à medida que esses empreendimentos promovem rearranjos de relações no local de sua inserção, de tal modo que, na trajetória da criação de assentamentos, as alianças firmadas, as relações estabelecidas com o Estado e com forças políticas locais possibilitam a consolidação de direitos já existentes e por consequência a demanda de outros direitos, assinalando uma ruptura com a situação anterior (MEDEIROS & LEITE, 2004).

Da mesma maneira, ao criar projetos tecnoprodutivos, praticar uma nova sociabilidade no ambiente interno e externo ao assentamento, ao se inserir em um jogo de disputas políticas, a experiência da criação de assentamentos gera impactos significativos no meio social, político, econômico e, principalmente, no local em que está inserido. Nesse sentido, a criação desses projetos revela-se importante, pela possibilidade de transformação de um amplo setor de excluídos em sujeitos políticos. Assim, os impactos dos assentamentos podem ser observados na vida dos assentados e do assentamento e necessariamente para fora deles também, atingindo direta e indiretamente os municípios e regiões de sua implementação (MEDEIROS & LEITE, 2004).

2.1.2. Dos acampamentos aos assentamentos: os principais mediadores da luta pela terra no Espírito Santo

Esse tópico tem como objetivo principal evidenciar como se deu a construção histórica de aspectos relacionados à questão da luta pela terra no Estado do

⁴ Grifos da autora.

Espírito Santo, especialmente demonstrando a atuação dos principais mediadores nesse processo.

A reconstituição histórica acerca do debate e da luta política pela reforma agrária no Espírito Santo, bem como a tentativa de entender o processo de implementação de assentamentos rurais no Estado, requerem uma volta ao passado e, principalmente, o entendimento das transformações ocorridas tanto no meio rural, na agricultura, como na economia capixaba. O esforço dessa reconstituição envolve uma análise de vários fatores dentre os quais se podem destacar: os aspectos da colonização na formação do estado, a expansão e declínio da cafeicultura, a estruturação econômica e os primeiros incentivos à industrialização. Por meio dessa contextualização, é possível entender aspectos relevantes da luta pela terra no estado. A estrutura política e econômica capixaba dependia até metade do século XX de um único produto, o café, o que provocava uma incerteza na economia, visto que esse produto estava diretamente ligado à exportação e dependente assim do mercado externo. Os investimentos e, principalmente, a dependência da cafeicultura trouxeram também alterações significantes no que diz respeito ao processo de colonização, tendo em vista que a política de imigração bem como a ocupação demográfica de diversas áreas foram diretamente impulsionadas pela expansão da cultura cafeeira. Desse modo, o estado foi altamente afetado pela chamada crise cafeeira dos anos de 1930, que teve como consequência a erradicação dos cafezais e um novo eixo orientador do que seria o modelo de desenvolvimento econômico para o Estado.

Dessa forma, como solução plausível à crise da cafeicultura, o estado passa a investir em projetos que possibilitariam modernizar a agricultura, principalmente com fortes incentivos à instalação de grandes empreendimentos agrícolas e agroindustriais, pela concessão de subsídios econômicos, especialmente para multinacionais e projetos como o Proálcool. Assim, a economia capixaba passaria a acolher investimentos estrangeiros, sediar grandes investimentos e estar afinada com o núcleo central da estratégia de desenvolvimento pretendida para o país, o que significava alcançar, ao mesmo tempo, uma inserção econômica mais expressiva para o Espírito Santo no cenário nacional e a realização de seus interesses, dando um “novo sentido” para a economia e desenvolvimento estaduais. Esse novo sentido teve a sua mais perfeita tradução e cristalizou-se privilegiadamente por meio da implantação de grandes projetos de impacto, voltados para a produção industrial de produtos semielaborados para exportação (VALADÃO, 1999, p. 51).

A implementação desta estrutura voltada para favorecer grandes empreendimentos econômicos trouxe consigo transformações no padrão do uso da terra, nas relações socioeconômicas no campo, no aumento do êxodo rural, na implantação da monocultura e, em especial, na concentração de terras no Espírito Santo.

Tanto na cidade como no campo, formou-se uma superpopulação relativa às necessidades do capital-industrial e agrário. Essa superpopulação foi se constituindo como produto da concentração da terra, das alterações nas relações de produção, do emprego de máquinas e tecnologia sofisticadas e poupadoras de mão de obra e da conservação de terras cultiváveis em pastagem ou empregadas para a formação de florestas homogêneas ou para monocultura de produtos voltados para a industrialização, ou ainda, simplesmente, transformadoras em reserva de capital. (VALADÃO, 1999, p. 69).

Segundo Smarzaro (2001), somente a partir de 1968 que o Espírito Santo passa a integrar de forma mais concreta o modelo desenvolvimentista brasileiro, sendo que a partir da segunda metade da década de 1960 é que se inicia uma nova fase na sua economia. Na visão dessa autora, isso ocorre devido ao fato de o estado passar a atuar como agente condutor do processo de industrialização e fornecedor do capital básico na viabilização desse processo. Como consequência simultânea dessa interferência:

Ocorreu o processo de desruralização e urbanização, sendo estas as condições necessárias para que o processo de concentração capitalista se realizasse. Tal processo alterou a estrutura da sociedade capixaba, diluindo intensamente a aparente dualidade existente entre o campo e a cidade (SMARZARO, 2001, p.47).

Dessa forma, a atual estrutura fundiária do Estado começou a ser definida a partir da primeira crise cafeeira ocorrida em 1897, quando se iniciou o processo de desconcentração da posse da terra na região Sul, uma vez que os contratos de parceria passaram a se mostrar desvantajosos para os colonos. As fazendas decadentes e desprovidas de força de trabalho foram aos poucos dando origem a parcelas menores. Apesar desse movimento predominante na região Sul, alguns imóveis, mesmo após o desmembramento, ainda mantiveram uma área média elevada. Na região Sul, pelo fato de ter sido a primeira a ser ocupada, a organização da atividade agrícola é mais tradicional (PEDEAG, 2007-2025).

Ainda no que se refere ao Sul do Espírito Santo, lembra Lorensini (1999) que a organização da atividade agrícola é feita de forma tradicional, refletindo as formas de organização da produção característica do processo histórico desta região. Já a ocupação e desenvolvimento da região norte do Espírito Santo foi mais tardia que a do sul, e com predomínio de investimentos em projetos empresariais desenvolvidos em grandes propriedades e muitas vezes especializados em apenas uma cultura (LORENSINI, 1972).

Desse modo, é possível perceber as graves consequências que os investimentos nesses projetos empresariais, e, principalmente na monocultura, acarretaram para o Estado. Como consequência imediata desse processo, a concentração de terra e o êxodo rural fazem com que se estabeleça, a partir daí, a organização dos trabalhadores rurais em prol da luta pela terra como forma de reverter essas questões. Nesse contexto, podem ser observadas as primeiras demonstrações de luta pela terra no norte do estado, sendo a favela “*Pé sujo*”, localizada no município de São Mateus, palco das primeiras mobilizações.

Nesse cenário, a luta pela terra no Espírito Santo passa a estar ancorada em três entidades representativas: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) – sob liderança da Federação dos Trabalhadores Rurais do Espírito Santo (Fetaes).

No que diz respeito à CPT, criada em 1976 no estado, seus primeiros trabalhos foram na área sindical. Suas equipes se envolviam com atividades de formação e reflexão político-religiosa, organizadas em sua maioria dentro das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Esses trabalhos eram voltados para mobilização e reivindicação por terra. Foi também a partir da ação de sindicalistas oriundos da oposição sindical, que a ideia de organizar um movimento de luta pela terra tomou consistência. A CPT Espírito Santo inicialmente ficou vinculada à Cáritas–Vitória, desvinculando-se tempos depois para instalar uma secretaria regional em São Mateus. Os trabalhos desenvolvidos primeiramente foram na área sindical, especificamente na formação do movimento de oposição sindical (VALADÃO, 1999).

No caso da CPT, a mesma autora evidencia que a essência dos trabalhos desenvolvidos tinha como práxis o terreno da fé, nas orientações da religiosidade, da promoção dos valores cristãos, procurando interpretar as questões relacionadas ao direito de acesso à terra nas concepções religiosas. Assim, com base na vivência dos

trabalhadores, foi articulado o discurso religioso com o político. A metodologia de trabalho era incentivar nos encontros a buscar passagens bíblicas para explicitar em que constituía o plano de Deus e quais as suas diferenças em relação ao que concretamente os trabalhadores enfrentavam no seu cotidiano. A CPT promovia encontros dos quais participavam membros dos grupos de sem-terra de vários municípios do Norte do estado do Espírito Santo, bem como os primeiros grupos de assentados. A reunião desses dois segmentos era promovida dentro da compreensão de que ambos partilhavam o mesmo projeto de conquistar a terra prometida. (VALADÃO, 1999)

Tanto Valadão (1999) quanto Pizetta (1999), demarcam os anos de 1983 a 1984 como um período em que o acesso à terra era negociado com o Estado, basicamente pelo trabalho desenvolvido pela CPT, STRs e CEBs. Dessa forma, a atuação desses mediadores fez com que a luta pela terra traçasse uma trajetória um pouco diferenciada do restante do país, uma vez que, privilegiaram o diálogo e a negociação com o Estado na condução da trajetória de suas ações, optando por seguir as condições locais, ou seja, os sindicatos apoiaram o diálogo e a negociação com o poder público. Apesar da ênfase dada pelos autores nessa forma negociada em que afirmam que o sindicalismo do estado do Espírito Santo optou na condução da luta pela terra, é preciso considerar que, de 1964 até 1985, essa forma negociada era o padrão legítimo em todo o país, não somente no Espírito Santo. Dessa maneira, as ações do movimento sindical no Brasil tiveram como tônica a negociação com o estado se atendo apenas às brechas deixadas pelo estatuto da terra. O trecho abaixo evidencia essa prática do sindicalismo Brasileiro.

A divisão no interior do Sindicalismo rural manifestou-se já no início da Nova República, em relação à proposta do PNRA que, como já apontado, teve apoio, teve todo apoio da Contag e recebeu severas críticas por parte do sindicalismo rural cultista e do MST, que, nesse momento, tinha a presença em muitos sindicatos. Apostando na possibilidade de uma reforma agrária por meio da iniciativa política do novo governo, a Contag procurou negociar e recusou as ocupações de terras, caminho que estava sendo usado pelo MST como forma de pressão (MEDEIROS, 2002,p .48).

No âmbito estadual, mesmo tendo em conta as resoluções do III Congresso da Contag, em que a entidade reiterou a reforma agrária como a grande bandeira do sindicalismo e as diretrizes apontadas nos eventos nacionais do MST, os sindicalistas rurais capixabas não internalizaram imediatamente a estratégia de ocupação de terras.

Optaram por privilegiar o diálogo e a ação negociada com o estado, por entenderem ser esse um caminho seguro e uma estratégia viável para a condução da luta por terra e reforma agrária no Espírito Santo, dadas à conjuntura de abertura e à disposição do governo do estado (VALADÃO, 1999, p.107).

O MST elegeu a esfera estatal como alvo principal de sua crítica e, no desenho de estratégia local, procurou privilegiar a pressão direta dos trabalhadores sobre o governo do estado, questionando as suas verdadeiras prevenções com a política de reestruturação fundiária. Para o MST-ES, as bases de implementação dessa política não deveriam criar raízes no aparelho estatal. O MST buscou também no Espírito Santo uma articulação de lavradores dentro do movimento sindical, e sua pretensão de ser o principal interlocutor e mediador da luta foi recebida como uma possibilidade de fortalecimento do próprio movimento sindical. É importante ressaltar que o movimento sindical, mesmo diante do MST, continuou acompanhando a luta pela terra, dando respaldo legal às iniciativas. (VALADÃO, 1999)

Segundo essa mesma autora, a opção dos sindicalistas rurais capixabas parece ser perfeitamente explicada pelo contexto político da época, pois o início da movimentação de luta por terra no estado coincide com o ano inaugural do governo do PMDB na figura de Sérgio Camata (1983-86). Isso ocorre, segundo ela, porque os sindicalistas avaliaram positivamente as possibilidades do Governo Camata de contemplar prioritariamente a esfera agrária e agrícola. Nesse sentido, a Secretaria de Agricultura do Espírito Santo (SEAG), representando a posição do governo estadual, formulou a política fundiária oficial e apresentou o Programa de Democratização do Acesso à Terra (Prodaterra), tendo como fio condutor o Programa Estadual de Assentamentos Rurais. O Prodaterra estabeleceu duas linhas de intervenção do governo:

1. Alteração da lei referente à regularização fundiária, levando um novo projeto de lei para concepção, regularização de posse e titulação de terras devolutas, modificando procedimentos e critérios adotados pela lei então em vigor;
2. Realização, pelo governo, de um Programa Estadual de Assentamentos de Trabalhadores Rurais.

No que se refere à primeira linha de intervenção concebida pelo Prodaterra, seu intuito era basicamente rever as falhas apresentadas pela lei 3.4121 de 1971 em vigor. Nessa lei havia propostas sobre a destinação e utilização das terras públicas que pertenciam ao Estado do Espírito Santo. A primeira dessas falhas consistia no fato de o governo ser obrigado a repassar para o interesse privado terras devolutas, desde que o

requerente apresentasse um plano de exploração produtiva da mesma. A segunda falha apresentada na lei era o fato de não fixar o limite da área a ser legitimada, nem fazer restrição de qualquer espécie ao requerente que já possuísse outras terras, mesmo que também devolutas, e nem sequer exigir que o requerente morasse na área requerida (VALADÃO, 1999, p. 119).

Assim, a proposta de modificação dessa lei ficou conhecida como Nova Lei de Terras que previa as seguintes modificações:

1. Só seriam contemplados pedidos cujos requerentes comprovassem cultivar a terra com seu próprio trabalho;
2. Teria a exigência de que o requerente habitasse no imóvel há mais de um ano; e
3. Preservar 20% da área em mata ou ainda fazer reposição, caso necessário, no prazo de dois anos.

Toda essa delimitação do que seria a Nova Lei de Terras fez emergir prós e contras às normas exigidas por ela. Por um lado, se posicionavam entidades patronais sob lideranças da Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (Faes), por outro lado, e a favor da reforma, estavam os Sindicatos de Trabalhadores Rurais liderados pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Espírito Santo (Fetaes). Nesse sentido, o governo intimidado pela forças de cunho patronais retira o projeto da pauta (VALADÃO, 1999).

Em relação à segunda linha de atuação do Prodaterra, os assentamentos que se originaram do programa de assentamentos do governo do Estado do Espírito Santo foram implantados entre os anos de 1984 e 1990. O programa foi conduzido pela Secretaria de Estado da Agricultura (Seag) e consistia inicialmente na compra de terras a preço de mercado para assentamentos de famílias trabalhadoras rurais. Bussinger (1992) argumenta que, nesta perspectiva, a destinação de terras pelo governo estadual para a criação de assentamentos rurais se sustentava dentro do que a lei denomina “ato de disponibilidade” e não entrava em conflito com as normatizações do governo federal nas questões sobre o direito agrário. O programa optou como forma de trabalho pelo diálogo com a Federação dos Trabalhadores Rurais do Espírito Santo (Fetaes), lideranças sindicais e representantes religiosos do Norte do Estado. Nesse sentido, a definição conceitual do que seria a política de assentamentos idealizada pelo Prodaterra foi a:

ação conjunta e conjugada de entidades e instituições envolvidas no enfrentamento de questões agrárias no sentido de emancipação política social e econômica de uma população constituída de trabalhadores rurais sem terra, em curto espaço de tempo, em área compatível com o estabelecimento de propriedades familiares e ou exploração coletiva (VALADÃO, 1999, p. 121).

A mesma autora enfatiza que, como não havia dispositivos constitucionais que permitissem ao governo estadual proceder à desapropriação de terras para fins de reforma agrária, as alternativas de arrecadação de áreas de terra para assentamentos rurais ficaram circunscritas aos seguintes recursos fundiários:

- Áreas de terras de propriedade do governo (patrimoniais) utilizadas por empresas da administração indireta e que se encontravam ociosas;
- Áreas de terras devolutas;
- Áreas de terras havidas por desapropriação em convênio com o Incra
- Áreas de terras adquiridas por meio de compra, com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap)

Valadão aponta ainda que a forma jurídica adotada foi o contrato de comodato. Por meio desse instituto, o assentamento seria usuário do bem, mas sem qualquer garantia definida de posse da terra, a terra continuaria como um bem do estado.

A área total dos assentamentos advindos dessa política foi de 4.908,77 ha, onde foram assentadas 464 famílias, totalizando 23 assentamentos. Desses, 22 estão ao norte do estado e apenas um se localiza ao sul, no município de Viana. Esses dados estão evidenciados no Mapa 02 do tópico “*A política de assentamentos rurais no Espírito Santo: panorama e perspectivas atuais*”.

Havia, dentro do próprio movimento sindical, uma corrente de oposição, formada por membros sindicalistas insatisfeitos com essa forma de condução de negociação da terra. Finda, assim, a fase denominada pelos estudiosos de “acesso à terra via negociação com a esfera estatal”. Para esses sindicalistas opositores, o programa de assentamentos tinha como fator limitante a criação de assentamentos somente em terras devolutas ou em terras por meio de compra, o que acarretou em um descontentamento com a forma de condução desta política.

Por um lado, este processo expressava o desencantamento dos trabalhadores com suas próprias lideranças no papel de mediadores da reivindicação por terra e reforma agrária perante a institucionalidade

política, e por outro lado, houve o desencantamento dessas com o governo do estado e seu compromisso com a democratização do acesso a terra. (VALADÃO, 1999, p. 111).

Todo esse processo de descontentamento culminou com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado, passando ele a ser a principal força de atuação na luta pela terra. Pizzeta (1999) salienta que a criação do MST no Espírito Santo ocorreu em 1985, período que definiu a ocupação como principal forma de luta, contando com as experiências iniciadas no sul do país nesse mesmo ano. Assim, em janeiro de 1985, um grupo de quarenta famílias, em uma atuação conjunta do MST e o STR de São Mateus, ocupou uma área no município de Jaguaré, primeira demonstração da atuação do movimento no Espírito Santo.

O mesmo autor argumenta que em 15 de abril de 1985 surge o primeiro documento público do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Espírito Santo. Esse documento resultou de um encontro realizado entre sindicalistas, lideranças de base, pastorais e a diretoria nacional do MST, para tomar decisões sobre a criação do movimento no Estado. Em dezembro de 1987, sob a orientação do MST, fundou-se o Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados e Pequenos Agricultores (Cidap) do Espírito Santo, sendo esta uma associação sem fins lucrativos com objetivo de negociar projetos para os assentamentos e de servir como entidade jurídica para representar legalmente o MST (PIZZETA, 1999). Esse Centro passa então a ser o responsável específico pela condução da luta pela terra.

Segundo Valadão (1999), ao se tornar condutor específico da reivindicação por reforma agrária, o MST-ES procurou diferenciar-se em relação aos procedimentos adotados até então pelo movimento sindical, principalmente no que concerne à posição dos sindicalistas em não confrontar diretamente o poder público estatal, ainda que contasse em suas ações com a participação do movimento sindical, principalmente no oferecimento de infraestrutura necessária ao MST. De toda forma, estabeleceu-se um conflito entre as concepções dos sindicalistas na condução da luta pela terra em detrimento do que acredita o movimento ser o melhor caminho.

A tensão que permeia as relações entre o MST e os demais agentes dos campos sindical e religioso surge quando o primeiro, em nome da sua autonomia e independência, secundariza os demais agentes mediadores e procura desvencilhar-se de sua prática e da simbologia utilizadas pelos mesmos no encaminhamento do processo de

preparação e/ou celebração das lutas pela conquista da terra (VALADÃO,1999, p. 133)

Embora baseados em diferentes concepções e possuindo papéis distintos, há de se considerar que esses mediadores trouxeram contribuições significativas na trajetória da reforma agrária do estado. Contudo, emergem também forças contrárias à sua consolidação no Espírito Santo.

No bojo da luta pela reforma agrária no Espírito Santo, surge um contramovimento. Trata-se da junção da Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (Faes) e a União Democrática Ruralista (UDR). A primeira representava a organização de produtores rurais patronais e a segunda, a força política contra a reforma agrária. Esses dois grupos surgem como uma forma de defesa do que consideravam ser o direito de propriedade. Dessa forma, em junho de 1986, é criada a UDR no município de Cachoeiro do Itapemirim que se alastra por diversos outros municípios do Estado, através de núcleos regionais, principalmente em áreas consideradas potenciais de ações visando à reforma agrária. Pode-se dizer então, que a atuação da UDR se concentrou na orientação aos proprietários contra as desapropriações de terras com fins de reforma agrária. Como bem salienta Bussinger (1992), a tônica dos discursos foi dada pelo ataque à igreja e aos demais mediadores da luta pela terra.

Além dos contatos “corpo a corpo” com os proprietários rurais e a promoção de manifestações públicas, o presidente da UDR no Espírito Santo, fez publicar sistematicamente nos jornais locais “A voz da UDR”, notas pagas com o objetivo de instruir “os ruralistas” a votar naqueles candidatos identificados com os propósitos da entidade, quais sejam: “defesa e apoio da iniciativa privada, defesa e apoio de uma política agrária que atenda as necessidades da nação, defesa do retorno da tranqüilidade no meio rural, reprovando, por conseguinte as idéias e iniciativas que promovam a discórdia desestimulem o trabalho, desestabilizem o regime democrático, transgridam a lei e incentivem a desordem (BUSSINGER, 1992, p. 122)

Como também indica Medeiros (2002), assim como no Espírito Santo, no restante do país a UDR caracterizou-se pelo enfrentamento direto com os trabalhadores, denúncias das ações da CPT e, em alguns casos, até a formação de milícias armadas nas áreas de conflitos.

Uma organização que em muito apoiou as ações da UDR no Espírito Santo foi a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo (Faes), entidade esta que representa os produtores rurais capixabas. É uma instituição privada, que faz parte do Sistema Sindical Patronal Rural, liderado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Foi criada em 10 de outubro de 1951, com o nome de Federação das Associações Rurais do Estado do Espírito Santo.

Assim, na luta pela terra foram criados dois polos: de um lado, a UDR com apoio da Faes com um discurso antirreformista e de defesa de propriedade privada, protegendo uma ‘agricultura moderna’ a partir dos grandes estabelecimentos agroindústrias. E de outro lado, o MST e outros setores pró-reforma agrária, que vieram politizados para essa luta com propostas em oposição frontal às pregadas pelo UDR (BUSSINGER, 1992).

2.1.3. A política de assentamentos rurais no Espírito Santo: panorama e perspectivas atuais

Como em épocas anteriores, também na atualidade, os mediadores no acesso à terra, principalmente nos municípios estudados, continuam sendo basicamente o MST e os STRs. A estrutura sindical, sob direção da Fetaes, atua no Estado há 40 anos. Segundo o depoimento do atual responsável pela secretaria agrária da Fetaes, hoje existem 54 sindicatos filiados à Federação, em 77 municípios. Isso representa um universo de cerca de 100 mil trabalhadores rurais filiados às bases sindicais da entidade no Estado. O sindicalista afirma também que o Estado possui 500 mil hectares de terras devolutas e que ainda existe muito espaço para a reforma agrária.

Existem hoje no Estado 60 assentamentos rurais federais e 23 assentamentos estaduais (Figura 2).

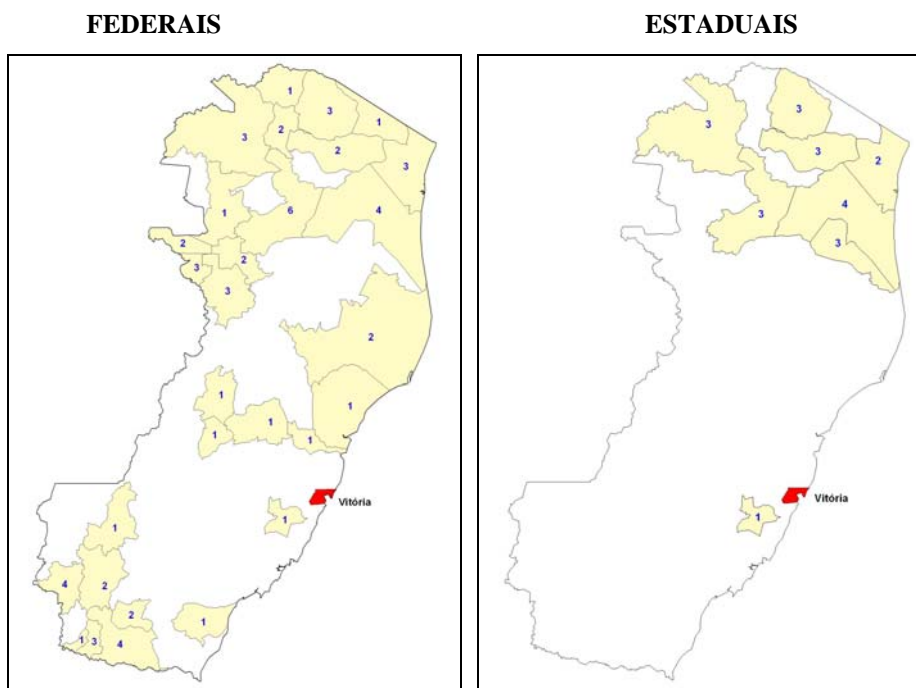


Figura 2 - Assentamentos Federais e Estaduais por Municípios – ES, 2009.
 Fonte: INCRA, 2009

Na Figura 2, a cor amarela representa os municípios que possuem assentamentos rurais, sejam eles federais ou estaduais. A cor vermelha mostra a capital, Vitória, como centro de referência. Em azul, os números que indicam a quantidade de assentamentos por município.

A Figura 2 mostra que a maior parte dos assentamentos rurais federais está localizada ao Norte do Estado. Esse fato se dá talvez por serem estes municípios berço das primeiras reivindicações por terra e ainda por apresentarem condições favoráveis às ações da política voltadas para implementação de assentamentos, já que, como demonstrado, é no norte do estado que se encontra a maior concentração de terras devido às próprias características de colonização e investimentos em grandes projetos multinacionais. No que se refere aos assentamentos estaduais, esses foram implementados entre os anos de 1980 e 1990 via Programa Estadual de Assentamentos e idealizados pela Seag. Nesse caso, observa-se também maior concentração dos projetos no norte do Estado.

2.1.4. Reforma Agrária de Mercado: a implementação de projetos do Crédito Fundiário no Espírito Santo.

Outro ponto que merece destaque são os projetos da modalidade do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Esse programa faz parte das ações

complementares do Plano Nacional de Reforma Agrária e se apresenta como uma proposta recente em termos de política de assentamentos para o público da reforma agrária. É também consequência de experiências advindas do antigo Fundo Rotativo de Terras, Cédula da Terra e o Banco da Terra, um conjunto de políticas que caracteriza o que atualmente se conhece por Reforma Agrária de Mercado.

Nesse sentido, Medeiros (2002), em seu trabalho intitulado *Movimentos sociais, Disputas políticas e Reforma Agrária de Mercado*, traça um panorama de como se conformou a reforma agrária de mercado no Brasil, possibilitando aprofundar as distinções básicas desta política. Nessa perspectiva, enfatiza que a primeira experiência brasileira iniciou-se no Estado do Ceará, em 1996. Naquele ano, em uma parceria do governo estadual com o Banco Mundial, foi criado o Fundo Rotativo de Terras, resultado de estudos sobre o mercado de terras e avaliações dos mecanismos usados até então para reforma agrária no Ceará.

O governo federal, seguindo essa perspectiva, implantou nos Estados de Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Bahia e mesmo no Ceará, um programa similar denominado Cédula da Terra, também financiado em parte pelo Banco Mundial. Os princípios centrais dessa estrutura fundamentavam-se:

tanto na aquisição da terra, de forma descentralizada com as associações escolhendo as áreas que desejassem adquirir, quanto na criação de um compromisso por parte dos beneficiários de que a propriedade seria paga, garantindo seu investimento nela em termos de trabalho. Nesse desenho, o suporte da racionalidade estratégica é fundado em valores de mercados dos atores envolvidos, em especial dos trabalhadores que decidiam formar uma associação (MEDEIROS, 2002, p. 75).

Essas primeiras experiências foram estendidas a outras regiões do país, mantendo esses princípios norteadores, mas agora já denominado Banco da Terra. Nesse sentido, a opção do governo foi pelo estímulo à obtenção de terras no mercado, privilegiando a negociação em detrimento ao confronto. A partir disso, surgem fortes críticas por parte dos defensores da política de reforma agrária de mercado à desapropriação como via de acesso à terra, que vinha sendo amplamente adotada no Brasil.

Todo esse cenário fez emergir reações contrárias às propostas, tendo como opositores centrais, a princípio, o MST, a CPT e a Contag. Se por um lado a reforma

agrária de mercado tinha ampla aceitação por parte das organizações patronais, por outro, havia fortes contestações desses movimentos. A alegação principal se pautava na defesa da desapropriação como caminho para a reforma agrária brasileira e não a compra de terras, que na opinião desses críticos beneficiava o latifúndio. Mesmo dentro de muitas críticas, as experiências dos programas Banco da Terra e seu antecessor, Cédula da Terra, foram utilizadas para fundamentar o então Programa Nacional de Crédito Fundiário. Medeiros (2002) salienta que nesse contexto o eixo central do debate em torno da reforma agrária é o peso relativo da desapropriação *versus* mecanismos de mercado.

No que se refere às atuais diretrizes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, o programa financia compra dos imóveis escolhidos pelos próprios beneficiários seguindo os requisitos apresentados⁵:

- Os imóveis não podem ser passíveis de desapropriação, isto é, com área inferior a 15 módulos fiscais, ou com área superior a 15 módulos, mas considerados produtivos;
- Os proprietários dos imóveis têm de possuir título legal e legítimo de propriedade e de posse e sobre os quais não incidam agravantes que possam impedir sua transferência legal;
- Os imóveis não podem estar situados em reservas indígenas ou em áreas protegidas por legislação ambiental ou não confinem com as referidas áreas;
- Os imóveis têm de ter preços condizentes com os de mercado e apresentar condições que permitam o seu uso sustentável, sejam elas existentes ou que possam ser implantadas com o apoio ou o financiamento do programa.

O programa Crédito Fundiário, segundo suas diretrizes, é executado em parceria com os governos estaduais e com o movimento sindical de trabalhadores rurais e da agricultura familiar e conta com a participação dos Conselhos Municipais e Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável. As principais linhas de atuação são: Combate à Pobreza, Nossa Primeira Terra e Consolidação da Agricultura Familiar. Observa-se por essa descrição que os fundamentos dos programas que antecederam o Crédito Fundiário se mantêm.

No Espírito Santo, o programa Crédito Fundiário foi criado a partir de 2001, sendo efetivamente implantado no estado a partir de 2003, tendo as primeiras associações contratadas no ano de 2004. No que diz respeito aos municípios estudados, nota-se uma ampla aceitação da modalidade do crédito fundiário. As elaborações de

⁵ Retirado do site: www.creditofundiario.org.br em 12 ago. 2009.

propostas visando a esse crédito são apoiadas pela Fetaes e pela Unidade Técnica Estadual (UTE). A esse respeito, é interessante apresentar alguns dados referentes ao programa no Estado mostrados no Quadro 02.

Quadro 02 – Programa Nacional de Crédito Fundiário no Espírito Santo, 2009

	<i>Propostas encaminhadas</i>	<i>Nº de Famílias atendidas</i>	<i>Valores investidos (R\$)</i>
Fetaes	866	2.512	100.911.000
UTE –ES	108	1.010	40.939.000
Total	974	3.522	141.850.000

Fonte: UTE, agosto de 2009.

Os números apresentados no Quadro 2 dizem respeito às propostas encaminhadas ao sistema de pré-cadastro para qualificação da demanda do Plano Nacional do Crédito Fundiário no Estado do Espírito Santo e evidenciam, de certa maneira, a popularização da demanda por terra via esse programa.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1. Caracterização dos municípios

Como já mencionado, o estudo foi realizado nos municípios de Alegre, Apiacá, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Muqui e Viana, pertencentes ao sul do estado de Espírito Santo, que se destacam nessa região também pela presença de assentamentos rurais. Esses municípios são, em sua maioria, de pequeno porte, com população inferior a 50 mil habitantes, com exceção de Viana, que apresenta uma dinâmica um pouco diferenciada do restante dos municípios, uma vez que faz parte da grande Vitória, capital capixaba. Há nesses municípios predominância da população urbana em relação à rural, destacando-se mais uma vez Viana, onde se encontra a maior discrepância entre essas duas populações.

Nessa direção, a criação de assentamentos rurais nos municípios poderia possibilitar um retorno de parte dessa população urbana ao meio rural, já que houve uma redução da população rural entre os anos de 1991 a 2000. O Quadro 3 sistematiza esses dados, apresentando a contagem da população total, bem como da rural e urbana.

Quadro 03 - Perfil populacional dos municípios estudados, ES, 2009

<i>Municípios</i>	<i>População Rural 1991</i>	<i>População Urbana 1991</i>	<i>População total 1991</i>	<i>% População Rural/ População Total 1991</i>	<i>População Rural 2000</i>	<i>População Urbana 2000</i>	<i>População total 2000</i>	<i>% População do Rural/ População Total 2000</i>
Alegre	14,092	16,330	30,422	53,67	11.973	19.741	31.714	37,75
Apiacá	3,505	3,490	6.995	50,1	2.729	4.886	7.615	35,83
Guaçuí	6,101	15,863	21.964	27,77	6.300	19.192	25.492	24,71
Mimoso do Sul	13,566	10.475	24.041	56,42	12.916	13.283	26.199	49,29
Muniz Freire	13,972	6,184	20.156	69,3	12.478	7.211	19.689	63,37
Muqui	6,209	7,410	13.619	45,59	5.028	8.642	13.670	36,78
Viana	3,978	39,888	43.866	9,06	3.855	49.597	53.452	7,21

Fonte: CNM, 2009.

No ano de 1991, com exceção dos municípios de Guaçuí, Viana e Muqui, a população rural representava um valor superior a 50% em relação à população total dos municípios estudados. Percebe-se que, nesse ano, havia um equilíbrio entre as populações. Embora tenha havido uma redução percentual da população rural dos

municípios analisados entre os anos de 1991 e 2000, percebe-se que ela se mostra ainda bastante significativa. Já em 2000, os municípios que se destacam com alta população rural são Muniz Freire com 63,37% e Mimoso do Sul 49,29%. Os municípios que mais sofreram diminuição da população rural foram Alegre e Apiacá, com uma diferença de 15,92% e 14,25%, respectivamente.

Outras variáveis importantes a serem analisadas são o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desses municípios, variáveis referentes ao desenvolvimento municipal. O PIB considera apenas a dimensão renda, o desenvolvimento econômico e representa a soma (em valores monetários) de um período de tempo, de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada localidade, como países, estados e cidades. Já o IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano, a partir de indicadores de educação, longevidade e renda, ou seja, considera outras dimensões do desenvolvimento humano e não apenas a econômica.

Quando considerada apenas a dimensão renda, representada pelo PIB per capita dos municípios, observa-se uma considerável evolução entre os anos de 2002 e 2006, destacando-se o município de Muqui com o maior crescimento percentual, 69,51% (Tabela 1).

Tabela 01- PIB dos municípios estudados, Espírito Santo, 2009

<i>Municípios</i>	<i>PIB 2002</i>	<i>PIB 2003</i>	<i>PIB 2004</i>	<i>PIB 2005</i>	<i>PIB 2006</i>	<i>Variação %</i>
Alegre	108.513,93	131.478,67	142.891,12	154.977,20	178.521,65	64,51
Apiacá	25.063,91	31.705,73	31.799,44	33.203,13	39.162,49	56,25
Guaçuí	106.270,20	128.926,21	142.164,83	142.232,15	164.492,15	54,79
Mimoso do Sul	113.379,34	125.605,05	137.312,70	153.599,85	167.630,87	47,85
Muniz Freire	77.559,15	85.938,36	87.642,74	89.453,01	98.572,61	27,09
Muqui	40.971,91	48.668,01	53.525,71	60.975,15	69.451,89	69,51
Viana	370.468,20	513.532,82	513.950,08	665.177,93	592.968,48	60,06

Fonte: CNM, 2009.

É interessante observar a influência do setor agropecuário na composição do PIB para evidenciar o cenário no qual os projetos analisados estão inseridos (Quadro4).

Quadro 4 - Composição do PIB por setor nos municípios estudados, 2007 (em mil reais)

<i>Municípios</i>	<i>Setor Agropecuário</i>	<i>Setor de Indústria</i>	<i>Setor de Serviços</i>
Alegre	34.679	23.803	120.973
Apiacá	9.160	4.491	27.515
Guaçuí	28.229	20.683	119.140
Mimoso do Sul	43.782	30.044	100.958
Muniz Freire	43.046	11.311	61.605
Muqui	15.901	8.105	51.567
Viana	18.301	214.346	341.221

Fonte: IBGE, 2007.

Ao observar a composição do PIB, nota-se que o valor adicionado está concentrado, de modo especial, na prestação de serviços, sendo seguido pelo valor adicionado do setor agropecuário, exceto em Viana que pertence à grande Vitória e por isso nota-se maior investimento no setor industrial. Portanto, pode-se dizer que a economia dos municípios é fortemente influenciada pelo setor agropecuário e de serviços. Esse fato permite dizer que os assentamentos têm participação direta no crescimento do PIB, já que são fornecedores de produtos e serviços para os municípios. Além disso, o fato de os municípios terem uma base econômica agropecuária faz deles um cenário propício à consolidação produtiva dos assentamentos rurais.

Observa-se uma melhoria do IDH em todos os municípios analisados, no ano 2000, em relação a 1991, sendo que todos se encontram na faixa em que o IDH é considerado médio (entre 0,500 e 0,799). Nenhum município apresentou IDH considerado baixo (abaixo de 0,500), sendo que o menor valor encontrado foi 0,624, em Muniz Freire, no ano de 1991, e de 0,723 para os municípios de Muqui, Muniz Freire e Apiacá, em 2000. Cabe destacar também que nenhum dos municípios apresentou um IDH elevado, mostrando a possibilidade de melhorias de investimentos nessas localidades.

Vale ressaltar que o Índice de Desenvolvimento Humano do município (IDH) é composto por três variáveis direcionadas a dimensionar os aspectos educacionais, renda e de longevidade de uma população. Ao considerar essas três variáveis, a criação de assentamentos rurais também pode acarretar em uma melhoria do IDH dos municípios, pois contribuem diretamente na geração de renda pelo aumento da produção agropecuária, investimentos governamentais. Essa contribuição no IDH se dá também no sentido de que a instalação dos assentamentos rurais nos municípios, ao gerar demandas como escolas, atendimento médico, impele o poder público a fazer investimentos nesses setores (Figura 03).

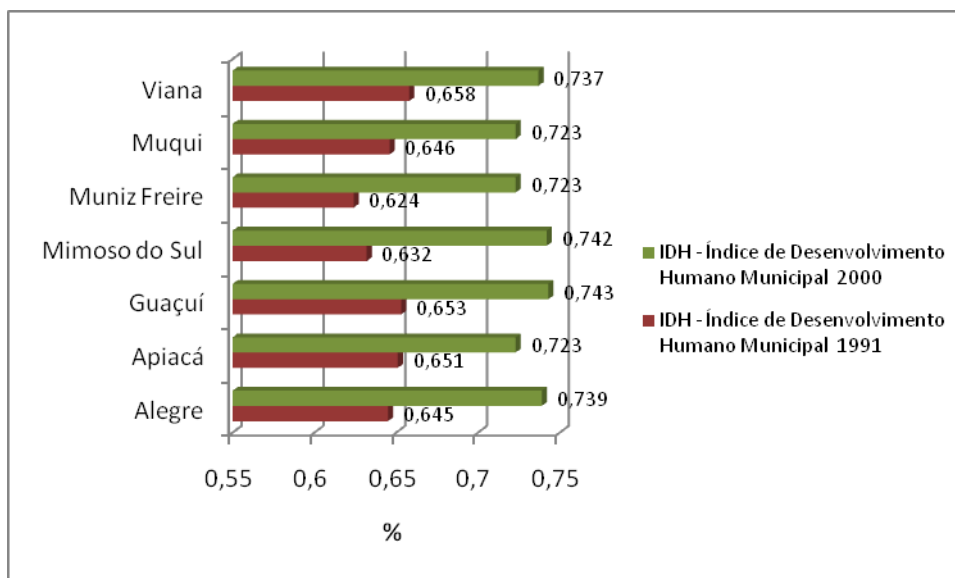


Figura 3 - Evolução do IDH dos municípios estudados, Sul do Espírito Santo, 2009
 Fonte: CNM, 2009.

Observa-se, do mesmo modo, uma evolução positiva da população economicamente ativa rural, entre os anos de 1991 e 2000 em todos os municípios estudados, sendo o maior acréscimo observado em Muniz Freire. População economicamente ativa é aquela em que as pessoas exercem trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsas de estudo. Ou seja, a população economicamente ativa rural compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada no meio rural. Isso implica que a população rural, incluindo a população assentada, passa a possuir maior poder de compra, ajudando direta ou indiretamente a movimentar a economia local e, por conseguinte, contribui na arrecadação tributária municipal.

Tabela 02 - Evolução da população economicamente ativa rural dos municípios analisados, Sul do Espírito Santo, 2009.

<i>Municípios</i>	<i>População Economicamente Ativa Rural</i>	
	<i>1991</i>	<i>2000</i>
Alegre	5.108	5.422
Apiacá	1.279	1.504
Guaçuí	2.416	3.276
Mimoso do Sul	4.919	5.543
Muniz Freire	4.984	7.028
Muqui	2.147	2.384
Viana	1.328	1.650

Fonte: Ipeadata, 2009.

A conjuntura apresentada demonstra os perfis municipais em que os projetos de assentamentos, foco desta pesquisa, estão inseridos. Ou seja, observa-se que os municípios estudados são de pequeno porte, com população rural considerável e com grande contribuição do setor agropecuário na economia local.

Em seguida é feita uma descrição do perfil populacional, econômico e social desses projetos de assentamentos.

3.2. Reforma agrária e assentamentos rurais: o perfil dos Projetos de Assentamentos nos municípios do Sul do Espírito Santo.

Esta seção tem como objetivo principal traçar o perfil dos assentamentos e dos assentados nos projetos estudados. Para a construção desse perfil, foi utilizado como instrumento um questionário abordando assuntos referentes à origem dos assentados, escolaridade, processos produtivos, infraestrutura disponível nos projetos, dentre outras variáveis que serão aqui apresentadas. A importância dessa seção consiste no fato de que ao traçar o perfil dos assentamentos, é possível explicitar os discursos oferecidos pelos dois grupos, o que será detalhado no último capítulo.

Os projetos de assentamentos pesquisados são apresentados no Quadro 5 abaixo, bem como o número de famílias em cada empreendimento e o ano de sua criação. Foram analisados 12 projetos de assentamentos distribuídos em sete municípios do Sul do Espírito Santo.

Quadro 05 - Projetos de assentamentos analisados, Sul do Espírito Santo, 2009

<i>Projetos</i>	<i>Municípios</i>	<i>Famílias Assentadas</i>	<i>Ano de criação</i>	<i>Área (Ha)</i>
PA Floresta	Alegre	77	2000	114,10
PA Paraíso		40	2000	
PA Teixerinha	Apiacá	27	2002	870,476
PA Santa Fé		50	1998	
PA Taliuly	Guaçui	136	1998	1.990,9033
PA São Felipe		18	2004	
PA Solange de Assis		30	2007	
PA Palestrina	Mimoso do Sul	50	2003	2.298,3057
PA Che Guevara		45	2004	
PA União		56	1998	
PA Ouro Verde	Muniz Freire	30	2001	256,2492
PA Monte Alegre	Muqui	60	1999	1.493,5538
PA Santa Clara	Viana	31	2002	1.141,10
Total		650		8.164,688

Fonte: INCRA, 2009.

Como se pode observar pelo Quadro 5, os assentamentos analisados foram criados em um período que varia de 1 a 12 anos, sendo relativamente novos, beneficiam um total de 650 famílias e ocupam uma área de aproximadamente 8.164,6880 ha. Vale ressaltar que, no caso dos projetos mais novos, questões como acesso a linhas de crédito e a consolidação da organização produtiva ainda estão em processo de implantação e de solidificação.

No que se refere à faixa etária, observa-se que a população nos assentamentos rurais do Sul do Espírito Santo apresenta uma maior concentração de jovens com até 30 anos (57,68%) (Figura 4).

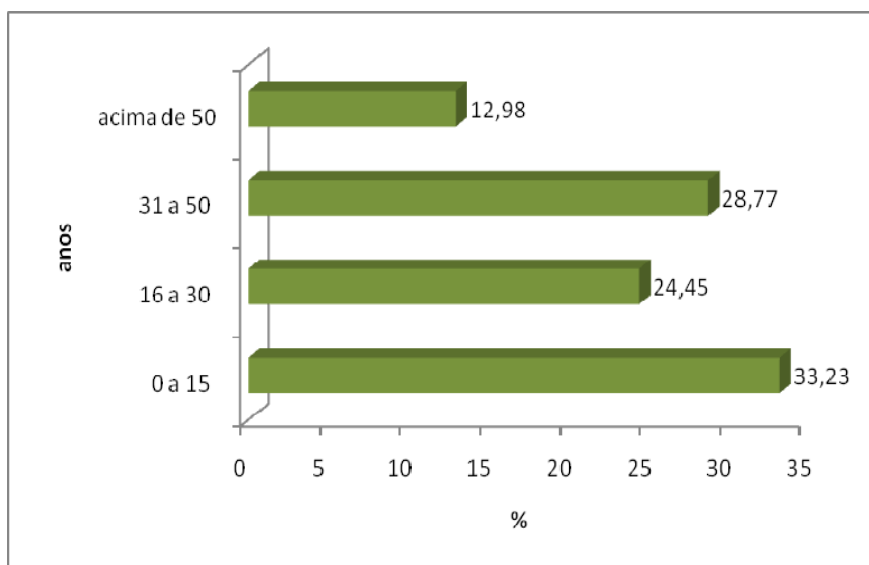


Figura 4 - Faixa etária média da população assentada analisada, Sul do Espírito Santo, 2009

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Esses dados permitem assegurar que a população assentada nesses projetos está em plenas condições de trabalho na terra, uma vez que mais de 53,22% tem mais de 16 anos e menos de 50 anos de idade. Nota-se que o número de crianças e adolescentes é relevante e pode ser considerado um fator positivo, já que garante o futuro do projeto. O Quadro 6 a seguir explicita a situação de cada projeto de assentamento analisado.

Quadro 06 – Faixa etária da população assentada, PAs do Sul do Espírito Santo, 2009

Faixa etária	PA União	PA Monte Alegre	PA Che Guevara	PA Palestrina	PA Ouro Verde	PA Teixeira	PA São Felipe	PA Sta Fé	PA Paraíso	PA Floresta	PA Taliuly	PA Sta Clara
0-5	3,3	5,6	2,7	8,3	9,3	8,2	8,7	6	4,9	11,4	5,6	7,7
6-10	3,3	13	21,6	8,3	18,6	8,2		12	12,2	7,6	12,6	12,8
11-15	11,5	9,3	16,2	5,6	25,6	12,2	30,4	4	24,4	12,7	11,9	15,4
16-20	14,8	11,1	5,4	5,6	7	14,3	8,7	6	7,3	10,1	9,1	7,7
21-25	4,9	11,1	2,7	8,3	9,3	8,2	8,7	6	4,9	5,1	9,8	10,3
26-30	8,2	7,4	5,4	19,4	20,9	10,2		18	4,9	6,3	7,7	2,6
31-40	11,5	9,3	18,9	25	2,3	8,2	17,4	14	17,1	12,7	10,5	15,4
41-50	19,7	18,5	24,3	11,1	7	14,3	26,1	10	9,8	11,4	17,5	5,1
51-60	14,8	5,6	2,7	2,8		8,2		12	7,3	12,7	10,5	15,4
61-70	4,9	7,4				8,2		12	7,3	7,6	4,2	5,1
71-80	1,6	1,9								1,3	0,7	2,6
81-90	1,6									1,3		

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Ao observar o Quadro 6, é importante considerar que a porcentagem de pessoas com mais de 50 anos é bastante significativa em alguns projetos, como o caso do PA União, PA Monte Alegre, Santa Fé, Teixeira, Paraíso, Floresta, variando entre 16% a 20% em relação ao total de pessoas. Do mesmo modo, a população infantil, ou seja, aquela com menos de 10 anos é outra variável a ser considerada por representar de 30% no PA Ouro Verde, 24,3 no PA Che Guevara, 20,5 no PA Santa Clara, 18,6% no PA Monte Alegre e 18% no PA Taliuly.

Tais constatações permitem inferir que o perfil etário variado implica necessidade de ações diferenciadas com vistas ao atendimento das reais necessidades do público presente nesses projetos. A presença significativa de crianças e jovens aponta para uma perspectiva de investimentos a longo prazo nos assentamentos. Quanto ao público com mais de 50 anos, percebe-se que a política de assentamentos rurais se consolida também como alternativa aos indivíduos que encontram dificuldades de aceitação no mercado de trabalho por um não enquadramento na exigência etária.

A tarefa de se pensar no horizonte estratégico dos assentamentos inclui a consideração do papel dos jovens em tais empreendimentos sociais. Ao considerar a política de reforma agrária brasileira, Castro (2005) enfatiza que a imagem do jovem desinteressado pelo campo e atraído pela cidade não é nova, muitas vezes justificada pela desvalorização do campo em detrimento da cidade. As considerações da autora assinalam a necessidade de revisão daquilo que é tratado como desinteresse dos jovens pelo meio rural. Nesse sentido, não se trata apenas de questionar as consequências da saída em menor ou maior quantidade de jovens dos assentamentos, e sim entender as

razões que geram esses deslocamentos, o que, em sua opinião, não representam necessariamente rupturas definitivas.

A autora aponta para uma evidente impossibilidade de reprodução social da família nos assentamentos rurais, ou seja, jovens solteiros e mesmo casados não têm como se estabelecer no mesmo projeto ou em outro próximo, na medida em que não há mecanismos de expansão do núcleo familiar na política de assentamentos rurais.

Tal consideração vai ao encontro da análise da presente pesquisa, uma vez que o cenário das famílias assentadas nos projetos estudados retrata a presença de agregados por parentesco residindo no lote, o que evidencia a necessidade de se refletir a respeito da questão de o lote ser planejado para atender apenas a um núcleo familiar. Os apontamentos deste trabalho, como se pode observar o Quadro 7, permitem demonstrar uma situação problemática. Desse apontamento emergem alguns questionamentos: Qual o destino dos agregados aos lotes por parentesco? A opção oferecida para esses indivíduos é voltar a compor novamente as filas de demandantes de terra? Ou ainda, sua continuidade nos lotes poderia comprometer a viabilidade socioeconômica da unidade? Essas questões são interessantes ao pensar a questão da expansão do núcleo familiar.

Quadro 07- Formação dos grupos familiares, por grau de parentesco, em assentamentos rurais analisados no Sul do Espírito Santo, 2009

<i>Parentesco</i>	<i>PA União</i>	<i>PA Monte Alegre</i>	<i>PA Che Guevara</i>	<i>PA Palestrina</i>	<i>PA Ouro Verde</i>	<i>PA Teixeira</i>	<i>PA São Felipe</i>	<i>PA Sta Fé</i>	<i>PA Paraíso</i>	<i>PA Floresta</i>	<i>PA Taliuly</i>	<i>Sta Clara</i>
<i>Marido/esposa</i>	41	47	51,3	55,5	39,5	41	35,3	26,3	39	43,1	40,6	46,1
<i>Filho/filha</i>	34,4	41,5	48,6	41,7	60,5	43,1	64,7	55,3	48,8	35,4	43,4	41
<i>Mãe/pai</i>	8,2					7,8		10,5	4,87	2,5	6,3	
<i>Irmão/Irmã</i>	6,6							2,6	2,43	3,8	2,8	
<i>Cunhado/cunhada</i>		3,8		2,8							1,4	
<i>Sobrinho/sobrinha</i>											2,1	
<i>Enteado/enteada</i>								2,6	2,43		1,4	
<i>Neto/neta</i>	6,6	3,8				5,9			2,43	10,1	1,4	10,3
<i>Genro/nora</i>	1,6	3,8				2				3,8	0,7	2,6
<i>Sogra/sogra</i>	1,6							2,6		1,3		

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Cabe considerar que 10,02% dos residentes nos assentamentos rurais analisados são agregados por parentesco. Tal discussão aponta também para a necessidade de se investir em programas de geração de renda e atividades culturais como condição para a manutenção dos jovens nesses projetos. Tendo em vista que a política pública de assentamentos não deve simplesmente se restringir a concessão de

ativos como terra ou crédito, mas como uma política com vistas ao desenvolvimento, devendo, portanto, se atentar ao favorecimento da criação de oportunidades no sentido proposto por Sen (2000), além de serem repensados os mecanismos que atendam satisfatoriamente à expansão do núcleo familiar. Assim, a melhoria na infraestrutura da produção, das condições de acesso à escola, projetos que visem à geração de renda para esses novos atores podem garantir a permanência dos jovens nos projetos, bem como elevar a renda familiar.

No que se refere à cidade e Estado de origem dos grupos familiares, percebe-se que 46% dos assentados são oriundos do próprio município onde estão localizados os projetos, 40% são de outros municípios do Espírito Santo e 14% dos entrevistados advêm de outros estados, principalmente de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesse sentido, os assentamentos rurais atuam como polos de atração da população tanto dos municípios onde estão localizados, quanto de outras regiões, por isso têm um papel importante no controle do êxodo rural. Corroborando essa assertiva, Ferreira Neto & Doula (2003), em estudo semelhante, enfatizam que os diversos locais de origem dos trabalhadores assentados confirmam a hipótese de que a reforma agrária atua como elemento de atração e fixação de pessoas no meio rural, trabalhando em atividades primárias.

Já em relação ao grau de escolaridade, nota-se que os assentados que cursaram no máximo até a quarta série do Ensino Fundamental representam 27,81% da população. Da mesma forma, 44,1% cursou ou está cursando de 5º à 8º série e 23,80%, o ensino médio. Em se tratando do nível superior, 1,3% da população analisada tem esse nível de estudo, enquanto que por sua vez, o analfabetismo foi evidenciado em apenas 3,7% da população entrevistada. Ao considerar o perfil demonstrado, pode-se dizer que o nível de escolaridade é satisfatório.

Da população assentada nesses projetos, apenas 9,05% recebe o benefício da aposentadoria, (Figura 5), o que se reflete no acréscimo da renda dos assentamentos que não se configura somente pela comercialização dos produtos provenientes da terra.

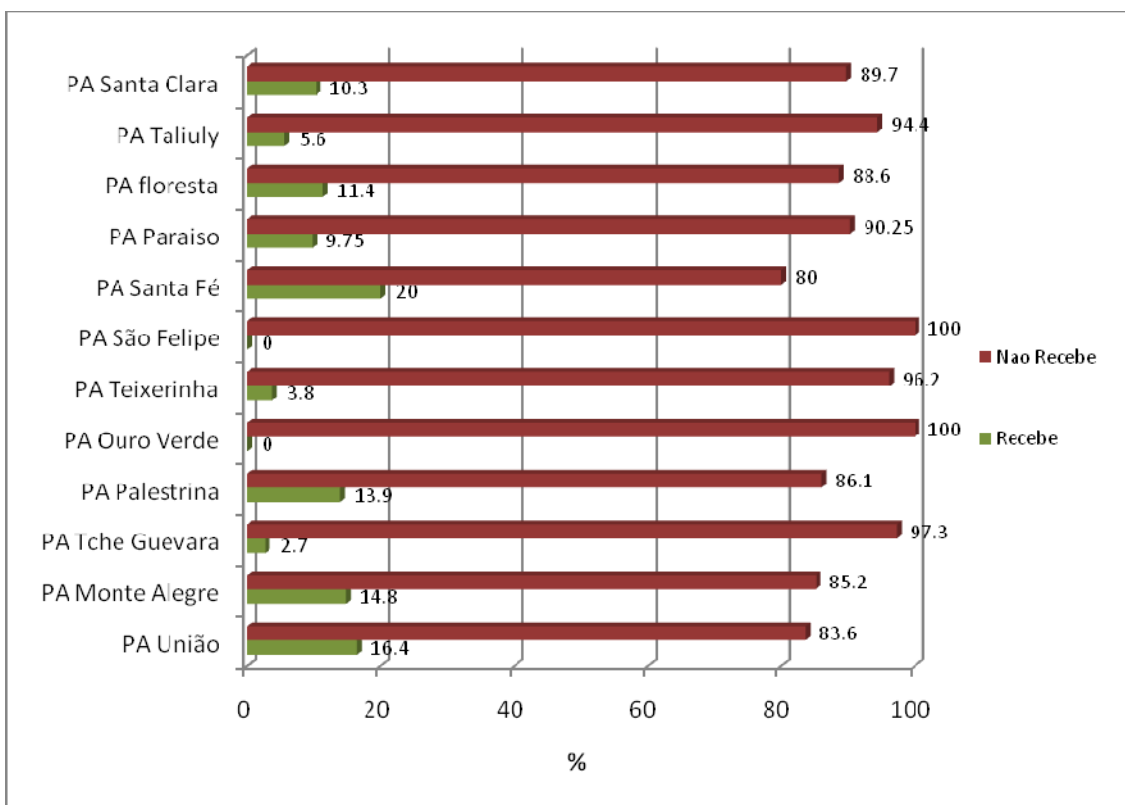


Figura 5 - Acesso à aposentadoria entre os assentados nos Projetos de Assentamento analisados no Sul do Espírito Santo, 2009.

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Em relação às condições de infraestrutura física disponível nos projetos analisados, tais como acesso à energia elétrica, rede de distribuição de água, transporte coletivo e demais componentes físicos, pode-se dizer que, de modo geral, é satisfatória, tendo em vista que 91,64% dos beneficiários dos projetos estudados têm acesso à energia elétrica, devido a investimentos do Programa “Luz Para Todos” realizado pelo Governo Federal. Em relação às instalações sanitárias, 83,3% dos entrevistados salientaram possuí-las de forma adequada, ou seja, ter sanitários no interior de suas residências. No que diz respeito à água utilizada, 49,83% dos respondentes asseguraram ter acesso à água tratada em suas residências, ou ainda ser capacitado para fazer tratamentos básicos (Figura 6). Essa baixa porcentagem se justifica também pela concepção dos assentados de que a água vinda de minas e nascentes é isenta de impurezas, não levando em consideração o seu percurso (em que, pode ocorrer despejo de resíduos e utilização de agrotóxicos) até chegar às propriedades para o consumo, por isso, praticamente metade da população entrevistada não faz nenhum tipo de tratamento da água. Além desses fatores apontados, observou-se, pelo trabalho de campo, que as

residências desses assentamentos são de alvenaria, demonstrando boas condições de moradia.

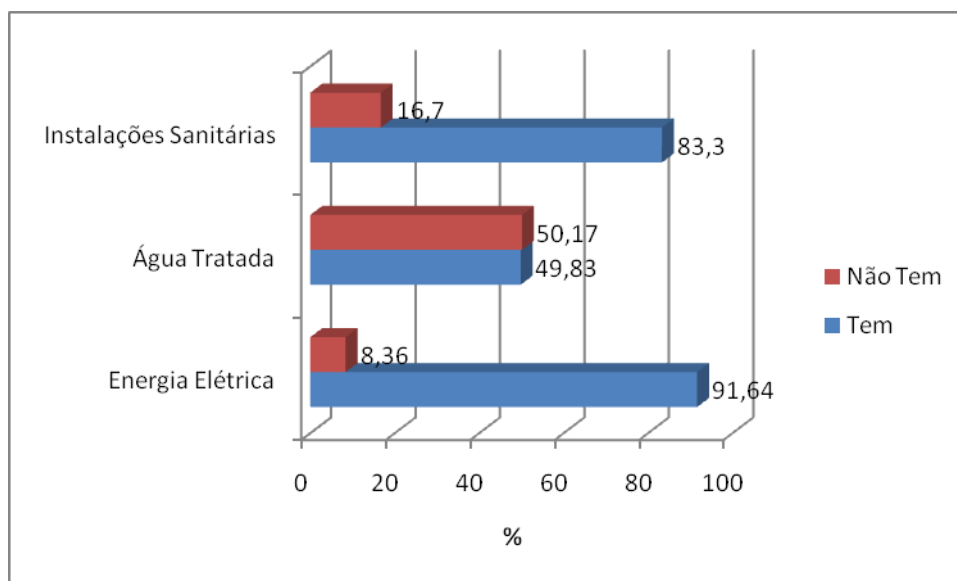


Figura 6 - Infraestrutura presente nos PA's estudados, Sul do Espírito Santo, 2009.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Nota-se também que, de um modo geral, há uma constante preocupação com a educação, uma constatação sempre presente nos relatos obtidos das entrevistas, que reivindicam ao poder local a construção de escolas, para início ou mesmo no intuito de dar continuidade aos estudos. Dessa maneira, observa-se nesses assentamentos a existência de escolas com ensino fundamental e médio e quando não possuem, as Prefeituras Municipais mais próximas disponibilizam transporte para que as crianças e adolescentes continuem os estudos na cidade. Esse quadro pode futuramente mudar a realidade atual, em que o índice de escolaridade é ainda considerado relativamente baixo nesses projetos. Esses investimentos na área da educação atendendo aos filhos de assentados e demais agregados poderão ajudar na elevação desses índices, o que demonstra mais uma vez a importância dos assentamentos na composição do IDH nos municípios. Outro fator a ser considerado é de haver uma demanda por parte dos beneficiários dos projetos estudados para participar de programas como o EJA (Educação de Jovens e Adultos). Bergamasco et al. (2005) compartilham dessa ideia, ao assinalar que em uma análise temporal pode-se constatar que a escolaridade dos agricultores vem aumentando ao longo dos anos. Sua pesquisa apontou que o nível de escolaridade dos atuais responsáveis pelos lotes é maior do que a de seus antecedentes. Concluiu ainda que os assentados atribuem grande importância à educação, sendo

capazes de realizar esforços quanto à escolarização de suas famílias e, mesmo que a renda seja ainda baixa, ela é superior à dos agricultores tradicionais (BERGAMASCO, 2005). Acredita-se que a própria política de assentamento desperte para essa importância, já que é um discurso recorrente dos movimentos sociais o investimento em educação.

Em relação ao transporte coletivo dos projetos analisados, apenas três deles não possuem acesso diário. A circulação desses meios de transportes próximos à maioria dos assentamentos estudados denota outro fator positivo, ao passo que possibilita aumento de acessibilidade dos assentados aos municípios vizinhos.

O processo de geração de renda pode ser observado pelos ganhos obtidos em diferentes atividades realizadas pelas famílias assentadas: renda oriunda da comercialização da produção agrícola e animal, renda procedente de serviços prestados fora do projeto, rendas provenientes de benefícios governamentais. O Quadro 8 explicita essa composição por projeto analisado.

Quadro 08 – Composição da Renda Familiar (%) nos Projetos Analisados, Sul do Espírito Santo, 2009

	<i>Agropecuária</i>	<i>Benefícios sociais</i>	<i>Trabalho fora do PA</i>	<i>Extrativismo</i>	<i>Arrendamento de pastagem</i>
PA União	64,3	35,7			
PA Monte Alegre	71,4	28,6			
PA Che Guevara	20	40	40		
PA Palestrina	16,7	41,65	41,65		
PA Our Verde	60	20	20		
PA Teixeira	10		30	60	
PA São Felipe			100		
PA Santa Fé	66,66	26,66	6,67		
PA Paraíso	33,3	33,3	25		8,3
PA Floresta	43,75	37,5	18,75		
PA Taliuly	54,28	11,42	20		
PA Santa Clara	30	50	20	14,29	

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

É interessante observar que nos projetos Teixeira e Santa Clara, 60% e 14,29% da renda familiar, respectivamente, é proveniente de atividades extrativistas de seringueiras. Essas atividades não foram mencionadas nos outros assentamentos analisados. Do mesmo modo, apenas no PA Paraíso foi mencionada a atividade de arrendamento de pasto como responsável por 8,3% da renda familiar.

O Quadro 8 demonstra que 39,20% dos entrevistados apontam auferir maior renda de atividades agropecuárias no interior dos seus lotes. Da mesma maneira, 27,06% afirmam que a maior renda adquirida advém de benefícios sociais. Outra forma relatada foram atividades exercidas fora do assentamento que representaram na amostra, 26,83%. Os benefícios concedidos pelo governo federal, a exemplo do programa bolsa família, atendem a 52,8% dos entrevistados. Vale considerar que a condição de assentado favorece o acesso a esse tipo de benefício, podendo isso justificar o alto índice de aposentados nos projetos analisados.

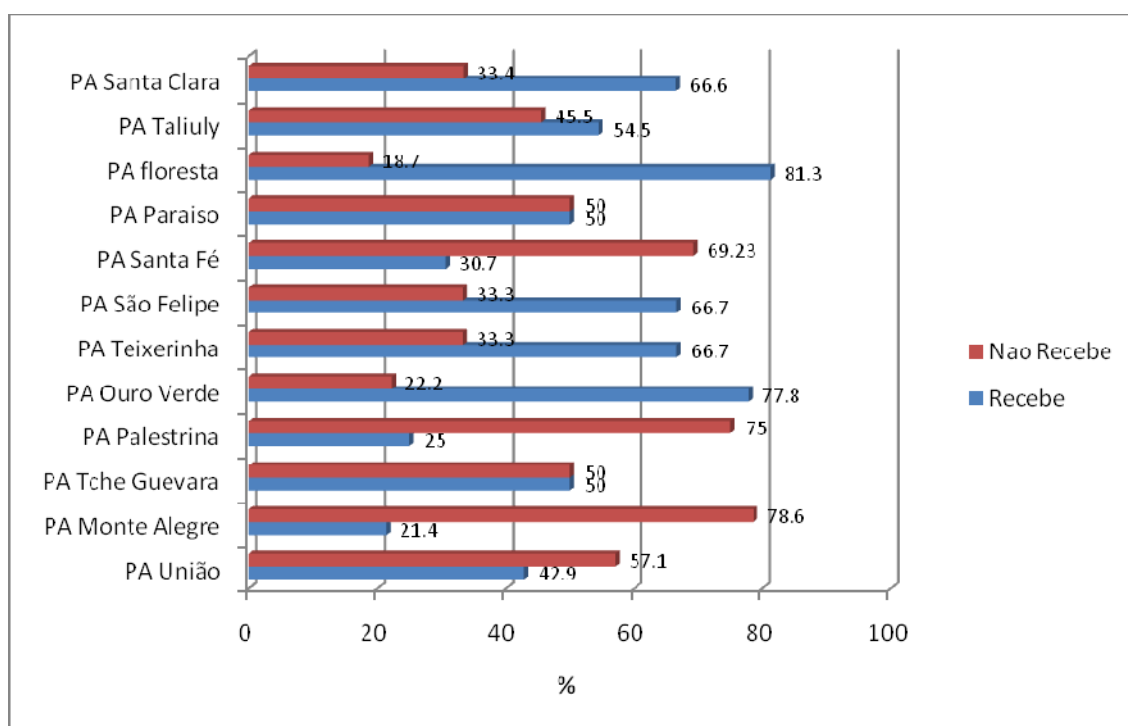


Figura 7 - Recebimento de benefícios sociais, Projetos de assentamentos Sul do Espírito Santo, 2009

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Desse modo, verifica-se que, entre os entrevistados, 57,06% afirmam realizar atividades fora do assentamento, constituindo este, um alto índice. O que possibilita nesse sentido duas visões: a primeira de que os projetos ainda não estão oferecendo subsídios suficientes que permitam às famílias se reproduzirem economicamente nos interiores dos lotes. Já a outra visão é de que os assentamentos estejam se consolidando pelas oportunidades que ultrapassam a ótica de aspectos meramente agrícolas das comunidades rurais, ou seja, podendo exercer outras atividades que não somente as agrícolas.

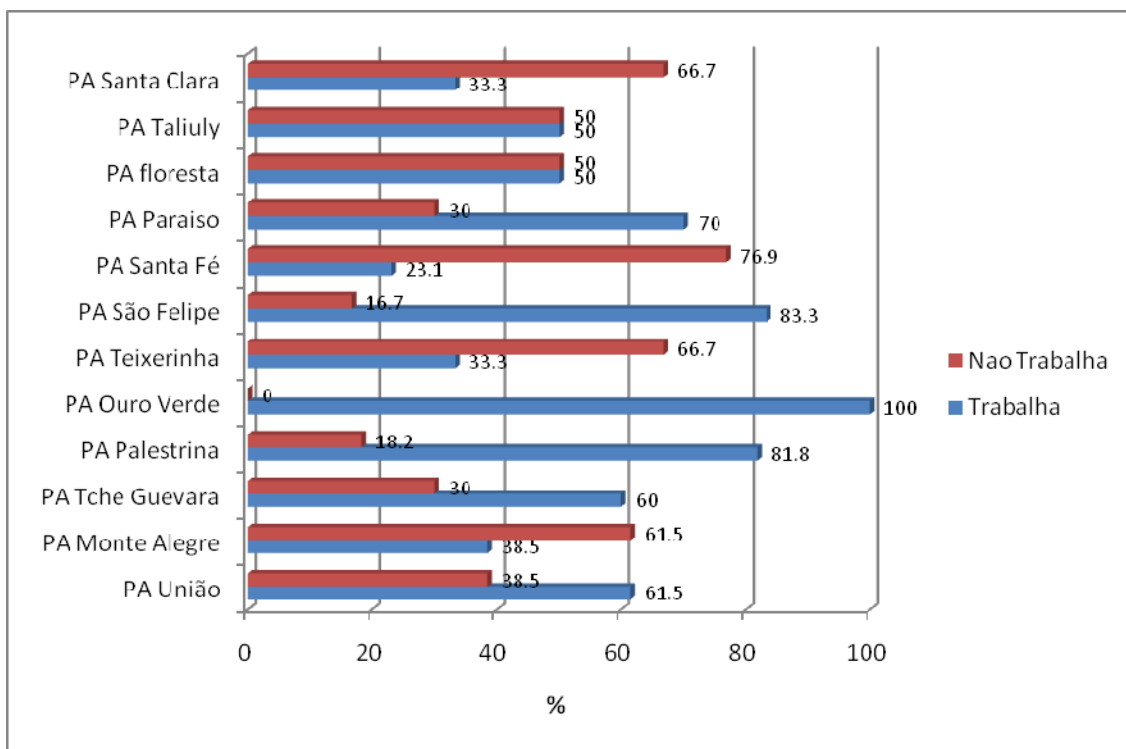


Figura 8 - Atividades fora do lote, Projetos de Assentamento do Sul do Espírito Santo, 2009.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Ao observar a Figura 8, nota-se que no PA Ouro Verde, todos os respondentes assinalaram exercer atividades fora do projeto. No caso desse assentamento, houve falha no projeto produtivo financiado, o que prejudicou significativamente o desenvolvimento econômico das famílias que tiveram que buscar alternativas fora do assentamento. Segundo Durval & Ferrante (2005), qualquer alternativa de produção encontrada no espaço agrícola dos lotes é resultado de uma decisão política, ora atendendo interesses dos assentados, ora dos complexos agroindustriais que controlam a economia regional. Dessa forma, são as decisões políticas dos órgãos gestores ou das diferentes esferas do poder público que determinam os rumos dos assentados na perspectiva do seu desenvolvimento. Ainda, ressaltam que há a consideração do mercado de produtos agrícolas regionais e aos financiamentos disponibilizados pelos bancos nas diferentes estações do ano. Não raro, essa situação era encontrada nos projetos foco desse estudo, em que os assentados eram orientados a investir em uma cultura inapropriada para as condições climáticas da região, o tipo de solo e o relevo das propriedades. Ou seja, foram elaborados projetos de financiamentos destinados a investimentos em determinadas culturas nesses projetos que não condiziam com o real potencial (físico, econômico) que os assentamentos ofereciam, ou ainda,

investimento em atividades agrícolas que não apresentavam um mercado consumidor promissor.

Em relação à pauta produtiva, agrícola e animal dos assentamentos, os dados apontam que os assentados destinam a maior parte da produção para subsistência do núcleo familiar. Portanto, ao buscar evidenciar os aspectos produtivos desses projetos, uma dimensão que deve ser considerada nesta análise se refere à questão do autoconsumo. Assim, a relação do que é produzido para consumo próprio e do que é vendido é um aspecto importante que deve ser relativizado, já que a produção destinada a atender a essa finalidade deve ser considerada componente essencial ao serem avaliados a viabilidade econômica, o sucesso ou o insucesso dos projetos. Como salienta Durval & Ferrante (2008)

a produção de autoconsumo ajuda a construir a segurança econômica que o agricultor necessita para se lançar em novos projetos e aumentar sua produção comercial, podendo funcionar como uma verdadeira poupança para a família, seja vendendo animais, seja produzindo seu próprio alimento, ao invés de comprá-lo. (SANTOS e FERRANTE, 2008, p. 313)

Os autores ainda enfatizam que

os produtos destinados ao consumo próprio têm caráter de valores de uso: produção de meios de vida que servem aos próprios produtores, sem mediação do mercado. Por outro lado, um produto levado ao mercado para a venda torna-se valor de troca e como valor de uso. (DURVAL & FERRANTE, 2008, p. 313)

Essas assertivas chamam atenção para a valorização da produção destinada ao consumo próprio nesses projetos, quando salienta a importância desses produtos para a segurança econômica das famílias.

Nesse contexto, ao analisar a pauta da produção agrícola e animal dos assentamentos do Sul do Espírito Santo, o autoconsumo é uma variável que se sobressaiu nesses assentamentos (Quadro 9).

Quadro 09 - Destinação da produção agrícola por projeto de assentamento, 2009.

	<i>Consumo</i>	<i>Venda</i>	<i>Consumo e venda</i>	<i>Lote sem produção</i>
PA União	50	29,3	20,7	
PA Monte Alegre	64,1	9,4	26,4	
PA Che Guevara	50	15	35	
PA Palestrina	88,9		11,1	
PA Ouro Verde	51,3	5,1	10,3	33,3
PA Teixerinha	70	5	22,5	
PA São Felipe	38,1	4,8	57,1	
PA Santa Fé	41,1	12,5	42,9	3,6
PA Paraíso	76,3	10,5	13,2	
PA floresta	55	6,7	38,3	
PA Taliuly	71,8	9,4	18,8	
PA Santa Clara	63,6	13,6	22,7	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Como pode ser notado no Quadro 9, no que concerne à destinação da produção agrícola, 60,01% é voltada para consumo familiar e 27,8% voltada para consumo e venda, simultaneamente. Contudo, existem lavouras destinadas somente à venda, representada na amostra por 11,08%.

Já em relação à produção animal, essa distribuição pode ser analisada na Figura 9.

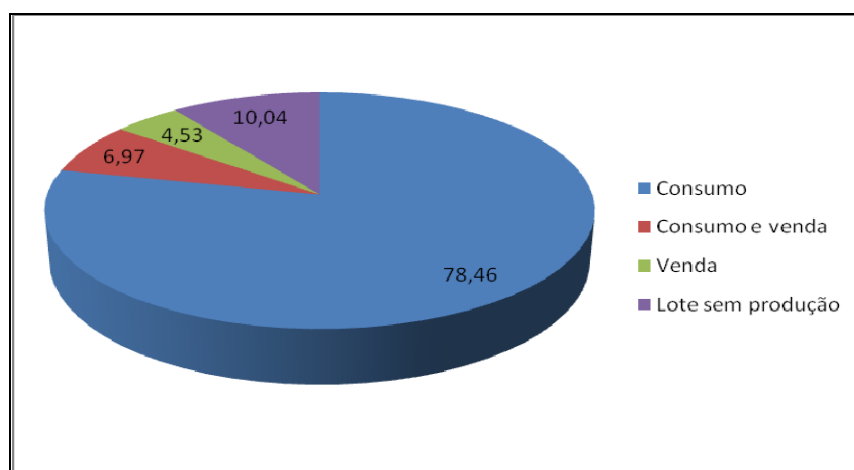


Figura 9 - Destinação da produção animal, PAs Sul do Espírito Santo, 2009

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Assim como na produção agrícola, nota-se que a maior parte da produção animal é voltada para o consumo familiar. Portanto, o autoconsumo não deve ser visto como indicador de fracasso das experiências de assentamentos ou de pouca integração com o mercado regional, uma vez que, este pode constituir, como apontado pelos

autores em discussão, uma forma de poupança ou, por assim dizer, uma forma de segurança econômica dos assentados.

Outra questão a mencionar é a economia do município que também é dinamizada pela criação de assentamentos rurais, evidenciada pelo forte investimento por parte do poder público nesses projetos da reforma agrária, haja vista os tipos de créditos concedidos à implementação dos projetos. O Quadro 10 sintetiza os tipos de créditos recebidos nos assentamentos, bem como os valores dos recursos repassados, possibilitando perceber que as variações dos índices econômicos têm contribuição ativa na inserção de assentamentos rurais nestas localidades.

Quadro 10 - Recursos investidos nos Projetos de Assentamentos do Incra, Sul do Espírito Santo, 2009

<i>Municípios</i>	<i>Projetos de Assentamentos</i>	<i>Total de recursos recebidos (R\$)</i>
Alegre	PA Floresta PA Paraíso	837.060,00
Apiacá	PA Teixerinha PA Santa Fé	507.880,00
Guaçuí	PA Taliuly PA São Felipe PA Solange de Assis	383.950,98
Mimoso do Sul	PA Palestrina PA Che Guevara PA União	525.400,00
Muniz Freire	PA Ouro Verde	262.000,00
Muqui	PA Monte Alegre	594.600,00
Viana	PA Santa Clara	239.400,00

Fonte: INCRA- ES, 2009.

No que se refere aos assentamentos do Incra, a ordem dos recursos investidos entre o ano de 1998 a 2009 é de R\$ 3.350.290,98 nos diferentes créditos concedidos. Já os projetos da modalidade do crédito fundiário são também componentes dos valores investidos nos municípios pela reforma agrária. Os investimentos apresentados podem influenciar diretamente nos indicadores ICMS, PIB e demais impostos municipais, pois são recursos investidos no próprio município, na aquisição de materiais de construção, alimentação, insumos agrícolas, dentre outros.

Nesse sentido, outro ponto a ser mencionado é que os assentamentos estudados têm conseguido atingir algum tipo de beneficiamento financeiro, representado, em média, por 89,39% da amostra, evidenciando também acesso a benefícios próprios da política de assentamento, como acesso ao Pronaf e crédito habitacional (Figura 10).

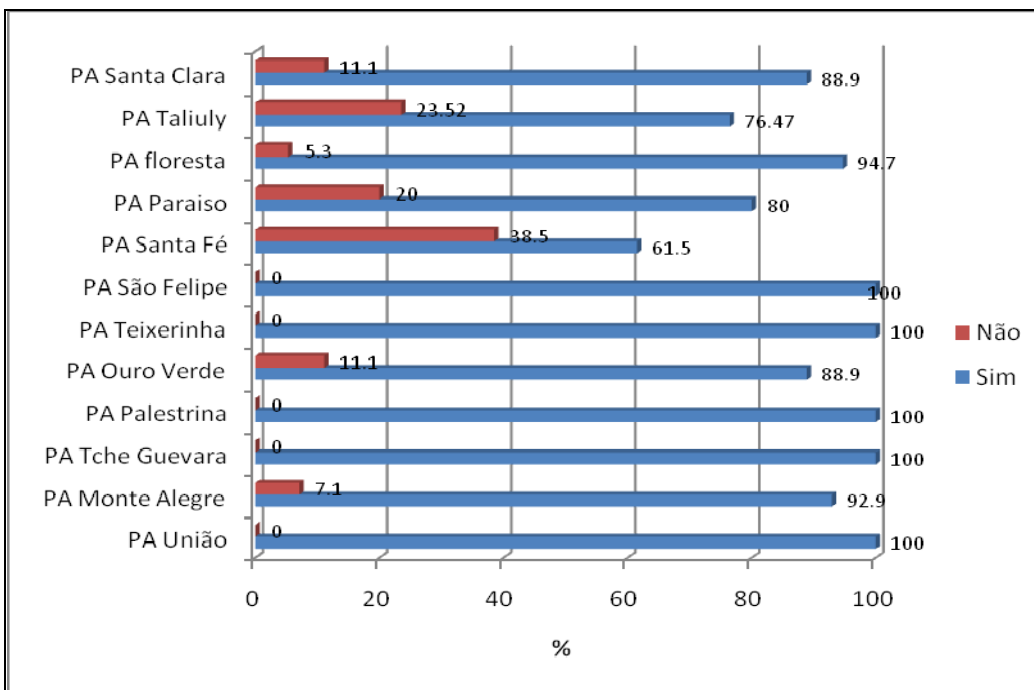


Figura 10 - Acesso a linhas de crédito, PAs Sul do Espírito Santo, 2009.
 Fonte: Dados da pesquisa (2009)

Em relação à assistência técnica oferecida nos assentamentos rurais do sul do Espírito Santo, somente metade dos entrevistados afirma ter recebido algum tipo de orientação após o ingresso no projeto (Figura 11). Ainda assim, dentre os que afirmaram receber assistência técnica, ainda há apontamentos de uma orientação falha e pouco frequente nos interiores dos lotes.

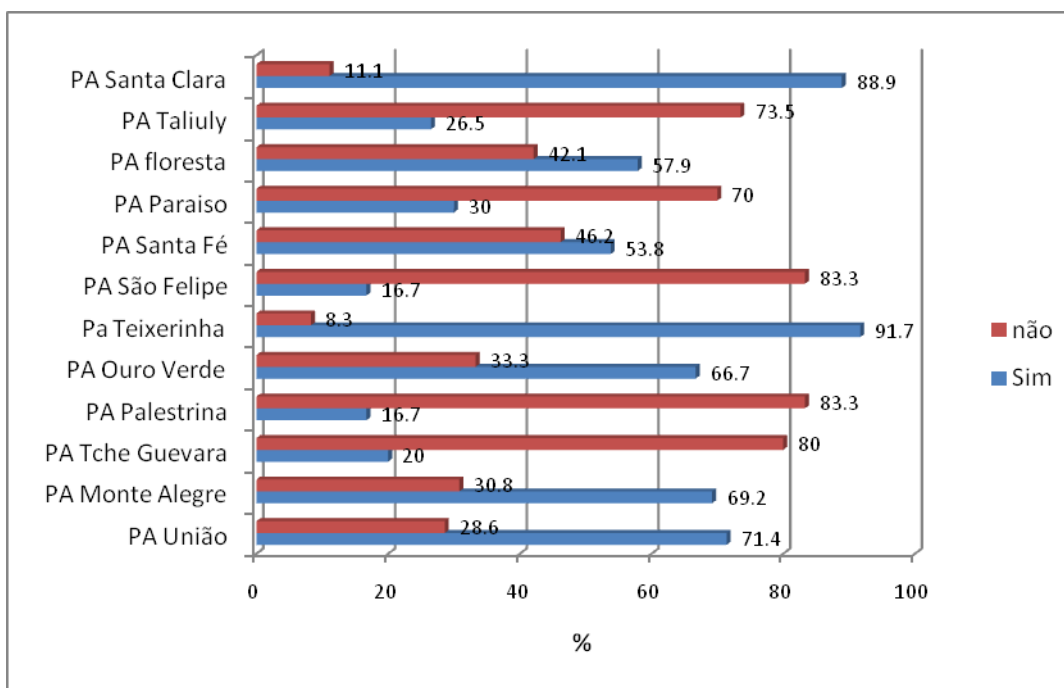


Figura 11 - Acesso à assistência técnica, assentamentos Sul do Espírito Santo, 2009
 Fonte: Dados da Pesquisa (2009).

Os dados apresentados traçam, de maneira geral, o perfil dos projetos estudados, permitindo fazer inferências de que a situação desses projetos é satisfatória, seja no âmbito da infraestrutura presente, em relação à melhoria a nível social e da dimensão econômica, passando os assentados a relacionar-se economicamente com a esfera local ou ainda intermunicipal, quer seja pela venda de sua produção, quer seja pela compra de mercadorias. Esses dados demonstram, ainda, que existe potencial de mão de obra da população assentada em relação ao futuro do lote. Essas variáveis são validadas se considerarmos que, de modo geral, esses projetos apresentam no máximo 12 anos de criação e ainda têm muito para se desenvolver, principalmente no que tange ao fortalecimento organizacional e ao sistema produtivo.

Embora os dados apresentados apontem para um cenário positivo, percebe-se que os discursos em torno da política estão imbuídos das construções e desconstruções de imagens não somente dos assentados como dos demais atores envolvidos neste contexto de implantação dos projetos. O tópico a seguir retrata esse aspecto relacional.

4. “IMAGEM DE NÓS”: A INTERAÇÃO ENTRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA E A POPULAÇÃO URBANA NO SUL DO ESPÍRITO SANTO

Esse capítulo tem como objetivo explicitar a percepção por parte de assentados de reforma agrária e da população urbana dos municípios onde eles se inserem, sobre como se dá a relação entre esses dois grupos no processo de criação de assentamentos rurais e sua interface com a dinâmica socioeconômica municipal. Nesse tópico, será apresentada a percepção urbana a respeito dos assentamentos rurais e ainda a visão dos assentados sobre a população urbana. Para tanto, em um primeiro momento, a fim de explorar as percepções dos assentados a respeito da população urbana, realizaram-se entrevistas com lideranças dos assentamentos rurais, apontadas pela própria comunidade de cada projeto. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas com representantes de instituições com os quais os assentados se relacionam e de estabelecimentos comerciais que frequentam, representando a população urbana.

Assim, cabe esclarecer que o capítulo terá a seguinte conformação: primeiro será apresentado um suporte teórico à análise dos dados; em um segundo momento, a percepção dos assentados acerca da população urbana; e no terceiro momento, será apresentado um olhar urbano acerca dos assentamentos rurais de reforma agrária.

Nesse sentido, serão utilizadas as ideias e concepções de Norbert Elias sobre os “estabelecidos e *outsiders*”, como ponto central para a discussão que segue, aproveitando ainda as concepções de anomia apresentadas por Durkheim, estigma de Goffman e dádiva de Mauss.

4.1 “*Não se fala assentado... usam-se falar sem-terra*”: A Relação Entre Assentados de Reforma Agrária e População Urbana

A relação existente entre assentados de reforma agrária e população urbana dos municípios onde esses projetos estão localizados oferece uma analogia verbalizada e, sobretudo, uma oportunidade de comparação da figuração “estabelecidos e *outsiders*” trabalhada por Elias como em sua obra “*Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*” .

Nessa obra, Elias (2000) faz um estudo sobre uma pequena comunidade que tinha por núcleo um bairro relativamente antigo e, ao redor dele, duas povoações formadas em época mais recente. No plano local, esse bairro específico era tido como

uma zona de delinquência, de baixo nível, embora não possuísse diferenças de nacionalidade, ascendência étnica ou cor da pele. O que basicamente diferenciava os dois grupos era o tempo de residência no local. O quadro apresentado por essa comunidade acaba por fortalecer as relações de poder, status e as tensões que lhes estão associadas, fixando, como consequência, os rótulos de inferioridade a um dos grupos.

A possibilidade de um grupo afixar em outro um rótulo de inferioridade é uma figuração específica da relação “estabelecidos e *outsiders*”. Assim, a teoria figuracional apresentada por Nobeit Elias se sustenta nas relações de interdependência e equilíbrio de poder entre dois grupos, sendo essa a precondição decisiva para a estigmatização de um grupo de “*outsiders*” por um grupo “estabelecido”. Nessa perspectiva, um grupo estigmatiza o outro quando está bem instalado em posições de poder das quais um deles é excluído.

Nos argumentos de Elias (2000), a concepção de “*Estabelecidos*” refere-se basicamente a um grupo de indivíduos que se autopercebe e é reconhecido como a “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, com uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência. Já os “*Outsiders*”, por sua vez, são considerados os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aquelas que unem os estabelecidos. A identidade social atribuída aos *outsiders* é a de um grupo, ou seja, possuem um substantivo abstrato que os define como um coletivo, dessa maneira, os indivíduos passam a existir sempre no plural. Assim, na concepção de Elias, a superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par “estabelecidos e *outsiders*” clarifica exemplarmente.

Empiricamente, a construção dessa relação se dará entre assentados e população urbana. No caso do trabalho ora apresentado, tal comparação passa pela seguinte figuração: população urbana (estabelecidos) e assentados de reforma agrária (*outsiders*).

Ao percorrer sete municípios com dinâmicas bem diferenciadas, foi possível perceber peculiaridades da interface entre os assentados e a população urbana e, a partir destas, um questionamento parece emergir: Como a noção desenvolvida por Elias (2000) nos ajuda a entender a interface da relação entre assentados de reforma agrária e população urbana no Sul do Espírito Santo?

Ao se pretender utilizar as concepções de Elias (2000), algumas informações acerca das características dos assentamentos estudados são de extrema relevância para se entender – ou justificar – a relação entre os assentados e a população urbana, nos moldes que se pretende seguir nesse trabalho. Dessa forma, não se pode deixar de demonstrar como se deu a criação destes assentamentos nos municípios do sul do Espírito Santo, tendo em vista que a configuração “estabelecidos e *outsiders*” reflete as relações constituídas entre os recém-chegados (assentados) e a população urbana dos municípios que assistem a todo o processo de criação dos projetos. A partir disso, passar-se-á a descrever características da formação dos assentamentos, o que implica entender o contexto em que se instala a relação “estabelecidos e *outsiders*”.

Segundo informações do documento de readequação dos Planos de Desenvolvimento Rural (PDAs) dos assentamentos estudados, os assentados, na grande maioria, são originários do município onde se inserem ou de municípios vizinhos, fato comprovado também durante a pesquisa de campo (Quadros 11, 12)

Quadro 11 - Origem da população residente nos Assentamentos Rurais do Sul do Espírito Santo, 2009.

<i>Projetos de Assentamentos</i>	<i>Próprio Município (%)</i>	<i>Outras Cidades do Estado (%)</i>	<i>Outros Estados (%)</i>
PA União	83	11	5
PA Monte Alegre	52,80	28,60	18,60
PA Che Guevara	28	50	22
PA Palestrina	77	20	3
PA Ouro Verde	50	48	2
PA Teixerinha	17,60	78,40	4
PA São Felipe	60,90	22	17,40
PA Santa Fé	10	56	34
PA Paraíso	51,20	41	7,50
PA Floresta	63,30	30	6
PA Taliuly	54,50	22	23,40
PA Santa Clara	2,60	74	23,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Quadro 12 - Estados de origem da população residente nos Assentamentos Rurais do Sul do Espírito Santo, 2009.

Projetos de Assentamentos	ES	RJ	RN	MG	PR	BA	SP	PE	CE
PA União	95	3	2						
PA Monte Alegre	83	5,60		5,60	7,40				
PA Che Guevara	85	7		7		7	1		
PA Palestrina	97	3							
PA Ouro Verde	97,60			2,40					
PA Teixerinha	96,10	2		2					
PA São Felipe	83			17,40					
PA Santa Fé	66	18		16					
PA Paraíso	93			7,50					
PA floresta	94	6,30							

Projetos de Assentamentos	ES	RJ	RN	MG	PR	BA	SP	PE	CE
PA Taliuly	76	13,30		7,70				0,70	2,10
PA Santa Clara	77	2,60		5,30		15,80			

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

De acordo com os Quadros 11 e 12, a população assentada é proveniente, na maioria dos casos, do próprio município onde se instalaram os projetos de assentamento. Quando não, a maior parte é de municípios vizinhos, ou seja, do próprio Estado do Espírito Santo. A importância de se ater a esse aspecto se dá pelo fato de que na percepção urbana, os assentados são vistos muitas vezes, assim como na figuração Elisiana, como forasteiros, pessoas que não possuem relações pré-estabelecidas com aquele município. Na realidade, essas pessoas pertencem, na grande maioria, àquele município mesmo, e o que os faz pertencer ao grupo de *outsiders* é o fato de esses beneficiários estarem envolvidos em uma contestação da estrutura determinada nos moldes dos estabelecidos. Assim sendo, o dado acima reforça a percepção de que, pelo simples fato de em determinado momento esses indivíduos passarem a ser assentados, é que se configuram os novos papéis atribuídos a eles. Mesmo quando a nova condição desses atores é vista como benéfica pela população urbana, os discursos apresentados trazem elementos fundamentados em um estigma de viés depreciativo. Isso reforça a percepção de que, no momento em que o indivíduo passa a ser beneficiário do programa de reforma agrária via desapropriação, novos papéis são atribuídos a ele pela população urbana, tais como: desordeiros, invasores de terra, contraventores.

Outro fato que chama a atenção na descrição histórica desses projetos diz respeito aos mediadores sociais que apoiaram a ocupação e posterior formação dos assentamentos rurais. No caso dos projetos estudados, foram: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de cada município, com apoio da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado do Espírito Santo (Fetaes) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Outra informação pertinente diz respeito à distância entre os projetos e a sede dos municípios. Observou-se, através dos dados coletados, como mostra o Quadro 13, que a maioria dos projetos analisados está localizada nas proximidades dos centros urbanos, o que possibilita dizer que há uma frequência no contato entre assentados e população urbana.

Quadro 13 - Mediadores Sociais de apoio às ocupações e a distancia dos Projetos de Assentamento ao município sede, Sul do Espírito Santo, 2009

Projetos	Municípios	Mediadores Sociais	Distância sede municipal (km)
PA Floresta	Alegre	STR, Feates, Contag	18,5
PA Paraíso	Alegre	STR, Feates, Contag	15
PA Teixerinha	Apiacá	MST	40
PA Santa Fé	Apiacá	MST	37
PA Taliuly	Guaçuí	STR, Feates, Contag	
PA São Felipe	Guaçuí	STR, Feates, Contag	35
PA Palestrina	Mimoso do Sul	STR, Feates, Contag	-----
PA Che Guevara	Mimoso do Sul	MST, STR, Feates, Contag	17
PA União	Mimoso do Sul	STR, Feates, Contag	-----
PA Ouro Verde	Muniz Freire	STR, Feates, Contag	35
PA Monte Alegre	Muqui	MST	-----
PA Santa Clara	Viana	STR, Feates, Contag	14

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

O fato de estar ligado a movimentos de luta pela terra é outro ponto que fundamenta parte das concepções da população urbana nos papéis atribuídos aos assentados.

De acordo com os documentos consultados, nos 12 assentamentos pesquisados, decidiu-se que a ocupação seria às margens da rodovia ou nas imediações das fazendas que seriam desapropriadas. E isso é um fator relevante já que, na maioria dos casos, a imagem formada pela população urbana advém justamente do fato de que os atuais assentados passam muito tempo acampados ou ainda, por sua ligação com movimentos sociais, que são seus mediadores durante essa etapa. Acabam transformando essa imagem mais tarde em um estigma calcado na concepção, como dito anteriormente, de que os indivíduos ali acampados não têm raízes culturais no município dos já estabelecidos, de que a terra adquirida advém de uma invasão e ainda, a ampla politização atribuída à condição de assentados.



Figura 12 - Acampamento de Trabalhadores Sem-Terra nas proximidades do Município de Viana-ES, 2009.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Ao observar a Figura 12, é possível perceber os acampamentos instalados nas imediações do município de Viana, estado do Espírito Santo. Essa imagem é associada no imaginário da população urbana aos conflitos veiculados pela mídia, uma vez que ela é recorrente nos meios de comunicação de massa, ao demonstrar que no local onde se instalam os acampamentos sem-terra existe um latente conflito agrário. Quanto a isso, Ferreira Neto & Doula (2003, p. 49) sustentam que, “(...) apesar dos avanços obtidos pelos movimentos sociais contemporâneos, o imaginário do brasileiro sobre sua população rural retoma esses padrões de classificação calcados no estereótipo”. A Figura 12 causa também um desconforto visual, representado e reificado pelos barracões de lona que, ainda de acordo com os autores supracitados, pode ser considerado fruto da conotação negativa atribuída a esse tipo de movimento social pelos meios de comunicação de massa.

Assim, ao se pensar todo o processo da implementação de um assentamento rural em um determinado município, percebe-se que em muito Elias (2000) contribui com a análise, já que os assentados vivem estigmatizados por todos os atributos associados a eles, principalmente no que o autor denominou anomia, tendo em vista que os assentados de reforma agrária são vistos pela população urbana como indivíduos que não se inserem no grupo já estabelecido e são retratados, assim como no estudo de Elias, como “os de fora”, “pessoas de lá”. Os assentados são vistos como um grupo desarticulado de famílias, sem relação prévia com o município, ou seja, a população urbana atribui aos assentados uma marca depreciativa.

Outro fato relevante que permite essa analogia vem do próprio processo de constituição dos assentamentos rurais, que passa por distintas fases, e acaba por reforçar as concepções da população urbana. Nesse sentido, Ferreira Neto & Doula (2003) esclarecem:

Após a identificação da área, o processo de ocupação dá-se por duas motivações principais: o conflito explícito com o proprietário, o que implica em maiores custos para os trabalhadores na organização da resistência e ao enfrentamento da polícia e dos eventuais pistoleiros; e a ocupação motivada pela necessidade de pressão sobre o INCRA (Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária). No primeiro caso, são comuns os processos de desocupação das áreas e a construção de novas ocupações e ações de resistências. Além da necessidade contínua de organização dos trabalhadores, outro elemento que perpassa todas as etapas que envolvem a constituição de assentamentos é a presença do Estado, principalmente do INCRA nas fases de desapropriação... (FERREIRA NETO & DOULA, 2003, p. 49)

Na descrição apresentada, observam-se pontos interessantes que fundamentam como a própria formação dos assentamentos rurais permite a figuração “estabelecidos (população urbana) e *outsiders* (assentados)”. O trecho citado demonstra que em alguns processos de ocupação podem ocorrer conflitos diretos entre fazendeiros e demandantes de terra, o que demarca na concepção da população urbana uma imagem negativa a respeito da criação de assentamentos. Outro ponto que pode ser considerado é a presença do Estado no processo, o que delimita algumas percepções por parte dessa população como, por exemplo, que os assentados ganham a terra do Estado. É em parte, devido a esse processo equivocadamente retratado que a população urbana passa também a percebê-los como *outsiders*.

Dessa forma, conflito, resistência e enfrentamento formam a tríade apresentada por Ferreira Neto e Doula que sustentam a construção da figuração “população urbana” e “população assentada”. Pode-se dizer que isso ocorre pelo fato de que, ao contestar a ordem local, os assentados são vistos pela população urbana como perturbadores dessa ordem, desestabilizando, durante algum tempo, a relação entre os dois grupos, já que essa forma de conflito e enfrentamento não “pertence” ao mundo dos estabelecidos, por isso há no início da relação o que pode ser chamado de estranhamento.

Assim como no estudo de Elias (2000), também pelos dados colhidos durante esta pesquisa, percebe-se um equilíbrio instável de poder entre os dois grupos, com tensões que são inerentes a esse tipo de relação, havendo evidentes distinções dos valores atribuídos à interação entre eles.

Quadro 14 – Síntese acerca da figuração “estabelecidos e *outsiders*” para os assentamentos do Sul do Espírito Santo.

<i>Norbert Elias</i>		<i>Sul do Espírito Santo</i>	
<i>Estabelecidos</i>	<i>Outsiders</i>	<i>População urbana - Estabelecidos</i>	<i>Assentados de reforma agrária - Outsiders</i>
Identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência	Conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos	Raízes culturais e históricas no município	Grupo visto como sendo constituído sem relação prévia com o município, aspectos migratórios ressaltados
Reconhecido como uma “boa sociedade”	Identidade social de um grupo	Parte da “boa sociedade”	A identidade atribuída é de um grupo: os de “sem-terra”
Modelo moral para os outros	Substantivo abstrato que os define como um coletivo		Substantivo que os define como sem-terra
	Os não membros da “boa sociedade”		Classificados como anômicos

Fonte: Elaborada pela autora, 2009.

O Quadro 13 sistematiza as discussões e possibilita identificar em que medida os argumentos de Elias podem ser utilizados para analisar as relações entre os assentados de reforma agrária e a população urbana, e é justamente nesse aspecto que os argumentos apresentados pelo autor contribuem na análise que será apresentada.

4.2 Assentamentos de reforma agrária e a questão da estigmatização

Elias (2000) evidencia a importância de se analisar a questão da estigmatização como um aspecto fundamental, a fim de compreender a figuração “estabelecidos e *outsiders*”, sobretudo a que se dá em via de uma construção social, como é o caso da relação dos assentados de reforma agrária e população urbana, analisada neste trabalho. Assim, na tentativa de melhor entendimento sobre o conceito, esse item buscará a contribuição de Goffman (1980) a respeito do termo, para então estabelecer um diálogo entre os dois teóricos, já que se acredita haver estreita relação no que diz respeito à questão da estigmatização vista pelos autores.

Goffman (1980) analisa aspectos importantes da situação da pessoa estigmatizada, discorrendo sobre o estigma, a socialização dos estigmatizados, a manipulação da informação sobre o seu “defeito”, bem como as reações encontradas em situações de integração social.

Assim como Elias (2000), Goffman (1980) preocupa-se em analisar a questão dos “contatos mistos”, ou seja, o momento em que os estigmatizados e os normais estão na mesma situação social. Dessa maneira, pode-se dizer que ele estabelece a figuração “normal e estigmatizado”, enquanto Elias, em uma mesma lógica, trabalha a figuração “estabelecidos e *outsiders*”. Em ambos os casos, estão imbricadas das mesmas formas de estigmatização.

Na concepção de Goffman (1980), é a própria sociedade que estabelece os meios de categorizar as pessoas, bem como, o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias sociais. Acrescenta-se ainda que, baseados em algumas pré-concepções, são criadas expectativas normativas e exigências que deverão ser apresentadas rigorosamente através das categorias dos indivíduos, seus atributos e a sua identidade social. Vale ressaltar que o desvirtuamento resulta no que Goffman (1980) classificou como estigma. Além disso, o autor acrescenta que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que foi criado para um determinado tipo de indivíduo ou classe de indivíduos.

A importância de se atentar à questão do estigma está centrada no fato de que nos argumentos de Elias (2000) a estigmatização é vista como um aspecto da relação entre estabelecidos e *outsiders*, associada a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido, refletindo e justificando a aversão e o preconceito que seus membros sentem perante os que compõem o grupo de *outsiders*. Assim, nessa concepção, “o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desanimá-lo” (ELIAS, 2000, p. 24). Dessa forma, “aqueles que têm relação com eles não conseguem lhes dar o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os haviam levado a prever e que eles haviam previsto receber, ele faz eco a essa negativa desorindo que alguns de seus tributos a garantem” (ELIAS, 2000, p. 18).

Percebe-se então que, tanto em Elias (2000) quanto em Goffman (1980), os diferentes papéis atribuídos socialmente têm relação com a forma como os indivíduos

idealizam sua imagem, principalmente considerando a relação que aflora entre os pares. Assim, como os estabelecidos oferecem todo um discurso para o julgamento dos indivíduos denominados como *outsiders*, os ditos “normais” julgam os estigmatizados de acordo com seus valores de normalidade. Em ambos os casos, cria-se a expectativa sobre os indivíduos e espera-se um comportamento desmarcado e sancionado socialmente.

Outro aspecto relevante a ser considerado diz respeito a Goffman (1980), que ele denomina “a *informação social*”, que se baseia em uma informação sobre um indivíduo, sobre suas características mais ou menos permanentes. Para ele, alguns signos que transmitem informação social podem ser acessíveis de forma frequente e regular, buscados e recebidos habitualmente, o que ele denomina símbolos. Observa-se, dessa maneira, que ao se estabelecer a figuração “estabelecidos” e “*outsiders*” não se pode negligenciar a influência da simbologia nos estereótipos criados. “A informação social transmitida por qualquer símbolo particular pode simplesmente confirmar aquilo que os outros signos dizem sobre o indivíduo, complementando a imagem que temos dele de forma redundante e segura” (GOFFMAN, 1980, p. 53). A descrição dos símbolos e de como a simbologia pode ser utilizada parece fornecer um aparato teórico à concepção de Elias (2000) na construção da figuração “estabelecidos e *outsiders*”, já que é possível dizer que muitos dos estigmas estão intimamente ligados a significados simbólicos previamente atribuídos.

Nessa perspectiva, Goffman (1980) classifica os símbolos em três tipos, quais sejam: prestígio, estigma e desidentificadores. Ao delinear, essa classificação parece contribuir com os argumentos de Elias (2000) quando explana a respeito do símbolo de estigma, já que segundo ele, esses símbolos “são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução consequente em nossa valorização do indivíduo” (GOFFMAN, 1980, p.53). Ao se atentar à figuração “estabelecidos e *outsiders*”, os signos e a imagem depreciativas são aparatos imputados aos *outsiders* que oferecem suporte aos discursos sustentados, com intuito de uma atribuição anômica aos indivíduos desse grupo.

A noção de dádiva ou *dom* é outro conceito que merece ser resgatado neste trabalho para entender, em parte, os discursos apresentados pela população urbana. O fundamento dessa assertiva reside no fato de que a terra “recebida” via política de assentamentos passa a ser considerada por essa população um *dom* que é ofertado aos

assentados. É devido a essa percepção que a população urbana apresenta discursos com viés depreciativo, haja vista que nesta linha de raciocínio os assentados não sustentam de forma exemplar a retribuição ou merecimento que o vínculo da dádiva exige. Então a lógica estabelecida pela população urbana seria: O Incra “dá” a terra aos beneficiários, esses “recebem” a terra e “retribuem” o *dom* recebido. Assim, não existe por parte da população urbana a ideia de que os beneficiários do programa de assentamentos pagam, de fato, mesmo de forma facilitada, a terra direcionada a eles, ou seja, o Incra não “dá” os lotes, essa percepção é falsa e produto da falta de informação sobre o processo de reforma agrária conduzida pelo órgão.

Nesse sentido, ao se pensar na dádiva, devem-se levar em

“consideração conjuntamente as características do vínculo e sua relação como o que circula; devem inscrever o que é observado no ciclo “dar, receber, retribuir”, ficando entendido que dar e retribuir são muitas vezes uma única e mesma coisa, e que a palavra “retribuir” já exprime uma característica das relações entre as coisas que circulam” (GODBOUT, 1999, p.35).

Na dádiva, não há garantia de retorno, mas provavelmente o retorno ocorrerá, com vistas a alimentar o vínculo entre as pessoas. Dessa forma, a dádiva não retribuída inferioriza aquele que a aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de retribuição (MAUSS, 1999, p.163).

Na análise de Mauss (1999), o “dar – receber – retribuir” cria uma relação simétrica entre as pessoas e suas obrigações de reciprocidade. A obrigação de retribuir dentro de uma comunidade possui uma circularidade necessária para a manutenção equilibrada entre as pessoas e entre elas e os bens trocados. Para Mauss (1999), a dádiva é o que nos une aos outros, sendo que é através dela que as esferas da vida social se organizam. Assim, a dádiva não está pautada só em dar, mas em receber e retribuir, por isso se cria um vínculo. É possível observar, dessa maneira, que está assentada no tripé dar-receber-retribuir. Nessa relação, o retribuir geralmente é maior, criando uma relação desigual, pois como bem demonstra Godelier (2000), uma devolução não anula uma dívida, apenas cria outra, ou seja, todos sempre devem algo a alguém.

Desse modo, quando os assentados não se comportam de forma a sustentar esse tripé, ou seja, receber a terra e retribuir à sociedade, aqui representada pela população urbana, cria-se uma situação em que esses assentados são vistos como

anômicos. A falta de congruidade desse círculo por parte dos assentados permite, na visão da população urbana, a inferiorização de quem aceitou a terra e não retribuiu nos parâmetros idealizados.

Elias (2000), ao esclarecer aspectos da figuração “estabelecidos e *outsiders*”, traz para o debate o conceito de anomia, calcado na concepção Durkheimiana que será, em certa medida resgatado neste estudo, somente com a finalidade de dar um maior suporte teórico à análise dos discursos da população urbana em relação aos assentamentos rurais. Via de regra, o estado de anomia faz referência às práticas da vida em sociedade, é pois, um estado de desregramento, que na concepção de Elias (2000), traz um elemento de constância pela existência de uma “minoría dos melhores” entre os estabelecidos, e, uma “minoría dos piores” entre os *outsiders*, que marca um *status* de superioridade e de inferioridade, respectivamente, entre os grupos. Assim, entende-se a anomia como a causa social do desvio, do não reconhecimento da norma social por parte de um indivíduo em um mesmo contexto social. Como o próprio autor apresenta, na concepção de Durkheim, os fatores “nômicos” e de coesão grupal eram entendidos como fatores morais e sua ausência desenhava um quadro de anormalidade e de condenação moral. Ainda na opinião do autor, os grupos de recém-chegados (*outsiders*) são os que mais tendem a ser caracterizados por tal estado de desregramento. Ou seja, pode a estigmatização imputada aos *outsiders* seguir a lógica da atribuição de anomia pelos estabelecidos a esse grupo.

Dessa forma, na dimensão vivida das relações “estabelecidos e *outsiders*”, a figura impetrada pelo grupo dominante ao grupo dominado é a do “outro”, do estrangeiro, definida por suas dessemelhanças. O outro, nesse sentido, é concebido como aquele que vem e se instala em um território pertencente ao grupo dos já estabelecidos. Como argumenta Landowsk (2002):

O que dá forma a identidade própria não é só a maneira pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo; é também a maneira pela qual, transitivamente, objetivo a alteridade⁶ do outro atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele. Assim, quer a encaremos no plano da vivência individual ou – como será o caso aqui da consciência coletiva a emergência do sentimento de “identidade” parece passar necessariamente pela intermediação de uma “alteridade” a ser construída. (LANDOWSK, 2002, p.04).

⁶ Alteridade é a concepção que parte do pressuposto básico de que todo homem social interage e interdepende de outros indivíduos. Alteridade é a não identidade.

Nessa perspectiva, Landowsk (2002) evidencia dois distintos discursos construídos pelo grupo dominante em relação ao grupo dominado: o discurso de assimilação e o da exclusão. No que diz respeito à assimilação, o discurso se dá a partir de um conhecimento daquilo que fundamenta a alteridade do dessemelhante. Já o discurso de exclusão procede de um gesto que tende à negação do outro como tal. Essa interação apresenta, portanto, como resultado duas atitudes: assimilar ou excluir determinado grupo. As duas atitudes correspondem à padronização e ingestão do “mesmo” e correlativamente triagem e eliminação do “outro”. No âmbito das duas configurações, independentemente da estratégia adotada (exclusão ou assimilação ou ainda as duas juntas), o grupo dominante coloca como objetivo manter um equilíbrio interno e preservar a homogeneidade em termos de seu modo de vida, ou do ponto de vista do habitus, ou seja, da sua própria identidade (LANDOWSK, 2002).

4.3. “Ideal de nós” e o nosso mundo: as cidades vistas pelos assentados

O objetivo principal dessa seção é explicitar, através de discursos elaborados pelos assentados de reforma agrária, como se dá a relação cotidiana entre eles e a população urbana do município onde estão inseridos.

Para explicitar a percepção dos assentados acerca da relação com a população urbana e com o propósito de facilitar a busca de respostas, foram formulados alguns questionamentos que orientaram as entrevistas realizadas no interior dos assentamentos rurais do sul do Espírito Santo. Assim, foi elaborado um roteiro de entrevista que abordava tais questionamentos, buscando entender, em primeiro lugar, como ocorre a relação entre os assentamentos rurais e o comércio local; em segundo lugar, entre estes e as instituições com que se relacionam; em terceiro lugar, foram traçados alguns questionamentos que consideravam a opinião do entrevistado sobre a influência e as mudanças no município, a partir da criação de assentamentos rurais no âmbito social, econômico e político; e, por último, como eles se percebiam frente à população urbana.

Foi possível, a partir dos relatos, identificar conflitos existentes na configuração “assentamentos rurais e população urbana”. Pode-se dizer que, no quadro geral de opinião das lideranças dos assentamentos, o grupo estabelecido (População urbana) percebe o grupo *outsider* (assentados) como um grupo que vem atrapalhar a ordem já existente no local. Observe o relato do entrevistado:

logo que nós viemos pra cá, o prefeito chegou até falar que nois é ladrão de terra... não podia receber nós não... as coisas foi mudando... esse era latifundiário... hoje o prefeito é filho de lavrador...(Assentado PA Taliuly, Guaçuí, 2009)

Tem gente aí de fora que fala que o assentamento tem muito vagabundo. (Assentado do PA Floresta, Alegre, 2009)

Decorrente disso, segundo Elias, ao dizer que o afluxo dos “recém-chegados” é sentido como uma ameaça ao estilo de vida dos estabelecidos vai ao encontro das narrativas dos assentados, pois ainda que estes tenham laços pré-estabelecidos com a população urbana local, no momento em que se tornam beneficiários do programa de reforma agrária são distinguidos pela população urbana como elementos estigmatizadores e novas configurações são dadas a estes atores.

Elias (2000) acrescenta que “quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição *outsiders* avaliam-se pela bitola de seus opressores. Em termos de normas de seus opressores, eles se consideram deficientes, se veem como tendo menos valor” (ELIAS, 2000, p. 28). Esse argumento da teoria Elisiana fica ilustrado à medida que os assentados demonstram desconforto sobre a identidade sem-terra construído pelo longo processo de luta pela terra. Observe os relatos dos assentados:

Não se fala assentado...usam-se falar sem-terra... e nós somos assentados... então nós não somos sem terra...aí existe essa palavra sem terra..aí vem o preconceito..mas nos somos assentados...mas nos não somos sem terra... nós temos terra...(Assentado PA Paraíso, Alegre – ES, 2009).

Dentro daquilo que a gente mostra que a gente tá trabalhando você passa né ter influencia sim **porque você passa a ser recebido de maneira como já produtor, não assentado né antes a discriminação né um grupo de sem - terra...** hoje não.. por exemplo ..esse ano tenho a estimativa de colheita 350 a 400 saco de café..**lá na rua eles já não me vê como um assentado..um sem – terra...já me vê como um pequeno produtor rural..tenho o meu talão..meu produto..compro no talão.. então quer dizer isso faça com que ...melhora minha relação com o prefeito..com a câmara quando eu preciso... né...a maioria das vezes que vou precisar é em nome da comunidade né.... e no comércio influencia sim... porque eu tô produzindo ... tô comparando... tô investindo né...tem aquela demanda de vez em quando a pessoa procura a gente...me procura...oh..Geraldo pessoal aí que tá bem ..tá produzindo encaminha lá pra minha loja ...até então o cara que nem queria receber a gente..hoje já pede....fulano que é bom pra pagar manda pra mim (Assentado PA Taliuly , Guaçuí ES, 2009).**

Os relatos apresentados demonstram que os assentados tentam se firmar pelo seu discurso e sair da posição de *outsiders* cristalizada por meio do estigma social dos estabelecidos (população urbana). Na concepção dos assentados, parece que só alcançariam aprovação dos estabelecidos se deixassem a identidade de sem-terra. O que pode ser percebido pelas opiniões apresentadas pelos entrevistados que a população urbana tem uma imagem já arraigada dos “sem-terra”, como pessoas “contraventoras” da ordem social.

Essa imagem muda um pouco, mas de maneira lenta, quando membros da população urbana passam a conviver com os assentados. No caso do segundo depoimento anteriormente apresentado, na opinião do assentado, o fato de ser considerado um produtor rural e não um assentado dá certo status e faz com que eles sejam vistos pela população urbana de maneira diferenciada, mas ainda que em uma categoria considerada muitas vezes inferior (população rural).

Na concepção Elisiana, “o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desanimá-lo” (ELIAS, 2000, p.24)

muitas vezes o assentado ele mesmo classifica ele como infeliz... se ele falar assim... o governo me assentou... me deu dois pedacinhos de terra ou dois alqueires de terra..não importa..eu tenho que produzir e mostrar que sou capaz...se eu fizer isso e todos fizerem...o município só tem a ganhar..**mas se a gente fizer organizado...às vezes a gente peca e sofre muito no assentamento porque as pessoas não organiza... em termo pra cobrar... (Assentado PA Taliuly, Guaçu, 2009)**

Acontecimento semelhante ao descrito por Elias (2000) é percebido no relato acima, quando o entrevistado afirma que muitos assentados se classificam como infelizes. Esse discurso parece estar baseado em uma imagem incorporada e justificada em uma construção social que o assentado reconhece no grupo estabelecido. Vale ressaltar que nesse caso, os estigmas atribuídos não necessariamente os enfraquecem, mas acabam penetrando em suas concepções fazendo com que os assentados, em certa medida, aceitem os discursos elaborados pela população urbana. Esses argumentos são validados também na concepção de Goffman (1980), quando o autor discute a questão da identidade pessoal e social. Pode-se dizer, nessa perspectiva, que os indivíduos incorporam as noções que os “outros” lhes atribuem, contudo o autor aponta a

possibilidade de uma reação a essas noções pré-atribuídas, já que assume que a identidade é um processo em construção e pressupõe negociações com o mundo externo. Assim, “marcas positivas ou apoio de identidade são a combinação única de itens da história de vida que são incorporados ao indivíduo com o auxílio desses apoios para sua identidade” (GOFFMAN, 1980, p. 67). Dessa forma, a identidade pessoal e social está relacionada com a pressuposição de que o indivíduo pode ser diferenciado de todos os outros e que, em torno desses meios de diferenciação, cria-se uma história contínua e única de fatos sociais. A identidade pessoal pode desempenhar um papel estruturado, rotineiro e padronizado, na organização social. Ou seja, trata-se dos tipos de repertórios de papéis ou perfis que se considera que qualquer indivíduo possa sustentar. Utiliza-se então de um conjunto de marcas para diferenciar a pessoa marcada dos outros indivíduos, sendo essa marca bastante padronizada. As colocações de Goffman (1980) são claramente observadas no relato do assentado, já que este busca contrapor as marcas que lhes são atribuídas.

Ao serem questionados a respeito do relacionamento com as instituições e comércio local e como, em sua concepção, o fato de haver assentamentos naquele município poderia influenciar nas práticas dessas instituições, os assentados parecem carregar em seu discurso o conflito que emerge da relação que aqui se classificou “estabelecidos e *outsiders*”, haja vista que os argumentos apresentados apontam elementos que na visão dos assentados advêm de sua posição de beneficiários do programa de reforma agrária.

Da mesma forma como ressaltam as falas dos assentados, quando acreditam influenciar de alguma maneira as práticas dessas instituições e do comércio local, enfatizam as dificuldades iniciais do relacionamento com a população urbana e da ausência de uma preocupação real com suas necessidades:

porque o assentamento é visto como invasor de terra, e né eles não olha assim a necessidade né... eles não olha assim a necessidade de umas pessoas que quer terra pra trabalhar... acho que isso tem um pouco a ver... e as pessoas não olham a necessidade das que querem terra para trabalhar... a gente conversa... a gente tem propostas, mas não acontece, a prefeitura faz as coisas para agradar, mas não realizam a nossa necessidade, eles fazem assim as coisas com má vontade. (Assentado PA Santa Fé, Apicá, 2009).

Achu... o assentamento se os órgãos municipais, estaduais se ligar mais no assentamento... acredito que assentamento é projeto que da

retorno... tem condição de da retorno... (Assentado PA Ouro Verde, Muniz Freire, 2009).

Eles fala assim... assentamento a prefeitura não tem nada vê com assentamento que é o Incra que é responsável pelos assentamentos entendeu? **e aí tira a gente logo da jogada.** (Assentado PA Santa clara, Viana, 2009).

Eles descarta muito a gente (Assentado PA Teixeira, Apiacá, 2009).

Em relação ao comércio local, os entrevistados até acreditam haver uma interação satisfatória e apontam existir o intercâmbio entre a produção do assentamento com o comércio local, mas, apesar disso, segundo os relatos, são demonstradas algumas ressalvas que aqui se denominam como sendo elementos da posição de *outsiders* atribuídas aos assentados, pois, como dito anteriormente, as dificuldades iniciais no relacionamento entre estes dois grupos são claramente definidas quando se trata dos assuntos ligados ao comércio. O grupo *outsiders* precisa demonstrar – ou fazer com que os comerciantes tenham confiança neles – um empenho além do que é esperado de qualquer outro “frequentante” habitual. Na opinião dos entrevistados, o relacionamento tende a ganhar outro delineamento à medida que os assentamentos estão há mais tempo no município. Esse fato pode ser comprovado por algumas frases que se seguem.

Eles não acreditam que assentado tem condições de pagar (assentado PA Paraíso, Alegre, 2009).

eu comprava numa loja e eu perdi o crédito nela... memo pagando direitinho... ainda falei “porque vocês vão fazer isso comigo? Se tiver no Serasa o comerciante não pode vender. (Assentado PA Floresta, Alegre, 2009).

No início sim... no início eles...tinha muita dúvidas...mas depois quando começou a ter renda o assentamento..eles começa até vender fiado....eles dão até prazo (Assentado PA Teixeira, Apiacá, 2009).

Acho que influíamos porque temos a nossa própria produção, mesmo não sendo muito boa, ajuda um pouco. Porque as pessoas produzem. Uns produzem café, outros produzem leite. E na compra e venda também, porque se a gente sai do projeto, onde gasto o dinheiro? No município. Se a gente produz de onde vem? Do município. (Assentado PA Santa Fé, Apiacá, 2009).

Um questionamento feito aos representantes da população assentada diz respeito a como estes percebem a influência dos assentados em questões políticas dos

municípios de que fazem parte. Nesse sentido, o discurso quando positivo girava em torno de demonstrar que o fato de as famílias estarem associadas em prol de um projeto comum alterava as questões políticas do município.

Se alterou o lado político? Sim altera o lado político... foi criado associação e tudo que existe associação cresce as forças né? (Assentado PA Paraíso, Alegre, 2009).

Pra eles mudou né... foi mais voto que veio pro município..pra eles mudou pra nós nada....(Assentado PA Santa Clara, 2009).

Teve mudança no início que nós viemos pra cá o vereador ganhou (Assentado PA Teixeira, Apiacá, 2009).

Embora os discursos apresentados sejam modestos quando se referem às influências relativas às questões políticas, observa-se uma participação ativa nessas questões por parte dos assentados. Por exemplo, esse posicionamento é enfatizado quando os representantes dos assentados apontam ter força pra eleger um vereador. Outro elemento que fundamenta a participação dos assentados na esfera política municipal é que em alguns projetos de assentamentos visitados, não raro, se encontravam vereadores ou ex-vereadores na condição de assentados, outros com participação em esferas do poder municipal, como, por exemplo, a secretaria de agricultura. Muitos municípios visitados tinham, como presidente do Sindicato do Trabalhador Rural, um assentado. Pode-se dizer que esses dados demonstram a participação dos assentados na tomada de decisão do município e comprovam, em certa medida, as influências dos assentamentos rurais na esfera política local.

As mudanças econômicas a partir da criação dos assentamentos rurais são vistas pelos assentados não como fruto dos processos produtivos implantados ou da interação destes com economia da esfera municipal, mas sim, como efeitos ocasionados pelo repasse de recursos governamentais, através dos créditos recebidos à medida que vão cumprindo as exigências formais do processo de implementação dos projetos.

Outro aspecto ressaltado pelos entrevistados, no que se refere às questões econômicas, diz respeito à infraestrutura que se cria nos municípios após a implementação de assentamentos rurais, novamente é remetido ao investimento econômico por parte de esfera federal e estadual nos projetos de assentamentos. Nesse sentido, alguns relatos esclarecem:

Altera, porque a prefeitura tem gastos maiores com escolas, educação, estradas (Assentado PA Santa Fé, Apiacá, 2009).

Eu acho que sim né...principalmente igual eu já disse...sobre assim a injeção que o governo faz, igual o Pronaf...pro município é bom né...tanto bom pra gente...e pra eles também... porque é mais dinheiro no cofre deles né...a gente vai comprar um insumo... plantar um café...qualquer gasto é dinheiro que vai pra lá...(Assentado PA Paraíso,2009).

Sim, melhora o governo injetou recurso né, esse recurso que o governo do governo foi injetado...foi bom... pro município...foi pra gente e pro município...(Assentado PA São Felipe, Guaçui, 2009)

Nota-se que, mesmo tendo uma percepção positiva a respeito da condição de assentado, os entrevistados necessitam reafirmar pelas suas falas, um contramovimento aos discursos depreciativos elaborados pela população urbana. O tópico que segue demonstra essa força contrária desenvolvida por esse grupo.

4.4 O contradiscurso

Os entrevistados representantes da população assentada exercem em seu discurso pressões no sentido de reduzir os diferenciais que os colocam como *outsiders*, ressaltando elementos de uma autoimagem positiva à condição de assentado. No que diz respeito aos argumentos de Elias (2000), essa possibilidade só acontece quando:

se consegue apreender a força irresistível desse tipo de vínculo, bem como o singular desamparo de pessoas ligadas entre si dessa maneira, quando se discerne com clareza que elas estão aprisionadas num vínculo duplo. Este pode não se tornar operante, quando a dependência é quase inteiramente unilateral, e, portanto, o diferencial de poder entre estabelecidos e *outsiders* é muito grande nesses casos, os *outsiders* não têm nenhuma função para os grupos estabelecidos. Simplesmente estão em seu caminho e, com muita frequência, são exterminados ou postos de lado até perecerem (ELIAS, 2000, p. 32).

O autor assinala que só seria possível o contrário quando

Os grupos *outsiders* são necessários de algum modo aos grupos estabelecidos, quando há alguma função para eles, o vínculo duplo começa a funcionar mais abertamente e o faz de maneira crescente quando a desigualdade da dependência, sem desaparecer, diminui quando o equilíbrio de poder tende um pouco a favor dos *outsiders* (ELIAS, 2000, p.33).

Assim o autor indica que, independentemente da situação, os grupos *outsiders*, mesmo enquanto permanecem totalmente intimidados, exercem pressões tácitas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, ao passo que, os grupos estabelecidos fazem a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais. Dessa forma, os discursos construídos pela população assentada reforçam a tentativa de sair da posição de *outsiders*:

Eu acredito que na questão social né... **quando forma assentamento resgata muitas pessoas...** que não se dava com nada... vai para o acampamento... forma os assentamentos... **a pessoa muda o modo de vida** da pessoa né... **ele deixa de ser escravo lá fora... empregado...** escravo e vem trabalhar pra si próprio dono do seu próprio nariz...apesar que dentro do assentamento ainda tem que não perdeu o costume de trabalhar pro pessoa lá fora... não perdeu esses costume...às vezes deixa de trabalhar dentro do lote... mas acredito que é uma mudança social em relação ao pessoal que tá lá na cidade, nas favelas vem e tá desenvolvendo né...é sonho de todos e o sonho vira realidade... deixar de estar sofrendo... ter a terra... a liberdade. Se o pessoal fizer uma pesquisa na cidade... muitas pessoas que tá lá que foi da roça... trabalhava na roça de empregado acabou indo pra cidade... não aguenta exploração...foi embora não aguenta... lá na cidade é mesma coisa não acha serviço... os filhos vira marginal...(Assentado PA Teixeira, Apiacá, 2009).

Vimos pra cá com a cara e coragem... hoje muitos aqui...ta produzindo... tá conseguindo **viver daqui de dentro sem trabalhar pra ninguém** ... trabalha só pra ele... tem **várias pessoas que melhorou a sua qualidade de vida...melhorou sua alimentação... alimentava mal...** quando você consegue colher aqui dentro café... milho... feijão você compra coisas que antes não comprava...(Assentado PA Taliuly, Guaçui, 2009).

Ajudaria na parte de tirar a pessoa do fazendeiro... porque oh é sofrido... essa parte muda... vai tomar conta do dele... pra mim... foi bom...(Assentado PA Floresta, Alegre, 2009).

Observe que, na visão dos entrevistados, a partir do momento em que eles se tornam assentados, há um resgate de um modo de vida, perdido ao longo de todo o processo histórico que caracteriza a questão agrária brasileira. Esses argumentos representam um contradiscurso aos estigmas atribuídos pela sociedade, aqui representada pela população urbana. Mas, como Elias (2000) assinala, o equilíbrio de poder entre “*outsiders* e estabelecidos” só aconteceria na dependência do vínculo duplo que raríssimas vezes acontece na figuração assentados e população urbana. Os

assentados só percebem o que se denomina vínculo duplo no momento das questões eleitorais. Ou seja, no ano eleitoral, em especial, quando se trata de eleições de prefeitos e vereadores, afirmam haver maior interação entre eles devido ao interesse que esses candidatos têm nos votos dos assentados. Na opinião dos assentados, é por interesse nos votos, já que envolve um número grande de famílias, que se dá o que Elias (2000) chamou de vínculo duplo. Isso significa que há, nesse momento, entre os assentados e o poder local, uma contrapartida, uma barganha, ou seja, um equilíbrio de poder entre as partes.

Dessa forma, o equilíbrio de poder econômico, social e político das famílias assentadas poderia ser um fator de eliminação/amenização das desigualdades de forças, que advêm de uma estigmatização social e grupal de como estes são percebidos pela população urbana.

4.5 O mundo dos outros: o olhar urbano sobre o novo mundo dos assentamentos

Assim como ilustrado por Elias (2000), pode-se dizer que a estigmatização dos assentados pela população urbana segue a lógica da atribuição que o teórico estabelece como sendo uma anomia, ou seja, consideram-se como defeitos grupais aquilo que é decorrente da situação dos assentados, imposta e reproduzida pela população urbana dos municípios onde estes se inserem. Pode-se então dizer que o primeiro modo de estigmatização é o formato de acesso à terra, principalmente no que diz respeito à percepção urbana. Nessa perspectiva, a maioria dos assentamentos seria formada por pessoas que não têm o perfil de trabalhador rural, idealizado pela população urbana. Passa ainda pelo imaginário desta população que uma grande parte dos beneficiários tem apenas o objetivo de vender a terra e que o critério de escolha das famílias se dá de forma incorreta, segundo o que pensam ser o ideal na constituição dos assentamentos rurais. Observe os relatos dos entrevistados:

Eu até concordo com a criação, mas a seleção de assentados que às vezes...na nossa região aqui ela é meio...não sei se é só aqui, né?...**tipo, a pessoa sai da rua pra ir lá ganha terra, aí depois tenta vender muitas vezes, muitas vezes nem é trabalhador rural que vai pra lá. Entendeu? Tem assentados que nem daqui é, que num conhece nada daqui, né? Sai de lá num sei da onde e vem pra cá e muitas vezes nem trabalhador rural na verdade, ele é um... Só ganha a terra e fica aí à toa, num produz.** Entendeu?E aí na realidade num traz benefício nenhum para o município só despesa né?

Porque o município tem que fazer a parte dele. (Assessor técnico da NAC, Apicá ,2009)

Olha, eu acho uma boa ideia mas desde que seja uma coisa organizada, uma fiscalização certinho assim, porque estes assentamentos mesmo que teve aqui eu na minha opinião acho que teve muita bagunça. Agora que eles estão começando a se acertar. **Porque teve gente ali que não tinha interesse nenhum, de ter a terra para cuidar ...Teve gente que teve mais visão alguns, alguns né de negócio.** Hoje que eles estão andando pra cima disso porque soube aí que as coisas tavam muito bagunçadas andaram pra cima e conseguiram melhorar isso aí agora. Portanto tem tanta família lá que tá irregular, tanto que são cento e oitenta e poucos assentados, portanto deve ter uns setenta, oitenta regular portanto até no financiamento que nos abrimos aqui atende 56 famílias.(Gerente de loja de materiais de construção, Guaçuí, 2009)

Para falar verdade o que acontece é o seguinte é... é eu acharia que o governo deveria ter mais fiscalização em cima disso aí, porque pelo o que a gente tá vendo aí, a gente até chama o pessoal aí de pardal, que só vive na cidade, mais é um incentivo a mais né, agora eu só não concordo com o trabalho que é feito, **o devido trabalho que teria ser feito na terra né, que eu acho que só dá a terra, dar suporte, mas não ter uma fiscalização do que está sendo feito realmente.** Geralmente a pessoa que quer terra quer plantar, e assim sobreviver e não é isso que a gente vê aí não.(Gerente loja Agropecuária, Viana, 2009)

Os relatos nos remetem também a uma reflexão embasada na teoria de Mauss (1974), já que, como colocado anteriormente, a terra na visão dos estabelecidos (população urbana) é um *dom* que os assentados recebem, assim devem retribuir com trabalho, mas ao invés disso, no discurso da população urbana, “vendem” a terra ou não trabalham nela de forma adequada, impedindo a circulação da riqueza. As falas apresentadas pelos entrevistados deixam claro a visão de que se a terra é “recebida”, e conseqüentemente, tem de haver por parte do receptor uma retribuição, cria-se a partir daí o vínculo da dádiva.

Outro fato que chama atenção e deve ser considerado é que, segundo Mauss (1974), as trocas são simultaneamente voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, úteis e simbólicas. Acrescenta ainda que “a dádiva não retribuída ainda inferioriza aquele que a aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de retribuição” (MAUSS, 1974, p.163). Dessa maneira, os discursos apresentados pela população urbana, mesmo que positivos, estão condicionados a ressaltar aspectos de

inferioridade da população assentada, já que não há retribuição, na perspectiva esperada, da dádiva.

Do mesmo modo, a mobilidade migratória também ressaltada na obra de Elias (2000) como sendo um fator que os estabelecidos utilizam para justificar sua desaprovação aos “recém-chegados”, mais precisamente o tipo de mobilidade social, é também observada na dinâmica de formação dos assentamentos rurais. Esse é um fator de incômodo, já que se tem a visão de que os assentados não têm “raízes”, nem se sabe ao certo de onde vêm ou ainda se vão permanecer no município. Nos relatos a seguir fica evidenciado o incômodo apresentado pelo entrevistado ao desconhecer a origem de algumas famílias presentes nos assentamentos.

Os pontos negativos eu acho que é na escolha das famílias porque tem muitas famílias que não têm o perfil de trabalhadores rurais. Eles não sabem plantar, não sabem trabalhar em cima do que é deles...Eu vejo isso, eu acho que...Algumas famílias que vão pro assentamento e não têm o perfil. (Secretaria da Agricultura, Muniz Freire, 2009)

Olha, eu acho uma boa ideia mas desde que seja uma coisa organizada, uma fiscalização certinho assim, porque estes assentamentos mesmo que teve aqui eu na minha opinião acho que teve muita bagunça porque teve gente ali que não tinha interesse nenhum, de ter a terra para cuidar ...**Teve gente que teve mais visão alguns, alguns nê de negócio.** (Gerente de loja de materiais de construção, Guaçuí, 2009)

tem pessoas **que não têm muito conhecido e quase tempo nenhum de município aqui e se instalou no município e fica querendo, às vezes uma condição que o município não pode dar.** Entendeu? Aí fica com críticas Muitas vezes esses produtores ficam aqui... quase todo dia vem aqui pedir e...reclamação em si. (Assessor técnico da NAC, Apiacá, 2009)

Essas assertivas parecem ir ao encontro do que Elias (2000) esclarece “... a anomia talvez seja a censura mais frequente a lhes ser feita, repetidamente, consta-se que o *outsiders* são vistos pelo grupo estabelecidos como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros” (ELIAS, 2000, p.27) . É possível acrescentar que, no caso dos relatos acima, os *outsiders* (assentados) são vistos coletivamente e individualmente como anômicos. Assim, foi visível durante a pesquisa que mesmo nos assentamentos em que sua conformação era realizada basicamente por pessoas do próprio município, a obtenção de terra via política de assentamentos os colocava como *outsiders*, ou seja, a

partir do momento em que essas pessoas iam para o assentamento, era atribuída a elas a identidade de sem-terra, com todos os atributos que a população urbana assimila ser própria deles.

O segundo modo de estigmatizar, na concepção de Elias (2000), é atribuir características definidoras do outro. No caso deste estudo, as características que a população urbana atribui como definidoras dos assentados são: a venda da terra, a desorganização interna nos assentamentos, a não utilização correta da terra, a má intenção dos indivíduos ao ingressar como beneficiários da reforma agrária. Sendo essa última justificada pelo fato de a população urbana acreditar que a terra é dada aos beneficiários e por isso a população assentada tem de fazer por merecer os benefícios oferecidos.

Outro fato que merece destaque nesta discussão é a diferença que os entrevistados representantes da população urbana fazem em relação ao acesso à terra via modalidade do Crédito Fundiário, em detrimento ao acesso via Inbra. Parece haver dentro da figuração “assentamentos e população urbana” uma hierarquia interna de status entre esses programas governamentais de acesso à terra. Essa afirmativa é elucidada pelos relatos da população urbana ao atribuir um melhor status aos projetos do Crédito Fundiário.

O Inbra é desapropriação de terra, **os assentados vão pra lá ficam acampados**, o Inbra vai e desapropria e entrega o terreno pros trabalhadores. Do crédito fundiário **é negociado, não tem acampamento**, forma-se uma associação, aí eles olham uma terra, negociam com o proprietário da terra, aí o governo federal **empresta** esse dinheiro pra eles, aí eles compram a terra e pagam e aí eles têm até 18 anos pra pagar a terra. (Secretária de Agricultura, Muniz Freire, 2009)

“E uma modalidade diferente... depois tem aquela caracterização dos assentamentos ligados ao Inbra... muito ligado ao movimentos dos sem-terra... né... de invasão isso na verdade é uma agressão ...se for olhar assim...eu entendo bem a causa e até do porque eles se utilizam destas estratégia...mas agora a sociedade a população como um todo não vê bem assim” (Engenheiro Agrônomo, Alegre, 2009)

No primeiro relato, a entrevistada parece fazer uma ligação direta entre assentamentos criados pelo Inbra com a necessidade de acampamento, reificando ser o processo lento e sofrido para as famílias, enquanto, ao se referir aos projetos da modalidade do Crédito Fundiário, enfatiza o fato de as famílias não passarem por esse

processo, demonstrando ainda que a terra é negociada, ou seja, não é mais um dom, mas sim, uma transação econômica de compra. Pelo discurso da entrevistada, é possível perceber que ela se desprende dos atributos ligados à identidade sem-terra ao se referir aos assentamentos dessa modalidade. Isso fica explícito em sua fala à medida que retira do discurso a questão da invasão da terra, enfatiza a negociação direta dos beneficiários com os proprietários, bem como o pagamento e a não intervenção de mediadores sociais ligados à luta pela terra. Ou seja, pelo relato parece que a entrevistada enfatiza a organização que tem quando o projeto vem da política do Crédito Fundiário e a falta de organização quando o processo é via Incra.

O status atribuído aqui vem justamente visualizar os assentados via desapropriação como invasores, baderneiros, os que ganham a terra. Já os beneficiários do Crédito Fundiário, como aqueles que cumprem com as regras do mercado, humildes, que negociam com o proprietário, interessados de fato na terra. O segundo relato reitera a percepção que a população urbana tem da ligação entre assentamentos do Incra e os movimentos sociais de luta pela terra, em que a visibilidade atribuída vem justamente de concepções negativas sobre seus componentes e o processo pelo qual passam, ou seja, a explicitação do conflito fundiário.

Por último, na concepção elisiana, é enfatizada a necessidade de o grupo estabelecido criar uma marca, um estigma, para que assim se possam demarcar os *outsiders* e também com o objetivo de manter o caráter fantasioso a respeito desse grupo. O autor esclarece que “Dentre os aspectos mais reveladores da estratégia dos grupos estabelecidos figura a imputação ao *outsiders* como motivo de censura, de algumas de suas próprias atitudes usuais, as quais, no caso deles, frequentemente, são motivo de louvor” (ELIAS, 2000, p.45).

Os discursos da população urbana que seguem parecem exemplificar as questões elencadas por Elias (2000):

“Não sei se acho certo, eles invadem a terra. A terra é de alguém”
(Vendedora de loja de Eletrodomésticos, Muqui, 2008).

Acho o seguinte, eu não sou de acordo de tirar uma terra que levou muito tempo para se comprar (Representante da Igreja Assembleia de Deus, Ministério Canaã, Muqui, 2008).

Tem uns assentados que vêm de fora, aí do MST que dá tristeza mexer com eles, que só mais a terra mesmo e os recursos do Pronaf e acabar

devendo mesmo quer pagar nada não é complicado (Empresa particular de assistência técnica, Agrosul , Mimoso do Sul, 2009).

As atitudes tidas como negativas pelos estabelecidos – neste caso a invasão de terras – para o grupo outsider são, geralmente, motivo de orgulho, sobretudo se esta ocupação resultam a desapropriação e a fixação das famílias na terra.

Não, eu acho que tem que haver esse intercâmbio até por questões das ideias, é importante tecer a discussão... Você vai achar uma diferença se você for no Florestan. Florestan é bandeira do MST mesmo, é daqui de boa, tem gente daqui, mas é altamente privatizado. Lá é uma celulazinha do PT. (Chefe de gabinete da prefeitura, Guaçuí, 2009)

Todos os fragmentos apresentados dos discursos da população urbana a respeito dos assentamentos rurais vão ao encontro dos modos de estigmatização, conforme Elias (2000) apregoa. Ou seja, considera a própria situação dos beneficiários como defeitos grupais, atribuindo-lhes características definidoras enfatizando os hábitos deficientes e, principalmente, colocando-os como não pertencentes à ordem social daquele município.

Nesse sentido, estudos realizados por Ferreira Neto e Doula (2003) no noroeste mineiro, ao refletir sobre a questão das representações e estigmas na interação população urbana e assentados de reforma agrária, encaminham a análise de maneira a demonstrar que os assentados são vistos positivamente por aumentarem as vendas do comércio. No entanto, os assentados não são considerados geradores de riqueza, pois a imagem criada na população urbana é que esse dinheiro que incrementa o comércio é recurso advindo do governo, ou seja, “dinheiro do governo”. Outro aspecto diagnosticado pelos estudiosos é que os representantes da população urbana não acreditam que os assentados possam, por si só, melhorar sua própria imagem, atribuindo um importante papel do governo como regulador e fiscalizador de ações que são vistas como condenadas, entre elas, o desperdício de dinheiro público, a venda de lotes, a presença de assentados que não trabalham. Os autores acrescentam ainda que, nessa visão, os assentados não se desvinculam dos atributos negativos que caracterizam os sem-terra e que por isso muitas características que são atribuídas ao movimento aparecem como definidoras dos assentados, principalmente, as ideias cujos significados

remetem ao nomadismo e instabilidade (venda do lote e compromisso com movimento) e violência (continuidade das invasões)⁷.

Percebe-se então que há grande semelhança entre o que Ferreira Neto e Doula observaram para o caso de Minas Gerais e o que esse estudo indicou para análise dos mesmos aspectos, no caso do Espírito Santo. Contudo, o elemento que contribui para reforçar esses aspectos e que se diferencia, em certa medida, do estudo realizado por eles, diz respeito à ênfase dada pela população urbana nos municípios estudados no Espírito Santo aos assentamentos do Crédito Fundiário. Chega-se a fortes indícios de que os assentamentos dessa modalidade possuem essa representação dada pela população urbana porque não ferem o direito de propriedade do município e menos ainda a lógica da terra vista como mercadoria. Outro ponto de destaque nesta análise é que os assentados via Crédito Fundiário não contestam a ordem existente naquele local e por isso fazem parte da “boa sociedade” na ótica dos estabelecidos, enquanto os assentados via desapropriação, ao contestar a ordem existente e apresentar esse enfrentamento às questões fundiárias, passam a fazer parte da “má sociedade” e são vistos como *outsiders*.

4.6. O Contradiscurso

A população urbana também se utiliza de artifícios em busca de um contradiscurso, em especial, o discurso construído pelos representantes das instituições visitadas, já que, em sua grande maioria, foram representantes de instâncias públicas. Na tentativa de amenizar o discurso anteriormente demonstrado, já que, de forma geral apresenta-se um discurso depreciativo a respeito dos assentados, os entrevistados buscavam apresentar opiniões positivas, mas sempre com ressalvas necessárias que não permitem desvincular a imagem e atributos de sem-terra. Assim foi atribuído à população assentada gerar renda para o município, possibilitar a divisão de propriedade, uma maior injeção de verba pública, atuação na política local, aumento no fluxo comercial do município e mudanças nas questões fundiárias, como fatores positivos que vêm contrabalancear o discurso anterior. Como pode ser notado nas seguintes falas:

Nossa...Você, você fixou ao homem ao campo. Produzindo, dando dignidade, dando identidade né, preservando sua identidade sua cultura...fantástico. (Chefe de Gabinete da prefeitura, Guaçuí, 2009)

⁷ Ferreira Neto e Doula (2003) p.108

Pontos positivos...é... eu acho que é uma das questões é essa de você ter essa população né rural trabalhando, produzindo, eu acho que essa é a questão principalmente com relação a produtos básicos né, alimentos, de um modo geral.(Técnico Incaper, Alegre, 2009)

O que eu acho, o ponto positivo que eu acho porque era uma propriedade grande que era em pasto que eu acho ...você pode ver lá que tem lavoura, tem um pastozinho, tem um o gado, tem a produção colhem milho, feijão tem de tudo, tem assentado lá que quer produzir, isso aí que eu acho uma vantagem. .(Gerente lojas de materiais de construção, Guaçuí, 2009)

“A cidade está cheia de gente desempregada. Se as pessoas ficassem no campo poderia plantar, colher, ficaria mais fácil para o município. Tem como ter qualidade de vida no assentamento”. (Pe. Paróquia de Muqui, 2008)

A ênfase dada nessas questões pela população urbana talvez ocorra pelo fato de que, com o passar do tempo, os assentamentos começam economicamente e socialmente a se consolidar e com isso, nesse processo de interação, a identidade de trabalhador rural se sobressai à identidade de sem-terra. Dessa forma, nesse processo de interação cotidiana entre estabelecidos e *outsiders* os limites de separação vão se diluindo aos poucos e as próprias identidades desses dois grupos acabam dialogando, sendo testadas e refeitas a partir do processo de comunicação e de circulação de pessoas, de mercadorias e de ideias que se tornam inevitáveis com a instalação do assentamento em determinado município.

A construção dos contradiscursos indica que tanto os estabelecidos quanto os *outsiders* colocam suas identidades em movimento, introjetando a visão que o “outro” tem e reagindo em função disso. Ou seja, as representações negativas ou positivas são reavaliadas em função de uma necessidade permanente criada a partir da presença do “outro” com o qual se estabelece algum tipo de relação e, preferencialmente, é retomado o equilíbrio anterior à sua chegada.

Pode-se dizer que a produção dos contradiscursos, em ambos os grupos, representa uma acomodação simbólica que se processa após um desequilíbrio social momentâneo. As expectativas geradas entre estabelecidos e *outsiders*, retomando a Goffman, indicam que os interesses econômicos de benefício mútuo entre os dois grupos podem atuar como o motor dessa acomodação simbólica, na medida em que os municípios só tenham a ganhar com o desenvolvimento do assentamento, e os assentados, por sua vez, ganham com o desenvolvimento do município, sendo essa relação via de mão dupla.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Antropologia, em particular a pesquisa de campo, sempre nos reserva surpresas. Por mais que nos preparemos, por mais que procuremos determinar antecipadamente temas e objetivos, não sabemos de antemão qual o resultado de nosso trabalho. (Gordon, 2006, p.23).

Este trabalho, embora retrate a realidade dos assentamentos rurais do Sul do Espírito Santo, é também reflexo de um amadurecimento de uma trajetória de trabalhos dedicados a entender a temática da reforma agrária, seja pelas constantes discussões do Grupo de Pesquisa “Assentamentos”, seja pelas pesquisas de campos e intervenções em projetos de assentamentos realizadas desde a graduação.

Ao enquadrar a presente discussão nos recentes debates que ponderam sobre a viabilidade da reforma agrária, principalmente sobre a inexistência de demanda social da mesma defendida por Zander Navarro (2008), esse trabalho situou tal discussão a partir da perspectiva de Polanyi (1944/2000) para defender a política como um fator de desenvolvimento e também sob o ângulo de Valente (2008), que questiona “Mas qual Reforma Agrária?” para evidenciar que não há uma resposta pronta e generalizada, mas que se faz necessário considerar as especificidades bem como os territórios em que os projetos se situam. A contribuição deste trabalho realizado no Espírito Santo, apesar de sua amplitude ao traçar o perfil socioeconômico desse tipo de empreendimento, tendo como base 12 assentamentos rurais, permite evidenciar as especificidades na composição do cenário, a que esses assentamentos pertencem. Quer seja pela observação do variado perfil etário, quer seja pela existência de agregados residentes nos lotes, este estudo traz apontamentos e problemas latentes à política e que já começam a ser contemplados na literatura como na abordagem de Castro (2005) sobre os entraves da expansão do núcleo familiar nos assentamentos.

A discussão empreendida na presente dissertação caminha na direção de defender a reforma agrária como uma forma de conceder oportunidades e uma condição de agentes aos seus beneficiários, e para compor este quadro referencial teórico foram utilizadas as contribuições de Medeiros e Leite (1994); do Grupo de Pesquisa “Assentamentos” para nortear a pesquisa no sentido dos impactos causados pelos assentamentos rurais; de Abramovay (2005), imerso na perspectiva de

desenvolvimento; e de Amartya Sen (2000), em que se pôde ponderar a reforma agrária como desenvolvimento de liberdades de seus partícipes. Mesmo reconhecendo a necessidade de nos atentarmos para as questões deficitárias da reforma agrária como, por exemplo, assistência técnica falha, falta de acesso a crédito, precariedade da infraestrutura, a grande questão aqui salientada se refere à necessidade de que a política não se limite à concessão de ativos aos seus beneficiários, mas que, ao atuar como uma política com vistas ao desenvolvimento possa de fato ampliar suas liberdades.

Com o intuito de evidenciar os aspectos da reforma agrária no Espírito Santo, foi possível traçar panoramas e perspectivas dos assentados do Estado, além de evidenciar a amplitude do programa do Crédito Fundiário, bem como sua aceitação. Percebeu-se, também, pela análise de dados secundários, que os assentamentos podem influenciar no PIB, por serem fornecedores diretos do setor de serviços e setor agropecuário. Além disso, os dados apontaram que nos municípios estudados o rural se mostra expressivo em termos de população.

Na perspectiva econômica, vale considerar que vários aspectos influenciam a composição de renda familiar dos assentados a exemplo dos benefícios previdenciários e dos programas de distribuição de renda do governo federal, juntamente com a comercialização do excedente da produção de culturas alimentares, incluindo a renda indireta representada pela quantidade de produção consumida na manutenção das famílias e da produção.

Quando consideramos os discursos apresentados pela população urbana, que os veria como pessoas contestadoras da ordem social e propensas ao conflito, tal argumentação está em sintonia com a análise de Elias, quando este diz que o afluxo dos “recém-chegados” é sentido como uma ameaça ao estilo de vida dos estabelecidos, a população local.

Os assentados demonstram certo desconforto, no contexto urbano, com a identidade sem-terra construída pelo longo processo de organização e luta pela reforma agrária. Os relatos apresentados demonstram que os assentados tentam se firmar e sair da posição de *outsiders*, ressaltando elementos de uma autoimagem positiva à condição de sem-terra.

Na visão da população urbana, a maioria dos assentamentos é formada por pessoas que não têm o perfil de trabalhador rural, idealizado por esta população, argumentando que grande parte dos beneficiários tem apenas o objetivo de vender a terra e que os critérios de escolha das famílias são falhos e comprometem a qualidade

dos projetos. Esses relatos possibilitaram uma reflexão embasada na teoria de Mauss, já que a terra, na visão da população urbana seria um *dom* que os assentados recebem, devendo, portanto, retribuir com trabalho e não com a sua venda ou com mais contestações. Do mesmo modo, a dinâmica migratória no município foi um elemento de que a população urbana se utilizou para justificar sua desaprovação aos “recém-chegados”, mais precisamente, o tipo de mobilidade social e demográfica observada na dinâmica de formação dos assentamentos rurais.

Neste estudo, constatou-se que a população urbana, na região analisada, atribui aos assentados características negativas, como pouca vocação para o trabalho rural, interesse mercantil na terra, falta de organização e má fé ao ingressar nos movimentos pela reforma agrária. Por outro lado, percebe-se que, na produção dos discursos de ambos os grupos, ocorre uma acomodação simbólica gerada pelas expectativas de ganhos econômicos, à medida que os municípios se beneficiam do desenvolvimento dos assentamentos, e os assentados, por sua vez, ganham com o desenvolvimento do município.

Assim, um ponto de destaque neste trabalho considera os argumentos oferecidos por Landowsk (2002), que se referem à percepção da população urbana de que os assentados são vistos como se um dia tivessem feito parte do “nós”, ou seja, parte integrante da população urbana quando ainda não desfrutavam da condição de beneficiários da reforma agrária e passaram à categoria do “outro”, à medida que ingressaram nos projetos. Nesse caso, o sujeito de referência “nós” é o corpo social do qual a figura do “outro” se encarna sob forma de pronome neutro “eles”. Em uma palavra, até mesmo essa forma neutra de se referir aos assentados implica colocá-los em posição inferior. Mas o fato de assimilar ou excluir, existente na interação entre assentados e população urbana, por si e pelos diferentes grupos envolvidos do processo de implementação de assentamentos, transforma os dois grupos, e isso, não significa criar outra identidade. As identidades se constroem pelas transformações dinâmicas vivenciadas no cotidiano, possibilitando o estabelecimento até de uma relação justa entre os grupos.

Entretanto, foi apresentado pela população urbana um contradiscurso ao viés negativo que esta atribui aos assentados. Os pontos positivos elencados são que a criação de assentamentos propicia a fixação do homem no campo e a produção dos assentados é componente importante no aumento do fornecimento de alimento aos municípios e no aumento da sua população rural. O discurso positivo apresentado pelos

representantes dessa população só acontece quando retira os beneficiários do programa de reforma agrária da condição de sem-terra e os realoca na categoria de produtores rurais, somente assim, os fatores positivos emergem nos discursos oferecidos.

Como dito, não foi planejado para este estudo retratar os projetos do Crédito Fundiário. Contudo, essa modalidade de projeto se apresentou como um importante diferencial deste trabalho, principalmente se considerados os discursos da população urbana. Na visão dessa população, os beneficiários do programa do Crédito Fundiário fazem parte da “Boa Sociedade” retratada por Elias. Mesmo sendo beneficiários de um programa de acesso à terra, tal qual os projetos do Incra, os atores sociais pertencentes ao Programa de Crédito Fundiário possuem um estereótipo diferente dos beneficiários da reforma agrária desenvolvida pelo Incra. Os relatos caminharam no sentido de uma aprovação social por parte da população urbana, por haver uma visão construída de que tais atores passaram por processo pacífico de negociação da terra no qual não há uma contestação da ordem social existente, por pertencerem ao município e não ferirem o direito de propriedade.

Embora a pesquisa tenha alcançado grande amplitude, seja pelo número de Projetos de Assentamentos visitados, seja pelo número de municípios pesquisados, percebeu-se, durante o trabalho de campo, a necessidade de um aprofundamento a respeito dos Projetos do Crédito Fundiário. Seria interessante fazer uma abordagem similar a este trabalho incluindo os assentamentos dessa modalidade, haja vista o diferencial de discurso apontado pela população local, quando relacionado a esses empreendimentos.

Não se desconsidera neste trabalho que o modelo de colonização da região Sul do Espírito Santo, qual seja, estrangeira, fundada na pequena propriedade, de agricultura familiar, não seja um fator que também influencia na formação de uma visão depreciativa sobre os assentamentos, uma vez que, esses elementos podem contribuir para a criação de um modelo idealizado de agricultor, de família e de trabalho ao qual a população urbana não vislumbra nos assentados.

Além disso, é importante salientar que a visão a respeito da reforma agrária apresentada pela mídia, quase sempre depreciativa, é um componente que pode influenciar os discursos da população urbana a respeito dos assentados.

Finalmente, vale ressaltar que este estudo debateu a pertinência ou não da reforma agrária como uma demanda social e como fator de desenvolvimento. Tal discussão contou com a contribuição teórica de Polanyi (1944/1980) e Sen (2000) para

evidenciar que não somente os fatores econômicos devem ser considerados ao ponderar a necessidade da política, uma vez que ela não se restringe a fornecer o fator terra, mas que, sendo uma política de desenvolvimento, ao pensar o homem na sua totalidade, deve considerá-lo vinculado aos fatores de produção, terra, capital e trabalho, como requisito de expansão das liberdades individuais e coletivas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. (2005). Um novo contrato da política de assentamentos. In: OLIVA, P. M. (org.). *Economia Brasileira – Perspectivas do Desenvolvimento*. São Paulo: Ed. CAVC, p. 355-375.

BARONE, L. A. (2005) Os Assentamentos rurais e o desenvolvimento político local: o contexto regional do pontal do Paranapanema. In: BOTTA FERRANTE, V. L., JUNIOR, A. O. **Assentamentos rurais: Impasses e Dilemas** (Uma trajetória de 20 anos). Araraquara/SP: INCRA /UNIARA, p.201 -218.

BARONE, L. A, FERRANTE, V. L.,. (2005). Assentamentos Rurais e Poder local: Os rumos da Descentralização da Reforma Agrária. In: BOTTA FERRANTE, V. L., JUNIOR, A. O. **Assentamentos rurais: Impasses e Dilemas** (Uma trajetória de 20 anos). Araraquara/SP: INCRA /UNIARA, p. 206 -221

BERGAMASCO *et al.* (2005). A formação escolar em assentamentos rurais: desafios para as novas gerações. In: BOTTA FERRANTE, V. L., JUNIOR, A. O. **Assentamentos rurais: Impasses e Dilemas** (Uma trajetória de 20 anos). Araraquara/SP: INCRA /UNIARA, p.389-404.

BUSSINGER, V. V. (1992). **Assentamentos e sem terra no Espírito Santo: a importância do papel dos mediadores**. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.

CASTRO, E. G. (2005). O paradoxo “Ficar” e “Sair”: caminhos para o debate sobre juventude rural. In: BOTTA FERRANTE, V. L., JUNIOR, A. O. **Assentamentos rurais: Impasses e Dilemas** (Uma trajetória de 20 anos). Araraquara/SP: INCRA /UNIARA, p. 321-350.

CONFEDERAÇÃO Nacional dos Municípios –CNM. Homepage da Instituição Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>> Acesso em 10 fev. 2009

DURKEIM, E. (1978). **O suicídio**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os pensadores).

DURVAL, FERRANTE (2008). Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e desenvolvimento. In: BOTTA FERRANTE, V.L. , WHIATAKER, D.C.A. **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios da política de assentamentos rurais**. Araraquara/SP: MDA/UNIARA,p.308 -322

ELIAS, N. (2000). **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FERREIRA NETO, J. A., DOULA, S. M. (2003). **Assentamentos Rurais: organização, mobilização e imaginário social**. Visconde do Rio Branco/MG.

- GODBOUT, J., CAILLÉ, A. (1999). *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV.
- GODELIER, M. (2000). **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GOFFMAN, E. (1980). **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- GORDON, C. (2006). **Economia selvagem**: ritual e mercadoria entre os Xikrin-Mebêngôkre. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora da Unesp, ISA e NUTI.
- GRAWITZ, M. (1975). Métodos y técnicas de las ciencias sociales. Barcelona: Hispano Europea, In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. (1991). **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas.
- GRAZIANO, J. A reforma agrária no Brasil do século XXI. *Valor Econômico*, 27/06/07
- _____. O Renascimento da Agenda agrária. *Folha de São Paulo*, 20/02/2008
- LANDOWSKI, E. (2002). **Presenças do outro**. Trad. Mary Amazonas; revisão A. C. de Oliveira e E. Landowski. São Paulo: Perspectiva.
- LEITE, S. (2005). Dinâmica Econômica, Assentamentos rurais e Desenvolvimento Regional: evidências a partir de seis estados brasileiros. In: BOTTA FERRANTE, V. L., JUNIOR, A. O. **Assentamentos rurais: Impasses e Dilemas** (Uma trajetória de 20 anos). Araraquara/SP: INCRA /UNIARA, p. 117-174.
- LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L S. (2004). **Impacto dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESCO.
- LORENSINE, R. (1999). **Sustentabilidade do Setor Agrícola do Espírito Santo**. 102f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG.
- MARTINS; J. S. (1998). **Não há terra para plantar neste verão**. O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no Renascimento Político do campo. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes.
- MARTINS, J. S.(2004). **Reforma Agrária**: O Impossível diálogo. São Paulo: Edusp.
- MAUSS, M. (1999). **O ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70. (Caps. I: As dádivas trocadas e a obrigação de as retribuir; II “Extensão deste sistema” e “Conclusão”)
- MEDEIROS, L. S. (2002). **Movimentos Sociais, disputas políticas e Reforma agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD.
- MEDEIROS, L. S., LEITE S. (2004). **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Manuad.

NAVARRO, Z. (2008) “Nunca cruzaremos este rio”: a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘Sociologia militante’ e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **XXXII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambú (MG), outubro de 2008.

IDAF/UTE-ES. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba – PEDEAG 2007-2025. Vitória, out.2007.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA. Homepage da Instituição Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em 11 fev.2009.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Homepage da Instituição [2009]. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>> Acesso em 09 fev. 2009.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA. Homepage da Instituição Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em 11 fev.2009.

PIMENTEL, A. E. (2005). Impactos econômicos e sociais dos assentamentos de reforma agrária na Região do Pontal do Paranapanema. In: BOTTA FERRANTE, V. L., JUNIOR, A. O. **Assentamentos rurais: Impasses e Dilemas** (Uma trajetória de 20 anos). Araraquara/SP: INCRA /UNIARA, p. 257-276.

PIZZETA, A. J. (1999). Formação e práxis dos professores de escola de assentamentos: a experiência do MST no Espírito Santo. 332 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES.

POLANY, K. (1980). **A grande transformação**. As origens da nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda.

PROGRAMA Nacional de Crédito Fundiário – PNCF. Homepage da Instituição Disponível em <www.creditofundiario.org.br> Acesso em 12 ago. 2009.

SEN, A. (2000). **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

SMARZARO, M. da P. S. (2001). **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950-1980**. Vitória: EDUFES, 182 p.

VALADÃO, V. de A. (1999). **Assentamentos e sem terra: a importância do papel dos mediadores**. Vitória: Edufes. 276 p.

VALENTE; A. L. E. F. (2008) “Mas qual reforma agrária?”: revisitando um inconcluso debate. **XLVI Congresso da SOBER**, Rio Branco, julho.

WANDERLEY, M. de N. B. (2009). Os estudos rurais no Brasil: as ciências sociais e as questões da sociedade. **33º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, outubro. [Versão preliminar]